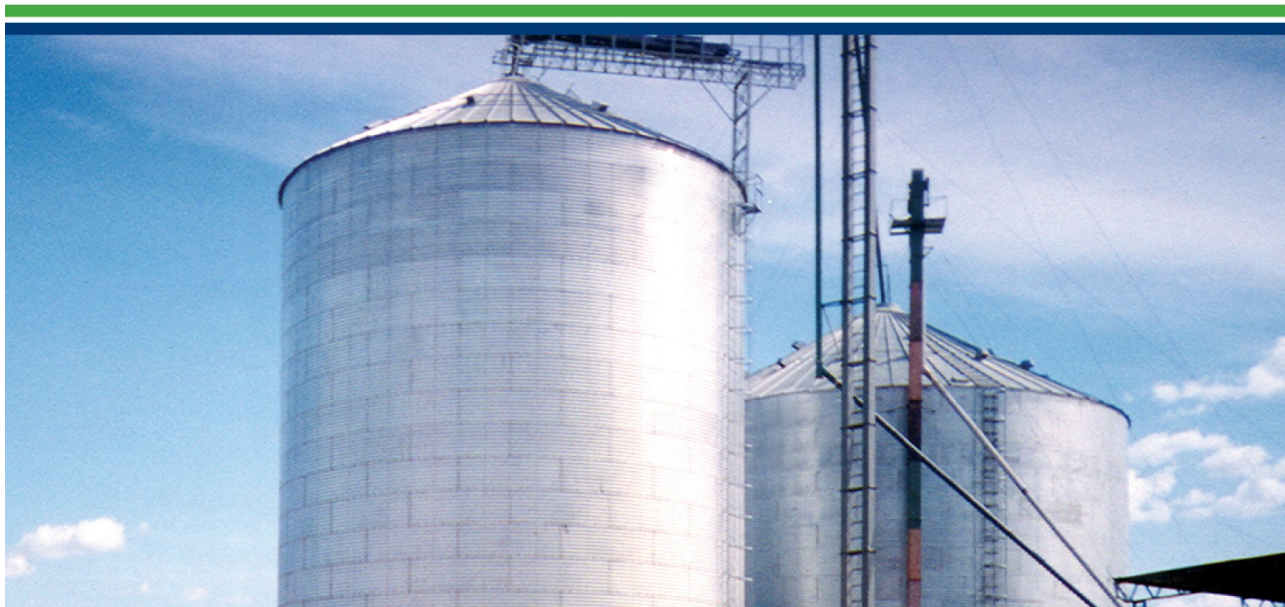




Relatório de Gestão **do Exercício de 2011**

Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul



Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul Sureg/MS



Relatório de Gestão 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 108/2010, da Portaria TCU n.º 123/2011 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD
JOSÉ CARLOS VAZ
Presidente

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
EDILSON GUIMARÃES
JOSÉ GERARDO FONTELLES
CARLOS CARBONI
Membros

CONSELHO FISCAL – CONFIS
FRANCISCO WAYNE MOREIRA
GUSTAVO PEREIRA DA SILVA FILHO
RENATA LIMA DE CARVALHO
Membros

Diretoria Colegiada
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Financeiro

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

Superintendência de Orçamento e Avaliação
RAFAEL FERREIRA FONTES
Superintendente

HAMILTON QUINTINO FERREIRA
Assistente

MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA
Gerência de Avaliação de Resultados - Geare

EDMAR JOSÉ TOSTA
JOSÉ PEREIRA ROCHA
JORACY MENDES LIMA DOS REIS
MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA
MARIA DE LOURDES MARINO
Elaboração

Betti Isabel Borgmann
Apoio-Capa
supor@conab.gov.br Fones: (061) 3312-6286 / 6272 / 6257 - Fax (061) 3225-045



Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL
ANTÔNIO BENEDITO DOTTA
Superintendente

FERNANDO ZEFERINO
Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico

JANE MIGUEL DE PAULA
Gerente de Finanças e Administração

NILSON AZEVEDO MARQUES
Gerente de Operações

ARIZOLY RIBEIRO NETO
FERNANDO ZEFERINO
NILSON AZEVEDO MARQUES
FERNANDO JOSÉ OLIVEIRA DE MORAES CARDOSO
SAMUEL OZÉIAS ALVES
ADIRSON MORENO PEIXOTO
ABDALLA MAHAMAD ABDO
MARTIN SABINO FILHO
JANE MIGUEL DE PAULA
MESSIAS BALBINO

Elaboração

Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul
Av. Mato Grosso, n.º 1022 – Campo Grande/MS – CEP 79002-232
ms.sureg@conab.gov.br
Fones: (67) 3382-1502 / 3382-1602 / 3382-1702
Fax: (67) 3321-2940

Sumário

Lista de Siglas.....	8
Relação de Siglas.....	8
Lista de Quadros e Figuras.....	11
Relação de Quadros e Figuras.....	11
Apresentação.....	14
1 – Informações Básicas.....	15
1.1 – Informações Gerais sobre a UJ.....	15
1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	16
1.1.2 – Estrutura Organizacional	17
1.1.2.1 - Estrutura de Pessoal.....	18
1.1.3 – Estrutura de Governança Corporativa.....	19
1.1.4 – Principais Responsáveis.....	21
1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos	22
1.2.1 – Planejamento Estratégico.....	22
1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos	24
1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda	24
1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	25
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	26
1.2.2.3 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	27
1.2.2.4 – Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	28
1.2.2.5 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	28
1.2.2.6 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos.....	29
1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos.....	30
2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão.....	34
2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	34
2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	35
3 – Sustentação de Renda.....	36
3.1 – Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM.....	36
3.2 – Intervenções Governamentais.....	39
3.2.1 – Formação de Estoques Públicos.....	39
3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos.....	40
3.2.1.2 – Aquisição do Governo Federal-AGF.....	47
3.2.2 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção.....	47
3.2.2.1 – Prêmio para o Escoamento do Produto-PEP.....	47
3.2 – Principais Indicadores de Desempenho.....	48
4 – Promoção do Abastecimento.....	49
4.1 - Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pelas Vendas Governamentais.....	49
4.2 – Vendas dos Estoques Públicos	49
4.2.1 – Vendas em Leilões Públicos.....	49
4.2.2 – Venda para Escoamento do Produto-VEP.....	50
4.2.3 – Venda Balcão.....	50
4.2.4 - Doação de Alimentos.....	51
4.2.4.1. Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional - MDS.....	51
4.2.4.2 - Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social/ PAA.....	53

4.4.3. Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.....	54
4.2.4.4. Distribuição de Alimentos à Pessoa atingida por desastres de qualquer natureza - MI.....	55
4.3 – Principais Indicadores de Desempenho.....	55
5– Prestação de Serviços (correspondente ao item 6 da DN 108/2010).....	55
5.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros.....	55
5.2 – Principais Indicadores.....	58
6 – Administração de Estoques Públicos (correspondente ao item 7 da DN 108/2010).....	58
6.1 – Rede Armazenadora.....	58
6.1.1 – Rede Armazenadora Própria.....	58
6.1.1.1 - Posição de Estoques.....	59
6.1.1.2 - Serviços de Manutenção.....	60
6.1.2 – Rede Armazenadora Contratada.....	62
6.1.2.1 – Posição de Estoques.....	62
6.1.3 – Oferta Nacional de Armazenagem.....	62
6.1.4 – Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador.....	63
6.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos.....	63
6.2.1 – Quadro de Fiscais.....	64
6.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos.....	64
6.2.2.1 – Perdas.....	65
6.2.2.2 – Avaliação Geral dos Armazéns.....	65
6.2.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda.....	66
6.2.2.4 – Serviços de Cobrança.....	66
6.3 – Remoção de Produtos.....	67
6.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos.....	67
6.4– Principais Indicadores.....	67
7 – Gestão Estratégia (correspondente ao item 9 da DN 108/2010)	
A Conab não desenvolveu para o exercício de 2011 nenhum plano de gestão estratégica.....	74
8 – Geração e Difusão de Informações (correspondente ao item 10 da DN 108/2010).....	74
8.1 – Levantamento de Safras.....	74
8.1.1 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras da cultura da cana-de-açúcar	79
8.2 - Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos.....	80
9 – Gestão de Pessoas (correspondente ao item 11 da DN 108/2010).....	80
9.1 – Distribuição de Empregados.....	80
9.2 – Sistema de Comunicação.....	81
9.3 – Melhoria do Clima Organizacional.....	82
9.4 – Ações de Capacitação.....	82
9.5 – Composição e Custos de Pessoal.....	86
9.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo.....	86
9.5.3 – Perspectivas de Aposentadoria.....	90
9.5.4 – Recomposição do Quadro de Pessoal.....	90
9.5.5 – Composição do Quadro de Estagiários.....	90
9.5.6 – Custos de Pessoal.....	91
9.5.6.1 Assistência Médica e Odontológica aos empregados e seus Dependentes.....	93
9.5.6.2 Exames Periódicos.....	93
9.5.6.3 Auxílio-Alimentação.....	94

9.5.6.4 - Auxílio-Transporte.....	94
9.5.7 – Mão de Obra Terceirizada.....	94
9.5.8 – Principais Indicadores Gerenciais.....	95
10 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil (correspondente ao item 12 da DN 108/2010).....	100
10.1 – Análise da Execução Orçamentária.....	100
10.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar.....	109
10.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	109
10.2.1.2 – Análise Crítica.....	109
10.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período.....	110
10.4 – Transferências mediante Convênios, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.....	111
10.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76.....	112
10.6 – Composição dos Investimentos da Empresa.....	130
Quantidade.....	131
TOTAL.....	132
10.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	133
10.8 – Parecer de Auditoria Independente.....	134
11 – Governança e Controles (correspondente ao item 13 da DN 108/2010).....	137
11.1 – Informações sobre o Controle Interno.....	137
11.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo.....	138
11.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna.....	138
ANEXO 1.....	144

Lista de Siglas

Relação de Siglas

Sigla	Significado
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AGF	Aquisição do Governo Federal
ATR	Açúcar Total Recuperável
AUDIN	Auditoria Interna
BACEN	Banco Central do Brasil
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e desempregados
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASAS	Centrais de Abastecimento
CGU	Controladoria Geral da União
CIBRIUS	Instituto CONAB de Seguridade Social
COEP	Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local
CPR	Cédula de Produto Rural
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DERAL/PR	Departamento de Economia Rural do Paraná
DEST	Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD	Diretoria Administrativa
DOU	Diário Oficial da União
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEARE	Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAF	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
GECAP	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GECON	Gerência de Contabilidade
GEDES	Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
GEFIS	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
GEFOC	Gerência de Formação e Controle de Estoques
GEFOP	Gerência de Folha de Pagamento
GEINT	Gerência de Informações Técnicas
GEOPE	Gerência de Operações
GEOSAFRAS	Sistema que tem como finalidade estimar, por meio de uma rede multi-institucional, áreas cultivadas e produtividade agrícola com uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS - Global Positioning System e SIG - Sistema de Informações Geográficas)
GEPOR	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária
GERAP	Gerência da Rede de Armazéns Próprios

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

GESAS	Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
GESUP	Gerência de Supervisão Técnico-Operacional
GEVEP	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI	Ministério da Integração Nacional
MOC	Manual de Operações Conab
MPS	Ministério da Previdência Social
NOC	Normas da Organização Conab
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEP	Prêmio do Escoamento do Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produto
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Programa Plano Plurianual
PROGE	Procuradoria Geral
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAPE	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SECOF	Setor Contábil e Financeiro
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDEM	Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEOPE	Setor de Operações de Estoques
SEPAB	Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas Públicas para Igualdade Racial
SEREH	Setor de Recursos Humanos
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SETAD	Setor Administrativo
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema de Administração de Pessoal
SIGABRASIL	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
SINAC	Sistema Nacional de Comercialização
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SUARM	Superintendência de Armazenamento e Movimentação de Estoques
SUCON	Superintendência de Contabilidade
SUFIS	Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF	Superintendência de Informações do Agronegócio
SUMAJ	Superintendência de Matéria Judicial
SUMOC	Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE	Superintendência de Operações Comerciais
SUPAB	Superintendência de Abastecimento Social
SUPAF	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
SUPOR	Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG	Superintendência Regional
SUREG-MS	Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul
SUREH	Superintendência de Recursos Humanos
SUTIM	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
SUTIN	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
UA	Unidade Armazenadora
UF	Unidade da Federação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
VEP	Valor do Escoamento do Produto
X-FAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos

Lista de Quadros e Figuras

Relação de Quadros e Figuras

Quadro	Descrição	Página
I	Identificação da Unidade	16
II	Demonstrativo de Aquisições na modalidade CDAF/MDS	42
III	Demonstrativo de Aquisições na modalidade CPR-Estoque/ MDS	43
IV	Categoria dos Fornecedores atendidos na modalidade CPR Doação	45
V	Demonstrativo de Aquisições na modalidade CPR Doação	46
VI	Demonstrativo das Maiores Operações na modalidade CPR Doação	46
VII	Demonstrativo de Aquisições do Governo Federal	47
VIII	Demonstrativo de Prêmios para Escoamento de Produto - PEP	47
IX	Efetividade das Intervenções no Mercado	48
X	Execução das Operações de Subvenção - PEP	48
XI	Execução das Operações de Subvenção - PEPRO	49
XII	Demonstrativo de Venda em Leilões Públicos de Produtos oriundos de AGF	49
XIII	Demonstrativo de Venda em Leilões Públicos de Produtos oriundos de Contrato de Opção	50
XIV	Demonstrativo de Venda de Produtos oriundos de AGF - VEP	50
XV	Demonstrativo de Venda de Produtos oriundos de Contrato de Opção - VEP	50
XVI	Demonstrativo dos Segmentos Atendidos com a Doação de Alimentos	51
XVII	Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Gêneros Alimentícios/ MDS	52
XVIII	Demonstrativo de Distribuição de Alimentos	52
XIX	Demonstrativo de Atendimentos Realizados	53
XX	Demonstrativo dos Produtos Doados	54
XXI	Entidades Beneficiárias	54
XXII	Demonstrativo de Beneficiário(s)	54
XXIII	Execução das Operações de Subvenção - VEP	55
XXIV	Demonstrativo de Estoque e Faturamento das Unidades Armazenadoras - UAs	55
XXV	Demonstrativo de Faturamento com Serviços de Armazenagem das Unidades Armazenadoras	56
XXVI	Demonstrativo do Estoque gerado do Faturamento com Serviços de Armazenagem das UAs	56
XXVII	Movimentação de Estoque Físico-financeiro das Unidades Armazenadoras - UAs	57
XXVIII	Receita de Armazenagem de Terceiros	58
XXIX	Unidades Armazenadoras da Conab no Mato Grosso do Sul	59
XXX	Produtos Armazenados em 31/12/2011	60
XXXI	Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria	61
XXXII	Quantitativos de Produtos Fiscalizados (Em t)	63
XXXIII	Despesas Realizadas com a Fiscalização dos Estoques	64
XXXIV	Quadro de Fiscais	64
XXXV	Demonstrativos de Perdas	64
XXXVI	Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras	66
XXXVII	Percentual de Armazéns Recuperados/Modernizados	67
XXXVIII	Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede	68
XXXIX	Percentual de Armazéns Cadastrados	68
XL	Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro	69
XLI	Custo por Unidade Cadastrada	69
XLII	Percentual de Fiscalizações Realizadas	70
XLIII	Percentual de Execução Financeira da Fiscalização de Produtos	70
XLIV	Índice de Perdas em Armazenagem	71
XLV	Índice de Desvios de Produtos Armazenados	71
XLVI	Índice de Ocorrência de Produtos Desclassificados	72

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

XLVII	Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão	72
XLVIII	Custo por Fiscalização Realizada	73
XLIX	Percentual de Fiscalizações dos Estoques Públicos	73
L	Comparativo de Área e Produção de Grãos no MS	77
LI	Percentual de Pesquisas de Safras	78
LII	Comparativo de área, produtividade e produção – Safras 10/11 e 11/12	79
LIII	Produção de Açúcar e Alcool	79
LIV	Treinamento, por Área de Conhecimento	83
LV	Indicadores de Capacitação	84
LVI	Indicadores de Capacitação em Palestras	85
LVII	Indicadores de Capacitação em Treinamentos	85
LVIII	Indicadores de Aprendizagem em capacitação	85
LVIX	Composição de Pessoal, por Situação Funcional	86
LX	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual	87
LXI	Demonstrativo por Nível de Enquadramento	88
LXII	Demonstrativo por Nível de Escolaridade	88
LXIII	Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	89
LXIV	Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	89
LXV	Movimentação Funcional	90
LXVI	Composição do de Estagiários	90
LXVII	Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011	92
LXVIII	Execução Orçamentária do Programa Auxílio Alimentação	94
LXIX	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva	94
LXX	Indicadores de Capacitação	95
LXXI	Custo por Empregado Capacitado	95
LXXII	Execução Financeira por Empregado Capacitado	96
LXXIII	Percentual de Atendimento SAS	96
LXXIV	Execução Financeira SAS	97
LXXV	Custo por Atendimento SAS	97
LXXVI	Percentual de Atendimento – Exames Periódicos	98
LXXVII	Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte	99
LXXVIII	Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte	99
LXXIX	Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte	100
LXXX	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	100
LXXXI	Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ	102
LXXXII	Demonstrativo de Execução de Despesa	103
LXXXIII	Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa	104
LXXXIV	Gestão e Administração do Programa	104
LXXXV	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	105
LXXXVI	Cumprimento de Sentenças Judiciais	106
LXXXVII	Capacitação de Pessoal	106

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

LXXXVIII	Fiscalização dos Estoques Públicos	107
LXXXIX	Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	107
XC	Cadastro Nacional de Unidades – Execução Físico-Financeira	107
XCI	Pesquisa de Levantamento e Avaliação de Safras	108
XCII	Geração e Difusão de Informações Agropecuárias	108
XCIII	Demonstrativo das Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	110
XCIV	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	133
XCV	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	133
XCVI	Certificação de Unidades Próprias – Investimentos	145
Figura	Descrição	Página
I	Mapa Estratégico Corporativo	23
II	Macroprocesso de Sustentação de Renda	25
III	Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	26
IV	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	27
V	Macroprocesso de Atendimento a Parceiros	27
VI	Macroprocesso de Prestação de Serviços	28
VII	Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos	29
VIII	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	30
IX	Evolução dos Recursos Aplicados no PAA - MS	41
X	Evolução das Aquisições na modalidade CPR Doação	44
XI	Demonstrativo Físico-Financeiro 2007/2011	62
XII	Evolução do Número de Empregados	87
XIII	Demonstrativo de Despesas	104

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra as atividades institucionais da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab no Estado de Mato Grosso do Sul (Sureg-MS) ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2011, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, Decisão Normativa - TCU N.º 108, de 24 de Novembro de 2010, Portaria - TCU n.º 123/2011, de 12 de Maio de 2011, e Portaria CGU n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, da mesma data.

Tomando-se por base a Parte D do Anexo II da DN TCU n.º 108/2010, não foram incluídos o item 5 (Articulação e Organização do Abastecimento) e o item 8 (Gestão Tecnológica), por não comporem o portfólio desta Unidade Jurisdicionada no exercício fiscal de 2011.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Sureg-MS, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas por esta Regional no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralização orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados pela Conab com outros órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Do portfólio de atribuições da Sureg-MS, destacaram-se a evolução dos projetos de aquisição de produtos da Agricultura Familiar – PAA, tanto na compra para formação de estoques, quanto na compra com doação simultânea aos beneficiários.

Este Relatório reúne o detalhamento dos esforços empreendidos na execução das atividades pela Conab no âmbito da Sureg-MS, em cumprimento de sua missão institucional ao “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Antonio Benedito Dotta
Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul
Superintendente

1 – Informações Básicas

1.1 – Informações Gerais sobre a UJ

Com sede em Campo Grande, a Sureg-MS está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

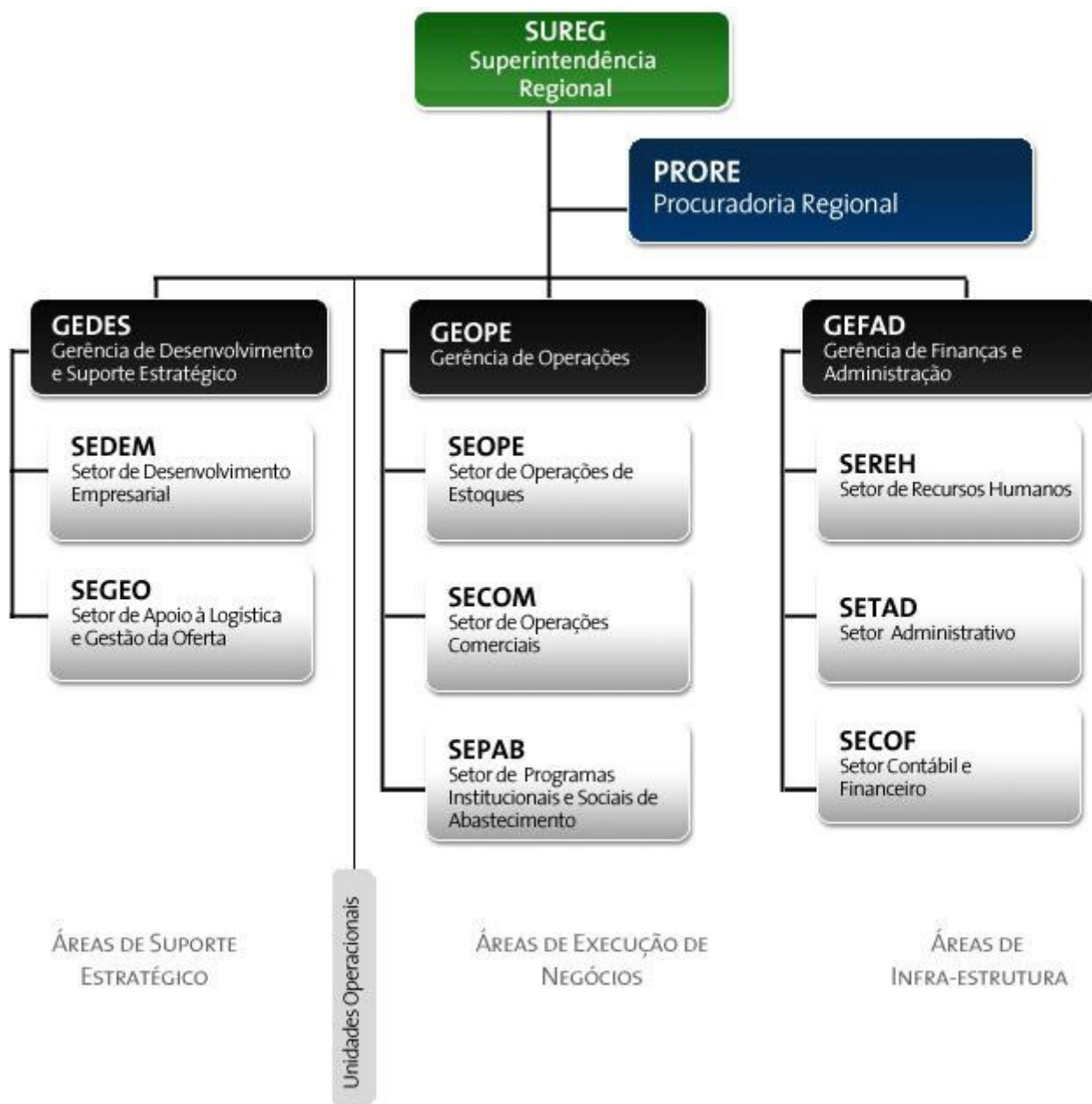
Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

1.1.1. - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		Código SIORG: ???
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento		
Denominação abreviada: Conab		
Código SIORG: 087348	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 135192
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato: (67)3383-1666 / (67)3384-1343 / (67) 3382-1502		
Endereço Eletrônico: ms.sureg@conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Av. Mato Grosso, n.º 1022, Campo Grande/MS, CEP:79002-232		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Constituída nos termos do art. 19 da Lei n.º 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto n.º 99.944 de 26.12.90, última alteração Decreto n.º 2.390 de 19.11.97		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001 Estatuto Social / Regimento Interno Processos Internos		
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Operações da Conab-MOC / Normas de Organização-NOC Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI: 135192	Nome: Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul	Título Resumido: Sureg
135194	Unidade Armazenadora de Campo Grande	
135195	Unidade Armazenadora de Dourados	
135196	Unidade Armazenadora de Cassilândia	
135197	Unidade Armazenadora de Maracajú	
135199	Unidade Armazenadora de Rio Brilhante	
135200	Unidade Armazenadora de São Gabriel D'Oeste	
135201	Unidade Armazenadora de Sidrolândia	
135402	Estoque Estratégico	
135193	Estoque Regulador MS – PGPM	
135432	Mercado de Opções MS	
135551	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA MS	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI: 22211	Nome: Companhia Nacional de Abastecimento	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora:		Código SIAFI da Gestão
135192		22211

1.1.2 – Estrutura Organizacional



Subordinadas imediatamente ao Superintendente, estão também oito Unidades Operacionais, denominadas Unidades Armazenadoras, nas localidades de Campo Grande, Cassilândia, Chapadão do Sul, Dourados, Maracajú, Rio Brilhante, São Gabriel D'Oeste e Sidrolândia.

1.1.2.1 - Estrutura de Pessoal

Em Mato Grosso do Sul, um dos maiores estados produtores agrícolas do país, a Conab dispõe de uma rede armazenadora composta por 08 (oito) armazéns, com capacidade estática para 180.000 (cento e oitenta mil) toneladas, o que representa 2,65 % da capacidade total instalada em Mato Grosso do Sul, assumindo relevante importância, uma vez que atua dentro dos melhores padrões de qualidade no tratamento e armazenamento desses produtos, garantindo aos seus clientes maior confiança na sua armazenagem e conservação.

A sede da Superintendência da Conab em Mato Grosso do Sul está sediada na capital – Campo Grande. Conta atualmente com 104 (cento e três empregados), distribuídos da seguinte forma: 55 (cinquenta e cinco), lotados na sede regional e, os demais 49 (quarenta e nove), distribuídos nas 08 (oito) unidades armazenadoras jurisdicionadas. Entretanto, o total de 104 empregados só se efetivou a partir de 2007, com a entrada de novos empregados, sendo: 09 (nove) técnicos de nível superior admitidos através de concurso público e 25 (vinte e cinco), readmitidos pela Lei de Anistia.

Entretanto, nem sempre é possível contar efetivamente com todos os 104 (cento e quatro) empregados, efetivamente trabalhando, haja vista os afastamentos por licença médica e previdenciária, que, em média acabam por reduzir o efetivo número de empregados para 100 (cem), efetivamente produzindo.

Com relação ao perfil dos empregados lotados na Superintendência Regional da Conab em Mato Grosso do Sul e suas unidades armazenadoras jurisdicionadas, apresenta um quadro de idade na faixa de 50 (cinquenta) anos, sendo que, desses, mais de 1/3º (um terço), concluíram, ou estão concluindo o ensino superior. Porém, apenas 18 (dezoito), estão enquadrados como Técnico de Nível Superior, ou Analista, na nova nomenclatura para quem migrou de Plano de Cargos e Salários 2009.

Diante da realidade do quadro acima descrito, o número de colaboradores efetivos da Conab em Mato Grosso do Sul está constituído da seguinte forma: 18 (dezoito) Técnicos de Nível Superior-TNS/Analistas; 27 (vinte e sete) Assistentes Técnicos ATA/ATO/Assistentes; 35 (trinta e cinco) Auxiliares Administrativos - AAD/Auxiliares e 24 (vinte e quatro) Auxiliares de Serviços Gerais/Auxiliares.

A Composição dos Técnicos de Nível Superior-TNS/Analista, está assim qualificada: 03 (três) Engenheiros Agrícolas; 10 (dez) Engenheiros Agrônomos; 01 (um) Engenheiro Civil; 01 (hum) Técnico em Ciências Contábeis; 01 (um) Sociólogo e 02 (dois) Advogados;

No tocante ao número de colaboradores que executam atividades nas áreas operacionais: serviços de operadores de máquinas e equipamentos, armazenistas e auxiliares de serviços gerais, não é insuficiente para executar todas as tarefas inerentes ao armazenamento, tratamento e conservação dos produtos depositados nos armazéns da Conab, aliado ao fator do número reduzido de colaboradores que executam essas tarefas. Há, ainda, fatores limitantes que contribuem para dificultar o desempenho desses colaboradores: idade avançada, afastamentos por licença-médica/previdenciária, licença-prêmio, iminência de aposentadoria por tempo de contribuição/invalidéz, etc. Diante das dificuldades apresentadas, reafirmamos a necessidade de realização de concurso público para suprir a carência de pessoal nas áreas mais carentes.

1.1.3 – Estrutura de Governança Corporativa

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A missão institucional da Conab é “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”

A Companhia tem por objetivos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- Participar da formulação da política agrícola; e
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo

com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

1.1.4 – Principais Responsáveis

Unidade	Titular	Substituto	Período de Substituição
Superintendência Regional	Antônio Benedito Dotta	Nilson Azevedo Marques	03.01.11 a 12.01.11
Procuradoria Jurídica	Janio Ribeiro Souto	Rosemary Cristaldo Ferreira do Amaral	11.07.11 a 30.07.11
Gerência de Finanças e Administração	Jane Miguel de Paula	Cláudio Garcia da Silva	15.08.11 a 03.09.11
Gerência de Operações	Nilson Azevedo Marques	Abdalla Mahamad Abdo	17.01.11 a 26.01.11
Gerência de Desenvolv. Suporte Estratégico	Fernando Zeferino	Vanessa Barteli Reis	01.08.11 a 10.08.11
UA/Campo Grande	Aguinaldo Moraes Dias	Jair Antonio Tavares	12.09.11 a 01.10.11
UA/Cassilândia	Elsemir Paulino Prado	Laerte Cristino da Silva	10.10.11 a 29.10.11
UA/Chapadão do Sul	Edson Yui	Joao Bosco Agüero	06.01.11 a 25.01.11
UA/Dourados	Humberto Antunes de Oliveira	Nivaldo de Souza Santos	06.01.11 a 25.01.11
UA/Maracaju	Elvis Rodrigues de Lima	Amaral Aguiar Pereira	16.05.11 a 30.05.11
UA/Rio Brilhante	Gilson Tezza	Ana Maria da C. Flores	03.01 a 07.01.11
UA/São Gabriel do Oeste	Claudio Pitchenin	Rosângela Maria Klomfass	10.01.11 a 29.01.11
UA/Sidrolândia	Ubaldo Ademar R. Souto	Sebastião dos Reis C. Moreira	24.01.11 a 12.02.11

1.2 – Análise do Planejamento Estratégico e dos Macroprocessos

1.2.1 – Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

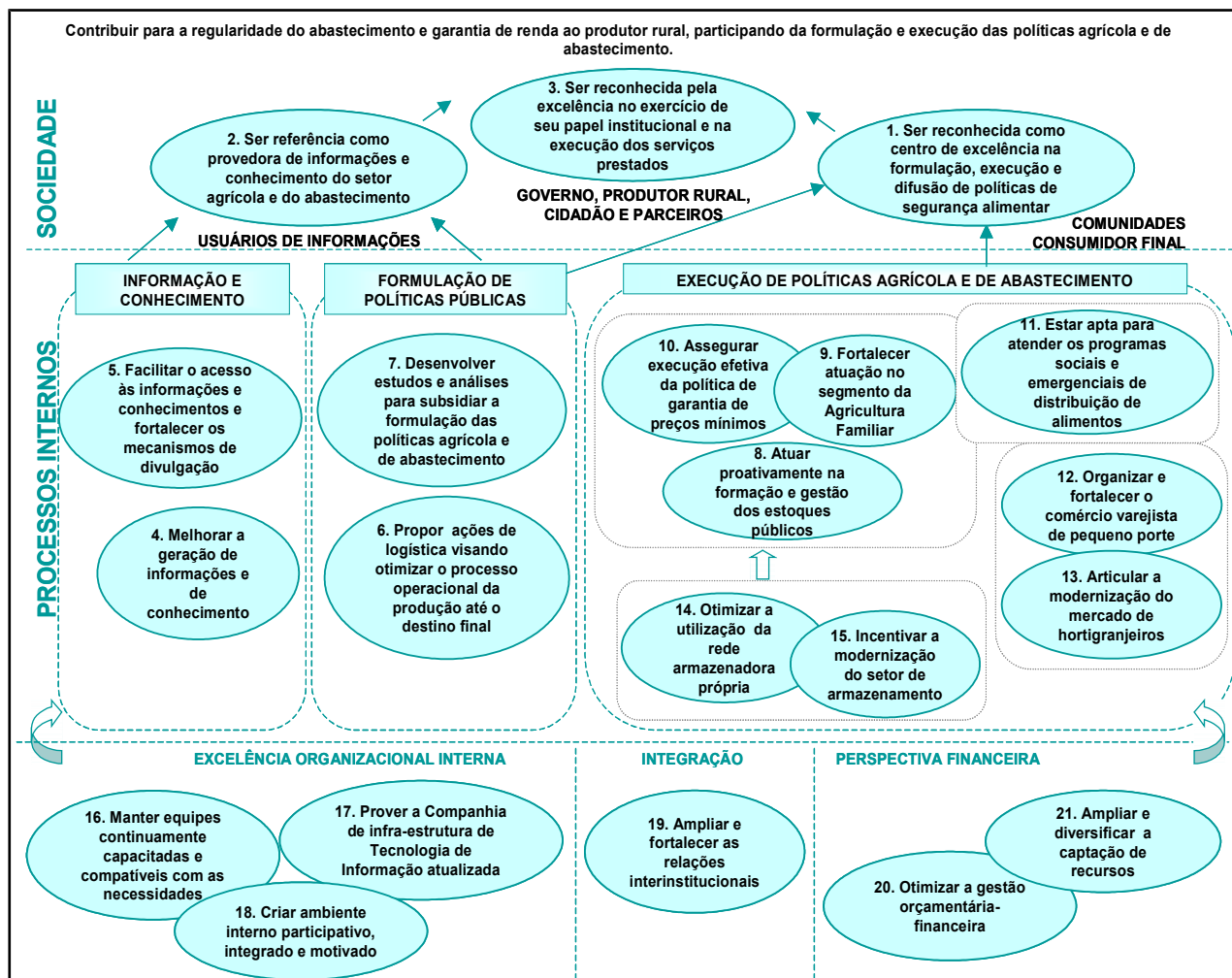
Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura I – Mapa Estratégico Corporativo



Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI

n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;

b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;

c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;

d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e

e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI n.º 097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

1.2.2 – Breve Análise dos Principais Macroprocessos

1.2.2.1 – Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

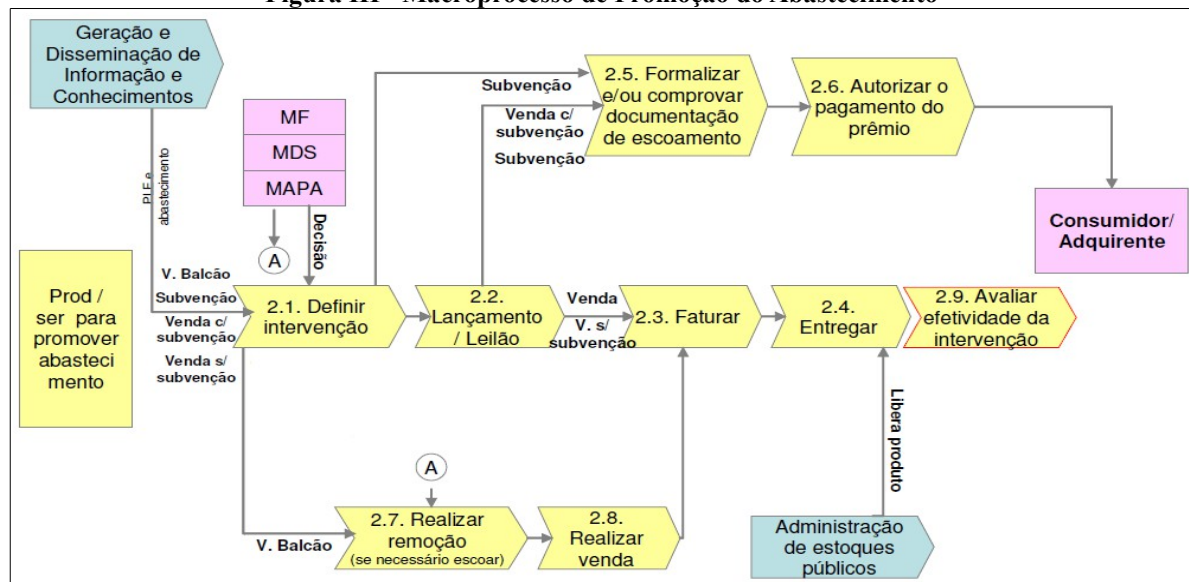
Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

1.2.2.2 – Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Figura III - Macroprocesso de Promoção do Abastecimento



Fonte: Conab

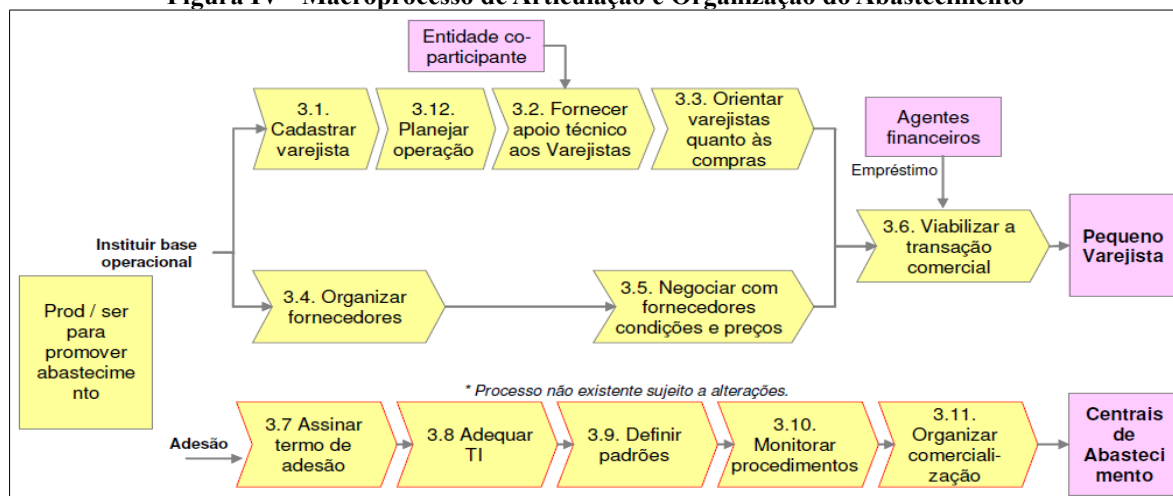
1.2.2.3 – Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Figura IV - Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento



Fonte: Conab

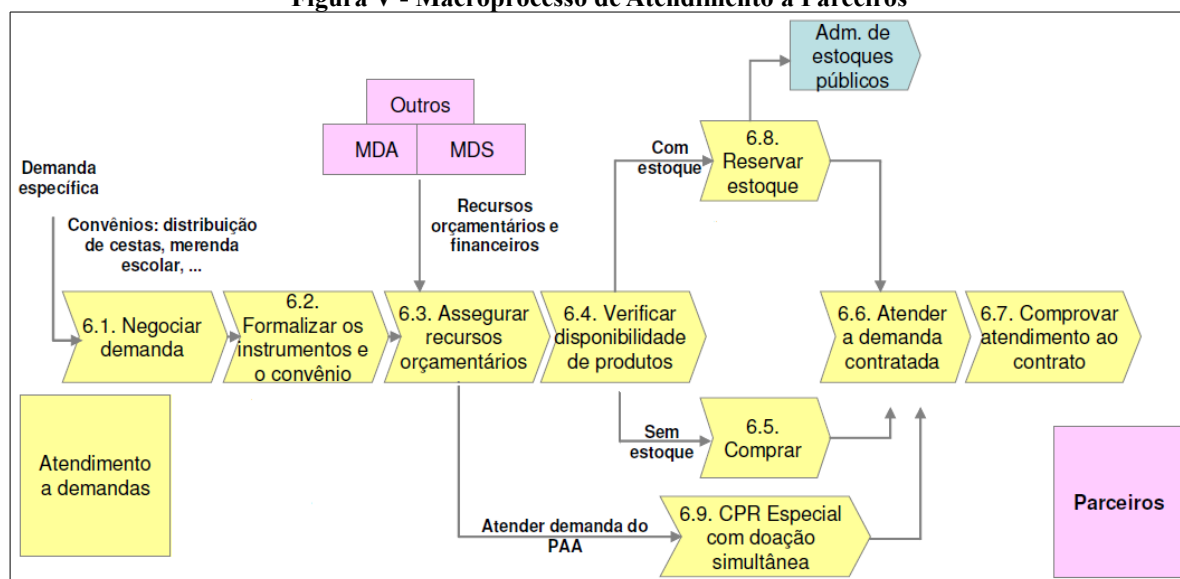
1.2.2.3 – Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, renda escolar, dentre outros.

Figura V - Macroprocesso de Atendimento a Parceiros



Fonte: Conab

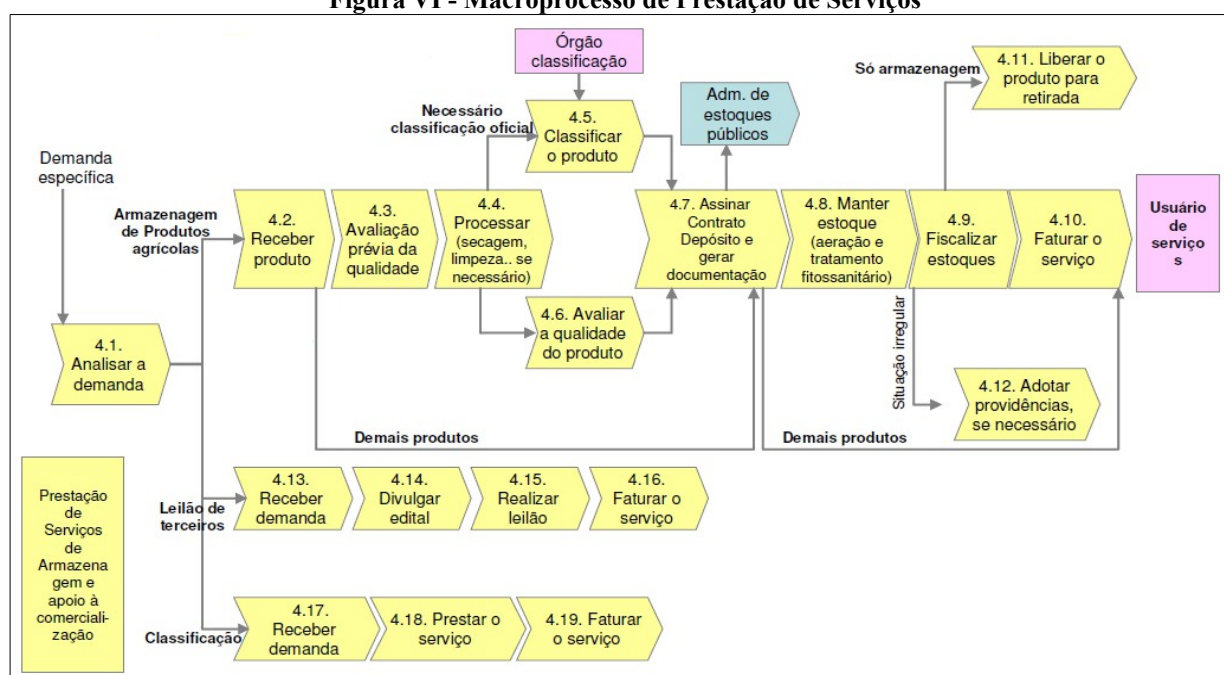
1.2.2.4 – Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Figura VI - Macroprocesso de Prestação de Serviços

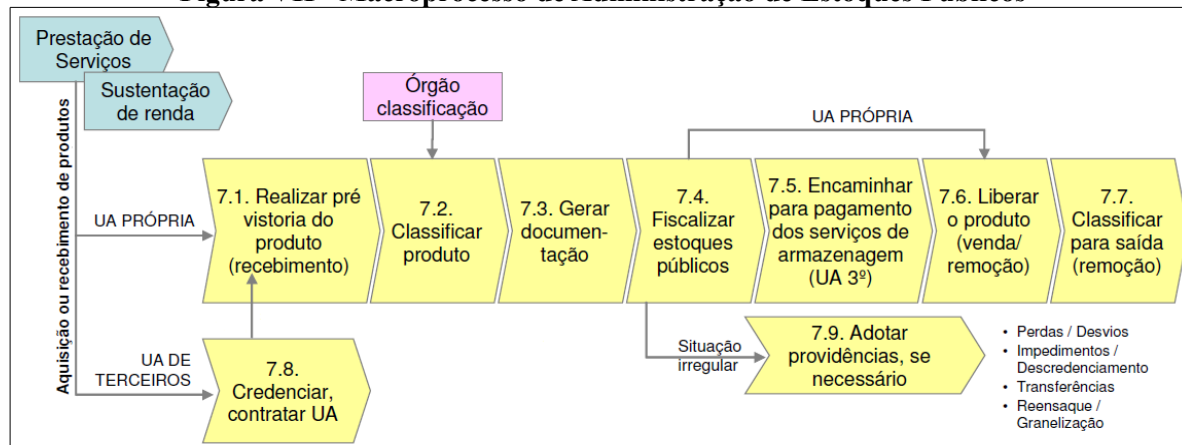


Fonte: Conab

1.2.2.5 – Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGFs e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Figura VII - Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos



Fonte Conab

1.2.2.6 – Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

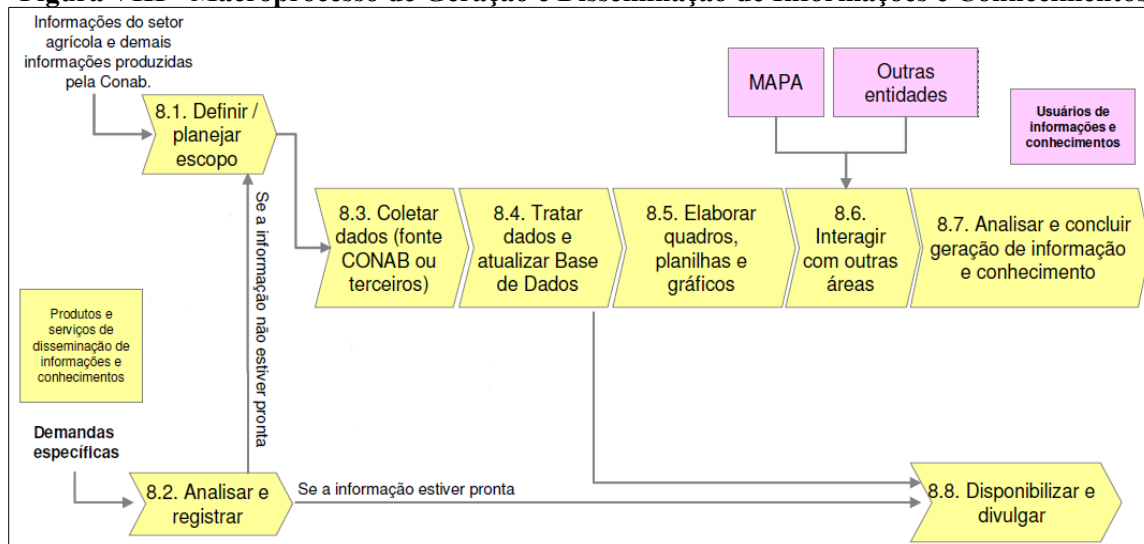
É o principal macro-processo de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macro-processo que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Figura VIII - Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos



Fonte: Conab

1.2.3 – Principais Resultados Estratégicos Previstos

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas. Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

Integrando um conjunto abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem assumido grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Programa Brasil Sem Pobreza, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores. A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil. Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos. A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques. À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2 – Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão

2.1 – Análise sobre o Ambiente de Gestão

A atuação da Conab na formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento, ocorrem em momentos distintos do processo econômico: produção, comercialização e consumo.

Sendo a agricultura uma atividade econômica essencialmente frágil, tendo em vista a exposição de riscos de preços e outras adversidades e ainda a sazonalidade climática, daí a necessidade de formulação de uma adequada política agrícola, adotando um portfólio de intervenção no aspecto de crédito, sustentação de preços e formação de estoques.

Para tanto, vários instrumentos de intervenção estão a disposição da cadeia produtiva (AGF – PEP – PEPRO – Contrato de Opção – VEP), os quais propiciam menor intervenção do governo no mercado e maior flexibilidade à política de garantia de preços mínimos – PGPM, conseqüentemente maximização dos recursos, evitando a estatização da comercialização.

Neste contexto, cabe basicamente à Sureg/MS, acompanhar o comportamento do mercado e sugerir as ações de intervenções necessárias tempestivamente às diretorias as quais estão subordinadas.

No exercício 2011 não houve necessidade de grandes intervenções na comercialização, tanto para formação de estoques, como para subvenção na sustentação de preços com a promoção de escoamento de produção do MS para centros consumidores, operação está assumida pela cadeia produtiva, ou seja, os mercados interno e externo, porém houve necessidade de disponibilizar estoques estratégicos (safras anteriores) no sentido de abastecer o mercado, através de vendas e remoções e algumas pequenas intervenções como AGF de feijão, PEP de arroz, PEP de trigo.

O planejamento de atuações visando os próximos exercícios, ficam atrelados aos orçamentos a serem aprovados, aos normativos e as deliberações da diretoria executiva da Conab, ``A Sureg/MS cabe operacionalizar o que for deliberado.

Vale lembrar que a pressão dos momentos organizadores do setor produtivo, são fundamentais para a intervenção do governo na cadeia produtiva quando se faz necessário, uma vez que os recursos geralmente são insuficiente e as diferenças dos pesos políticos entre os entes federativos são evidentes, ficando muito difícil o planejamento específico.

No exercício de 2011, não houve contratação de serviços no âmbito da PGPM, uma vez que, não houve remoções de produtos, e armazéns de terceiros, já que o único AGF, foi realizado utilizando armazém da própria Conab.

Para os próximos exercícios procuramos manter, o cadastro de armazéns atualizados com o maior número de armazéns credenciados, para o caso de haver necessidade futura de AGF e contrato de opção.

Programa de Aquisição de Alimentos tem se mostrado de grande relevância pois vem demandando, devido ao acréscimo do número de projetos, um maior desempenho da Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, para atender os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria que é o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

2.2 – Análise sobre o Ambiente de Negócios

O Estado de Mato Grosso do Sul, tem um papel importante no cenário nacional na produção agropecuária, um dos maiores produtores de carne bovina do país, com uma produção relevante de soja, milho, mandioca e algodão. Também produz comercialmente arroz, feijão, sorgo e trigo, também em plena expansão a cana de açúcar, portanto trata-se de um Estado onde predomina o agronegócio com grande produção de produtos primários.

O MS tem população pequena em relação a produção dos principais produtos, daí a necessidade de exportá-los para outros Estados e países. Por se um Estado dominado pelo agronegócio e em franco desenvolvimento, também observa-se um crescimento da agroindústria, hoje ainda incipiente. Nesse cenário a Conab está inserida diretamente com acompanhamento da safra, acompanhado da logística, tanto de transporte como de armazenagem e na sustentação de preços, tanto para o produtor através das intervenções governamentais para manter os preços mínimos e favorece o escoamento da safra, ou no abastecimento disponibilizando seus estoques para vendas que são realizadas através de leilões públicos. Essas ações são específicas de governo, não havendo concorrências de terceiros.

No Estado do Mato Grosso do Sul, a Conab detém 08(oito) unidades armazenadoras com capacidade estática para o armazenamento à granel de 169.500 toneladas e de 17.300 toneladas convencional(ensacado), representando 2.59% da capacidade armazenadora cadastrada do Estado.

A Conab/Sureg-MS, tem armazenado nos últimos anos mais para o próprio governo, produtos oriundos da Política de Garantia dos Preços Mínimos-PGPM. O ano de 2011 foi de pouca movimentação com produtos de terceiros, tendo em vista que os armazéns estavam praticamente ocupados com produtos da PGPM e que a liberação(expedição) dos produtos ocorreram no segundo semestre, após o encerramento das colheitas daquele ano. Quando este fato acontece começa uma árdua tarefa para trazer os clientes novamente, já que os mesmos migraram para outro armazéns.

A Sureg/MS também atua na fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural. A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário. O Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento- MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor. No ano de 2011 a Conab/Sureg-MS, realizou fiscalizações do Seguro Rural em duas etapas, nos meses de Abril/Maio e Outubro/Novembro.

O cadastramento de Armazéns, que é da responsabilidade da Conab, é feito sempre que solicitado pelo armazenador ou é feito o cadastramento geral a cada três anos, no ano de 2011, aconteceram poucos cadastramentos no MS em virtude de ter havido o cadastramento geral em 2010.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui a 2ª maior população indígena da país, daí o grande número de cestas de alimentos destinadas ao atendimento daquele segmento. Já o atendimento as famílias acampadas em situação de insegurança alimentar e nutricional, que pleiteiam acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária, segundo o cadastro do INCRA, diminuiu sensivelmente em 2011.

Apesar da diminuição no atendimento às famílias acampadas, trabalhamos com universo de 18.004 cestas de alimentos, destinadas ao atendimento de famílias de grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional como indígenas, acampados quilombolas e comunidades de terreiros, número este que nos coloca posicionada como a 5ª Sureg do país, no atendimento ao público definido pelo MDS.

Por ser Órgão Público Federal, a CONAB, através da Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul, faz parte das unidades que estão aptas a efetuar o cadastramento de fornecedores no SICAF. Em face do atendimento realizado ao público, contamos com um número considerável de empresas cadastradas e ativas no sistema totalizando 497 Pessoas Físicas e 209 Pessoas Jurídicas.

3 – Sustentação de Renda

3.1 – Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pela PGPM

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, inerentes a lógica do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM,

sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e segundas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em função dos preços recebidos pelos produtores praticados no Estado do Mato Grosso do Sul terem atingido patamares inferiores aos preços mínimos fixados pelo Governo, a Conab realizou intervenções no mercado de feijão, por meio de aquisições diretas (AGF) e pela utilização do PEP para incentivar o escoamento do excedente de arroz e trigo.

ARROZ:

Tendo em vista a falta de estímulo por parte do governo federal ano após ano e consequente desestímulo dos produtores devido a dificuldade na comercialização e os baixos preços de mercado, já fez reduzir a área plantada em 85% num período de 20 anos. Em 1992 o Mato Grosso do Sul chegou a plantar 135 mil há e hoje a área é de apenas 18 mil ha. Pelo menos 20% do produto colhido na última safra ainda estão em estoque, pois há grande dificuldade de mercado na venda em virtude do desinteresse dos compradores.

O setor industrial do arroz do Mato Grosso do Sul vem sentindo na pele a dificuldade de se introduzir o arroz beneficiado no mercado por causa da forte concorrência com as indústrias de outros estados causado pela Guerra Fiscal principalmente com os estados de Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins, onde a legislação tributária é mais acessível.

- FEIJÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul, não influencia no abastecimento nacional, tendo em vista o pequeno volume produzido em três safras, sendo a mais expressiva a 2ª safra. Este produto é plantado em sua grande maioria por agricultores familiares. Com relação aos preços no ano de 2011, estiveram estáveis próximos ao preço mínimo, em sua maioria um pouco acima, neste caso a produção é absorvida pelo mercado local.

Mediante a necessidade de intervenção direta do Governo Federal, a Conab disponibiliza recursos para realização de AGF e o simples fato dos recursos estarem disponíveis ou com aquisição de pequenas quantidades já faz com que o mercado reaja, pagando acima do preço mínimo, daí justifica as pequenas compras e a disponibilização de recursos que não são utilizados. Porém esse é o papel do Governo Federal na garantia dos preços intervindo gastando o mínimo possível. As aquisições totalizaram 296.855Kg de feijão no ano 2011.

MILHO:

O Estado de Mato Grosso do Sul, é um importante produtor a nível nacional, produzindo 3.423,2 mil toneladas, em duas safras, de verão e inverno, sendo a segunda. Os preços do milho em 2011 estiveram aquecidos, mantendo-se bem acima do preço mínimo, e estimulando o aumento da área plantada pela sua boa rentabilidade, nesses casos não houve necessidade de intervenções do Governo Federal na comercialização.

O consumo interno do Mato Grosso do Sul é estimado em aproximadamente um milhão de toneladas. A logística de transporte dos produtos agrícolas produzidos no Mato Grosso do Sul barra no sistema de escoamento da produção que é feito em sua maioria por sistema rodoviário e, em face das distancias das regiões consumidoras há um aumento do custo final do produtos.

SOJA:

É a principal cultura do Estado, a safra colhida foi a segunda maior da história com 5.169,4 mil ton. Na safra de 2010-2011 observou-se um incremento de área plantada em função da boa rentabilidade proporcionada pela cultura ocasionada pelos baixos estoques mundiais. A soja por ser uma commodity, apesar de estar na pauta dos preços mínimos não houve necessidade de intervenção governamental, já que os preços de mercado estiveram bem acima do mínimo e, dado o cenário de oferta e demanda mundial, os preços tendem se manter ainda em patamares elevados

Atualmente 7 mil produtores encontram na sojicultura mais uma solução de renda em suas propriedades. Mas o que preocupa é a fraca logística dos grãos que o estado oferece à esses agricultores. Atualmente a soja está com bom preço mas a exportação não ajuda. O governo do estado fez uma tributação onde não permite que os grãos sejam encaminhados de maneira direta para fora do estado o que faz com que os agricultores percam lucro e só vendam para o mercado interno.

A safra 2010/2011 embora tivesse um bom desenvolvimento da cultura devido as boas condições climáticas, na época da colheita (mês de março) houve excesso de chuvas resultando em perdas qualitativas e da produtividade média da cultura de soja no estado, onde houve quebras mais expressivas nos municípios de São Gabriel do Oeste, Maracaju e Sidrolândia. O excesso de chuvas fez com que houvesse intervenção de entidades ligadas ao setor junto ao MAPA solicitando antecipação do plantio de soja para 1º de outubro em novo zoneamento agrícola para a cultura.

No ano de 2011, houve recorde de exportações da soja em grãos, com significativa participação do estado de Mato Grosso do Sul na exportação do complexo soja, principalmente para o mercado asiático, razão pela qual e por se tratar de uma commodity não houve intervenção governamental na aquisição deste produto.

TRIGO:

Devido a falta de uma política pública para o trigo com preços compensadores, muitos produtores tradicionais estão abandonando a cultura do trigo no Mato Grosso do Sul. Pela dificuldade de acesso ao crédito, os produtores plantam com recursos próprios e utilizam-se de baixa tecnologia. Os bons preços do milho e a baixa rentabilidade da cultura do trigo é outro fator que contribuiu para a migração dos tricultores para outras culturas.

ALGODÃO:

O estado de Mato Grosso do Sul é o quarto maior produtor nacional de algodão, sendo a região nordeste a que mais produz no estado com destaque para os municípios de Chapadão do Sul, Costa Rica e Alcinópolis que juntos somam 82% da área total plantada. Na última safra foram plantados no Mato Grosso do Sul 61 mil há de algodão chegando a 228,8 mil toneladas de algodão em caroço.

Metade da produção de Mato Grosso do Sul segue já beneficiado para Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Paraná. No estado de Mato Grosso do Sul existe apenas uma indústria que beneficia a pluma do algodão transformando-a em fio.

No ano de 2011 não houve intervenção governamental na comercialização devido os bons preços no mercado. Quando detectada a necessidade de intervenção da Conab, essa ocorre com programas de escoamento - PEPRO, evitando a aquisição devido ao seu alto valor.

MANDIOCA:

O estado é o 3º produtor de mandioca comercial do país, entretanto a oferta desse produto vem diminuindo ano a ano, perdendo área para o cultivo da cana de açúcar, reduzindo a oferta, o preço vem mantendo-se firme no mercado, pagando-se por tonelada preços superiores aos preços mínimos vigentes, tanto na raiz de mandioca como Farinha e Fécula, razão pela qual não houve intervenção do governo no ano de 2011, para a compra de farinha e fécula.

Cabe salientar que, na regiões produtoras do Vale do Ivinhema e ao sudeste do estado, os cultivos de mandioca destinam-se em 99% da sua produção para as indústrias de farinha e fécula, que tem como mercado basicamente o Nordeste.

3.2 – Intervenções Governamentais**3.2.1 – Formação de Estoques Públicos**

Face estabilidade dos preços no ano de 2011, com o mercado comprador, praticamente todos os produtos amparados pela PGPM, estiveram com preços mínimos de garantia inferiores ao preço de mercado. Nesse sentido, foram bem poucas as intervenções para o produtor, intervindo como forma de regular os preços e o abastecimento disponibilizando seus estoques para venda, pois quando temos um mercado comprador na safra, certamente teremos preços aviltados na entre safra, é aí que a CONAB vende seus estoques promovendo estabilidade.

3.2.1.1 – Programa de Aquisição de Alimentos

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país. O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados//beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, através da antecipação do recurso necessário para cobrir os gastos com beneficiamento dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo para devolução do recurso antecipado é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual de Operações da Conab. Quanto as preços praticados nas modalidades CPR-Doação e CPR-Estoque,

estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

a) Abrangência de Atuação do PAA

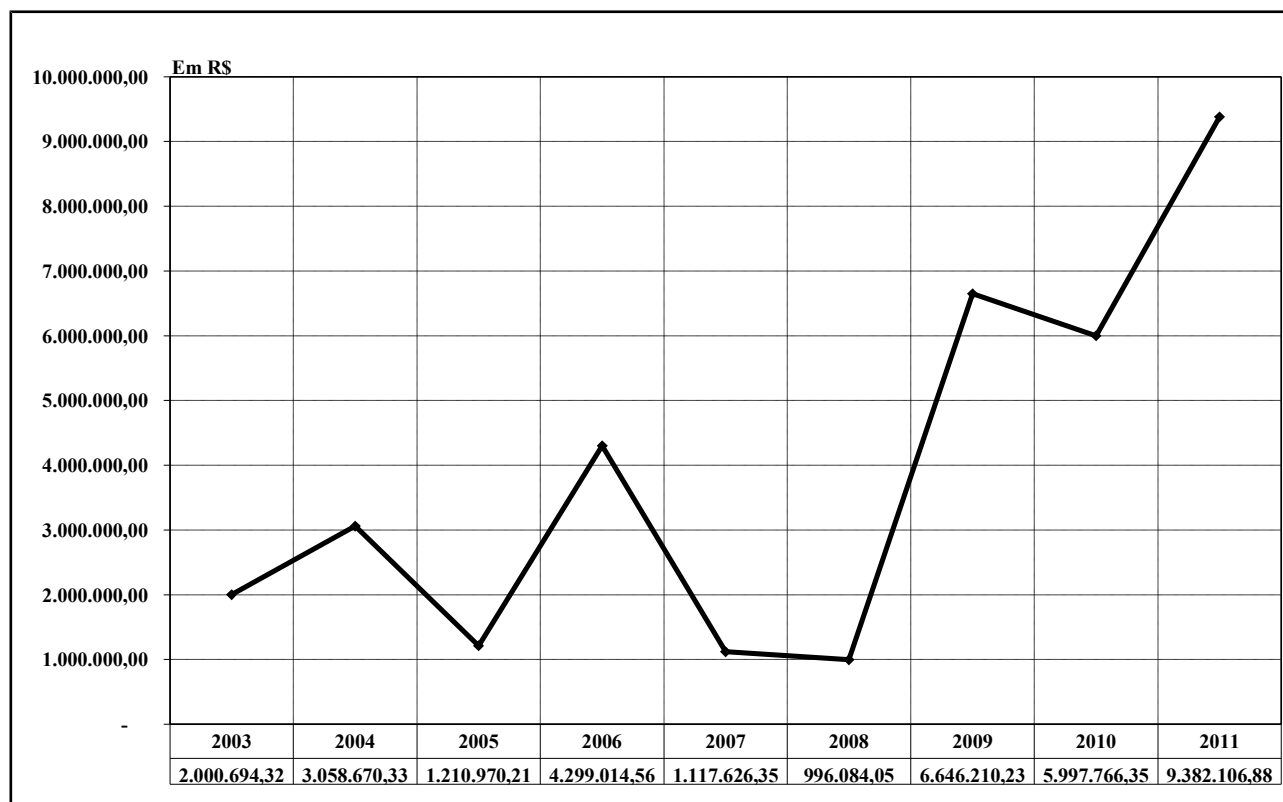
No Mato Grosso do Sul, o Programa iniciou sua atuação em 2003 atendendo a 1.003 produtores familiares com a aquisição de 5.130 toneladas de produtos agropecuários evoluindo, em 2011, para 2.212 produtores e 5.139 toneladas de produtos.

b) Recursos Aplicados

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

Os recursos descentralizados tem sido incrementados significativamente desde sua implantação, embora ainda sejam inferiores à demanda das organizações produtivas. A figura a seguir apresenta a evolução dos recursos aplicados pela Sureg-MS.

Figura IX – Evolução dos Recursos Aplicados no PAA - Mato Grosso do Sul



Fonte: Sureg-MS/Gedes/Sedem

c) Aquisição de Produtos

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Dos instrumentos operacionalizados pela Conab, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces e outros produtos caseiros.

Devido ao fato da operacionalização da CPR Estoque exigir melhor estruturação e maior planejamento da organização, sua procura tem sido estável. A grande concentração desse instrumento está na região Sul onde as Cooperativas e Associações apresentam maior experiência no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos.

Em 2011, as quantidades adquiridas na modalidade de Compra Direta-CDAF não foram tão expressivas quando comparadas aos anos anteriores, tendo em vista que houve pouca demanda para aquisição dos produtos, devido a alta de preços.

Por meio da CDAF foram adquiridas 144 toneladas de sementes de feijão, atendendo a 205 produtores familiares, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro II – Demonstrativo de Aquisições na modalidade CDAF - MDS

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
MDS					
MS	1	Semente de feijão	205	144	720.000,00
Subtotal	1	-	205	144	720.000,00

Fonte: Supaf/Gecaf

Como o recurso utilizado no CDAF, foi proveniente do MDS e neste caso há possibilidade de doação dos produtos adquiridos, desde que autorizados, repassamos as sementes de feijão à Assentados de diversos municípios, quilombolas e à diversas Aldeias Indígenas no estado.

A doação destes produtos representa o plantio de aproximadamente 3.600 hectares, com estimativa de colheita de 3.600 Ton. de feijão. Há ainda a possibilidade de formação de “*banco de sementes*”, para a manutenção das sementes entre os agricultores visando plantios futuros.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

A modalidade CPR Estoque tem tido pouca procura por parte dos agricultores, o que se dá devido à sua característica de “crédito”, pois a quitação destes projetos se dá de forma financeira, e não em produtos como nas demais modalidades. No ano de 2011 houve particular aumento no número de projetos apresentados, conforme **QUADRO III**, em parte devido à divulgação realizada pela Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário de MS, em parte devido à necessidade das Associações/Cooperativas formarem estoques de seus produtos para comercializá-los através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei N° 11.247, de 16 de junho de 2009; Resolução FNDE/CD N° 38, de 16 de julho de 2009; Resolução FNDE/CD N° 67, de 28 de

dezembro de 2009).

Destacamos dentre os projetos realizados em 2011, o de formação de estoque de produtos da sociobiodiversidade, como a Castanha de Cumbaru e a Polpa de Pequi, proposto por Associação gerida exclusivamente por mulheres, localizada no município de Nioaque/MS. Resultados acerca da adimplência nesta modalidade somente poderão ser mensurados no final do exercício de 2012, quando se encerra o prazo para devolução dos recursos adiantados, pois houve atraso na liberação dos recursos provenientes do Termo de Cooperação.

Houve apenas uma aquisição de sementes de feijão subsidiada com recurso provenientes do MDS. Como neste caso há possibilidade de doação dos produtos adquiridos, desde que autorizados pelo MDS. Devido ao exíguo prazo de validade, o produto foi imediatamente repassado à Assentados dos municípios de Itaquiraí, Juti e Tacuru e à diversas Aldeias Indígenas no estado.

A doação destes produtos representa o plantio de aproximadamente 450 hectares, com estimativa de colheita de 450.000 kg de feijão. Há ainda a possibilidade de formação de “*banco de sementes*”, para a manutenção das sementes entre os agricultores visando plantios futuros.

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas 339 toneladas de castanha de baru, bebida láctea e sementes de feijão, atendendo a 245 produtores familiares, conforme detalhado no próximo quadro.

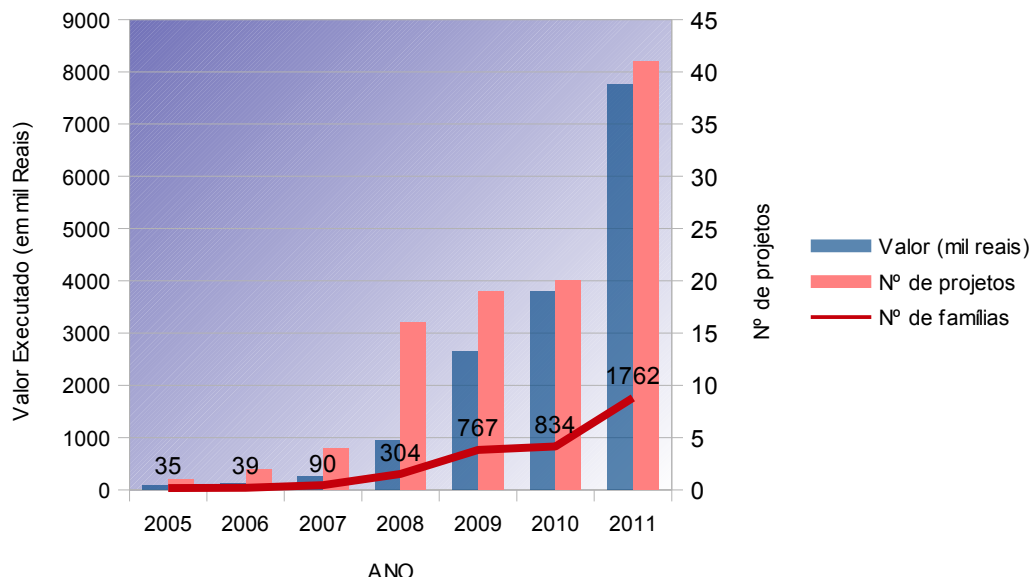
Quadro III – Demonstrativo de Aquisições na modalidade CPR-Estoque

UF	N.º Municípios	Produto	MDS			MDA		
			N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)
MS	4	Castanha de baru	-	-	-	5	2	39.979,00
		Bebida láctea	-	-	-	123	248	430.500,00
		Feijão, logurte e Queijo	-	-	-	92	71	322.000,00
		Semente de feijão	25	18	108.000,00	-	-	-
		-	25	18	108.000,00	220	321	792.479,00

Fonte: Supaf/Gecaf

Apesar da lei de criação do PAA ter sido publicada em 2003, a modalidade CPR Doação somente entrou em operação no estado em 2005. Diversos fatores contribuíram para o atraso na implementação do Programa, sendo o principal o desconhecimento por parte dos produtores rurais da possibilidade de comercializar seus produtos através do PAA. Com o início da implementação do Plano Estratégico Corporativo em 2006, houve uma intensificação da divulgação do PAA nos estados e esta levou a uma participação mais efetiva e crescente dos agricultores familiares, conforme podemos observar na Figura X.

Figura X – Evolução das Aquisições por meio da CPR-Doação



FONTE: Sureg-MS/Gedes/Sedem

No ano de 2011 o aumento no número de projetos apresentados foi 215% superior, passando de 19 à 41. Na condução dos trabalhos, verificou-se que este crescimento ocorreu devido à combinação de vários fatores, dentre os quais destacamos:

- a) A divulgação do Programa pelos próprios agricultores que já participam dos projetos e relatam a experiência como positiva àqueles que encontram dificuldade em comercializar sua produção;
- b) As Associações/Cooperativas de agricultores iniciaram um processo de reestruturação e adequação legal diante da real possibilidade de comercialização dos produtos de seus Associados/Cooperados;
- c) Diversas instituições passaram a apoiar os projetos, tanto na fase de elaboração como na execução, auxiliando inclusive nas prestações de contas apresentadas pelas Associações/Cooperativas à Conab, dentre as quais citamos a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER/MS, Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário – SEBRAE/MS, Programa SESC Mesa Brasil e Prefeituras Municipais através das Secretarias de Agricultura, Desenvolvimento e Assistência Social.

A Superintendência Regional da Conab no Mato Grosso do Sul previu, no início do exercício 2011, operar R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) nesta modalidade, porém em outubro/2011 esta meta foi readequada para R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais). Dentro deste novo objetivo foram executados R\$ 7.761.627,88 (sete milhões setecentos e sessenta e um mil seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos), equivalendo a 103,5% da meta fixada. Todos os projetos realizados no ano de 2011 foram pagos com recursos do MDS.

Em treinamento realizado na Conab/Matriz em outubro/2011, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS elencou algumas prioridades de atendimento, que resumem-se no direcionamento das aquisições de produtos das seguintes categorias: Comunidades Indígenas e Quilombolas, Grupos de Mulheres Rurais e de Assentados da Reforma

Agrária enquadrados nos grupos A, A/C e B do Pronaf. Tais prioridades tem como objetivo atender às diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria Rural, com o intuito de melhorar as condições de vida da população rural cuja renda *per capita* é inferior a R\$70,00/mês, por acreditar-se que estes grupos possuem grande nº de famílias nesta situação. A participação de cada categoria encontra-se estratificada no quadro abaixo:

Quadro IV - Categorias dos fornecedores atendidos na modalidade CPR Doação

Categoria		Percentual (%)
Comunidade Indígena		5,79
Comunidade Quilombola (Enquadramento Pronaf: Grupo B)		2,72
Assentados da Reforma Agrária	Enquadramento Pronaf: Grupo A	45,12
	Enquadramento Pronaf: Grupo A/C	8,45
Demais enquadramentos Pronaf (C, D, E, V)		37,92
TOTAL		100,00
Participação das categorias prioritárias em relação ao total		62,08
META		Não fixada

FONTE: Sureg-MS/Gedes/Sedem

Apesar não haver meta fixada para atendimento dos grupos prioritários, a Sureg/MS buscou parcerias junto à Funai, às entidades representativas das Comunidades Quilombolas e da Agricultura Familiar no estado a fim de orientá-los acerca da elaboração de projetos. Como resultados dos esforços empreendidos, 62,08% do total de agricultores atendidos nesta modalidade pertencem à estes grupos.

Cabe destacar a participação de 03 Associações de Produtoras Rurais geridas exclusivamente por mulheres, localizadas nos municípios de Itaporã, Itaquiraí e Nioaque, que devido ao seu enquadramento no Pronaf encontram-se computadas no Quadro X, no total dos fornecedores pertencentes aos Grupos A e A/C do Pronaf.

A inexistência de pesquisa oficial quanto ao impacto desta política pública não nos permite quantificar seus resultados. Fato é, que, nas localidades onde o programa está em execução ocorre maior movimentação no mercado local, gera maior organização e regularização na produção e esta alcança mercados antes inexplorados, percebe-se a elevação da auto-estima dos agricultores, a permanência das famílias na área rural é estimulada e a possibilidade de comprovação de renda (devido à obrigatoriedade de apresentação da nota fiscal de venda) eleva o poder de compra dos agricultores, facilita seu acesso à créditos e contribui para sua aposentadoria.

Além de promover o desenvolvimento local nos diversos municípios, a modalidade CPR Doação tem sido instrumento essencial para o fornecimento de produtos através do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, pois tendo como pré-requisito a organização das Associações e Cooperativa de Agricultores, também os torna aptos a acessar outras políticas públicas direcionadas ao segmento da Agricultura Familiar.

Por meio da CPR-Doação foram doadas 4.656 toneladas de produtos alimentícios a 364 instituições sociais, beneficiando 206.883 pessoas, conforme detalhado no quadro seguinte.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro V – Demonstrativo de Aquisições na modalidade CPR-Doação

UF	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º de Participantes Consumidores	N.º de Pessoas Atendidas
MS	24	Diversos	1.762	4.656	7.761.627,88	364	206.883
Total			1.762	4.656	7.761.627,88	364	206.883

Fonte: Supaf/Gecaf

Quadro VI – Resumo das maiores operações na modalidade CPR-Doação

Razão Social da Proponente	Município	Produtos	Nº de Produtores	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Nº de Pessoas Atendidas
Cooperativa Agroindustrial Ceres	Ponta Porã	Semente de Feijão	314	232.000	1.392.000,00	17.140
Cooperativa de Produção e Serviço da Agricultura Familiar	Jardim	Hortifruti e derivados do leite	189	482.450	850.500,00	36.014
Associação dos Hortifruticultores de Ivinhema e Novo Horizonte do Sul	Ivinhema	Hortifruti, frango caipira, derivados do leite e panificados	129	377.071	580.437,49	3.635
Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol - ACODECOL	Caracol	Hortifruti e derivados do leite	120	262.200	540.000,00	11.929
Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio - COPRAN	Anastácio	Hortifruti, iogurte e mel de abelha	89	380.200	400.500,00	5.420
Associação dos Agricultores Familiares do Município de Terenos/MS	Terenos	Hortifruti	88	284.589	395.999,60	8.189
Associação dos Produtores da Agrovila Formosa - AGROFORM	Dourados	Hortifruti	82	298.365	368.947,00	16.933
Associação dos Trabalhadores Rurais e Assentados do PA Novo Horizonte do Sul	Novo Horizonte do Sul	Hortifruti, iogurte, frango caipira e panificados	73	159.186	328.467,13	2.413
Centro Organizacional da Cultura da Etnia Kaiowa de Dourados	Dourados	Hortifruti e peixe	80	298.153	305.532,20	7.200
Associação dos Agricultores Familiares do Município de Terenos/MS	Terenos	Hortifruti	58	187.547	260.998,80	3.432
TOTAL			1.222	2.961.761	5.423.382,22	112.305

Fonte: Sureg-MS/Gedes/Sedem

Na operacionalização da CDAF a Conab monta os polos de compra em regiões produtoras, comunica as organizações acerca dos dias e locais para a aquisição e o pagamento é realizado em até 10 dias, enquanto a CPR-Estoque e CRP-Doação exigem que as entidades proponentes enviem à Conab, por meio do PAANet, projetos detalhados, com a quantidade de

produtores fornecedores, produtos e quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

3.2.1.2 – Aquisição do Governo Federal-AGF

O baixo índice de intervenção em 2011, na comercialização de produtos amparados pelo Governo Federal através da PGPM – Política da Garantia de Preços Mínimo, se deve a estabilização do mercado com preços acima dos valores pago pela PGPM.

Quadro VII – Demonstrativo de Aquisições do Governo Federal - AGF

PRODUTO	QUANT.(KG)	VALOR (R\$)
Feijão Anão Cores T-1	30.618	42.047,69
Feijão Anão Cores T-2	266.235	354.971,13
Total	296.853	397.018,82

Em face da referida estabilização dos preços no mercado agrícola, não houve a necessidade de intervenção governamental com a oferta de Contrato Público de Opção de Venda.

3.2.2 – Concessão de Prêmios para Escoamento da Produção

3.2.2.1 – Prêmio para o Escoamento do Produto-PEP

A concessão de Prêmio para o Escoamento do Produto-PEP, permite enfrentar os gargalos na logística para armazenamento de trigo, uma vez que as normas exigem que os produtos sejam armazenados por tipo/classe, bem como, o arroz que necessita de armazéns apropriados para arroz a granel, sendo que os armazenadores não se interessam no credenciamento, o que torna difícil a sua comercialização para AGF- PGPM, sendo assim o PEP é a melhor opção, pois não envolve credenciamento de armazém o que facilita a logística e como os preços estão muito abaixo do preço mínimo para produtos de qualidade inferiores, podem ocasionar prejuízos ao Governo este tipo de operação.

Quadro VIII – Demonstrativo de Prêmio p/ Escoamento de Produto - PEP

PRODUTO	QUANT.(KG)	VALOR (R\$)
Trigo em grãos	3.486.000	599.592,00
Arroz em casca	5.600.000	800.940,00

Diante da estabilização dos preços no mercado agrícola, não houve a necessidade de intervenção governamental com a concessão de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – PEPRO.

3.2 – Principais Indicadores de Desempenho

Quadro IX – Efetividade das Intervenções no Mercado

Nome do Indicador: Efetividade das Intervenções no Mercado				
Objetivo do Indicador: Acompanhar o efeito das intervenções governamentais, executados pela Conab, nos preços dos produtos agropecuários.				
Tipo: Efetividade				
Área Responsável: Sugof/Gerab				
Fórmula de cálculo e método de medição: O cálculo é feito em duas etapas: 1ª - Para unificar os valores das intervenções, deve-se somar os volumes exercidos com PROP, COV, AGF, PEP e PEPRO em cada mês e subtrair-los do volume de Vendas do mês correspondente [(PROP+COV+AGF+PEP+PEPRO)-Vendas]=y. 2ª - Calcular o coeficiente de correlação do momento do produto Pearson (r), com a fórmula matemática abaixo, onde: x = Preço de mercado em cada mês, x = Média de preço dos 12 meses do ano, y = Volume utilizado (compra e venda) no mês, y = Média do volume utilizado (compra e venda) nos 12 meses do ano, r=coeficiente de correlação de Pearson. Associação linear entre as variáveis. Sinal: indica o sentido da variação. Positivo (x e y variam no mesmo sentido); Negativo (x e y variam em sentido oposto). Intervalo de variação: -1 ≤ r ≤ 1 indica a intensidade da relação entre as variáveis. r=-1, r=1: perfeita / forte; 0,10 ≤ r ≤ 0,3: fraca; 0,40 ≤ r ≤ 0,6: moderada; 0,70 ≤ r ≤ 1: forte. Valores de "r" estão apresentados em módulo.				
$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum (x_i - \bar{x})^2 \sum (y_i - \bar{y})^2}}$				
* - COHEN, Jacob. (1988), <i>Statistical power analysis for the behavioral sciences</i> . Hillsdale, NJ, Erlbaum. - DANCEY, Christine & REIDY, John. (2006), <i>Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows</i> . Porto Alegre, Artmed.				
Fonte dos dados: Sugof/Suinf				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
Acima de 0,30	-	-	-	-
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Este indicador está em fase de análise pelas áreas técnicas da Matriz e, se aprovado deverá entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgado necessário e suficiente será estendido para as regionais.				

Quadro X – Execução das operações de subvenção PEP

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEP				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; Pep=Prêmio para Escoamento de Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, p				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Este indicador está em fase de análise pelas áreas técnicas da Matriz e, se aprovado deverá entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgado necessário e suficiente será estendido para as regionais.				

Quadro XI – Execução das operações de subvenção PEPRO

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção PEPRO demandadas pelo MAPA				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn =Quantidade negociada e Qd =Quantidade demandada; $Pepr$ =Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidos do MAPA, baseadas nas Portarias				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Este indicador está em fase de análise pelas áreas técnicas da Matriz e, se aprovado deverá entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgado necessário e suficiente será estendido para as regionais.				

4 – Promoção do Abastecimento
4.1 - Conjuntura dos Principais Produtos Amparados pelas Vendas Governamentais

Considerando o perfil de atuação da Sureg/MS, cabe salientar que no caso das Superintendências Regionais localizadas em estados consumidores de produtos primários, estas participam do abastecimento com maior intensidade, analisando o mercado consumidor e subsidiando as instâncias superiores para as tomadas de decisão, condição esta que não contempla a Superintendência Regional/MS, pois estamos em um estado exportador de produtos primários, onde o pequeno consumo local, não implica em intervenções governamentais.

Entretanto, quando há um expressivo volume de estoques ocupando grande parte dos armazéns, e que podem comprometer o recebimento da próxima safra, a Sureg embasada em informações dos seguimentos envolvidos, sugere a necessidade de venda, evitando a aplicação de recursos desnecessários.

4.2 – Vendas dos Estoques Públicos
4.2.1 – Vendas em Leilões Públicos
Quadro XII – Demonstrativo de Venda de Produtos Oriundos de AGF

Produto	Quant.(kg)	Valor (r\$)
Milho em tipo	2.411.625	997.943,54
Feijão Anão Cores T-2	60.000	37.158,00
Feijão Anão Cores T-3	4.800	1.991,92
Feijão Anão Preto (a) 3	185.000	158.915,00
Trigo Melhorador T-1	4.378.332	2.542.132,90
Trigo Melhorador T-2	3.709.291	1.898.177,52

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Trigo Melhorador T-3	141.388	68.431,79
Trigo Pão T-1	14.448.679	8.216.552,25
Trigo Pão T-2	1.613.250	859.681,81

Quadro XIII - Demonstrativo de Venda de Produto Oriundo de Contrato de Opção

Produto	Quant.(kg)	Valor (r\$)
Milho em tipo	172.967.045	67.882.165,63
Trigo Melhorador T-1	11.451.500	6.599.605,80
Trigo Melhorador T-2	512.500	261.396,00

4.2.2 – Venda para Escoamento do Produto-VEP

Quadro XIV - Demonstrativo de Venda de Produto Oriundo de AGF - VEP

Produto	Quant.(kg)	Valor (R\$)
Milho em tipo	13.630.482	4.023.043,65

Quadro XV - Demonstrativo de Venda de Produto Oriundo de Contrato de Opção - VEP

Produto	Quant.(kg)	Valor (R\$)
Milho em tipo	172.649.201	51.044.284,91

Dado que a Superintendência Regional, compete apenas a operacionalização das vendas, haja vista que as decisões são do MAPA/CONAB/SEDE, e as vendas são feitas em bolsas através de leilões públicos direcionadas para públicos específicos portanto a regional, somente acompanha os leilões nas bolsas locais, programa as saídas dos produtos, emitindo notas fiscais, portanto, não havendo contato direto do adquirente com funcionários da regional.

4.2.3 – Venda Balcão

O programa destinado a atender pequenos produtores do estado de MS, foi implantado no início do exercício, disponibilizando-se 1.000 ton. de milho em grãos. No entanto, fatores como os limites de aquisição e preços equivalentes aos praticado no mercado, restringiram sua capacidade de atendimento.

4.2.4 - Doação de Alimentos

4.2.4.1. Doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional - MDS

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS, e a COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, em 27.05.2011, celebram o Termo Aditivo nº 01 ao Termo de Cooperação nº 007/2010-SESAN, que tem por objetivo estabelecer parceria entre o MDS e a CONAB, no âmbito de suas atribuições, visando a aquisição de gêneros alimentícios básicos para dar continuidade à distribuição gratuita de cestas de alimentos às famílias de grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional como acampados, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, pescadores artesanais em situação emergencial inopinada e notória em todo o território nacional.

A Distribuição de Alimentos é uma ação emergencial que tem o objetivo de entregar cestas de alimentos para famílias de determinados segmentos sociais que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A indicação dos beneficiários, em articulação com os seus Órgãos representativos, é definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Os alimentos são comprados por meio de parceria firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O MDS repassa o recurso financeiro para a CONAB, que atua na aquisição, controle de qualidade, armazenagem e distribuição dos alimentos.

As cestas são compostas por oito tipo de alimentos, totalizando 23 kg cada, com a seguinte composição: (10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 1 kg de fubá, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de açúcar, 1 kg de macarrão, 2 kg de farinha de mandioca e 2 kg de leite em pó). Parte dos alimentos que compõem as cestas distribuídas vem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra a produção da agricultura familiar.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional pode solicitar cestas para os municípios que estejam em situação de emergência e/ou calamidade pública reconhecidos.

No Estado de Mato Grosso do Sul, foram contemplados com as distribuições de cestas de alimentos os seguintes segmentos sociais:

Quadro XVI - Demonstrativo dos Segmentos Atendidos

Armazém de Distribuição	Nº de Famílias					Total de Atendimento
	Acampados	Indígenas	Quilombolas	Terreiros	Catadores de Mat. Recicláveis	
UA/Campo Grande/MS	4.500	14.862	180	100	200	19.842

Face a nova demanda do INCRA e Ouvidoria Agrária Nacional do MDA para distribuição de cestas de alimentos às famílias acampadas no Mato Grosso do Sul, foi autorizado através da CI SUPAB nº 807 de 26.08.2011, a entrega de 2.862 (duas mil, oitocentas e sessenta e duas) cestas, por etapa, em substituição as 4.500 (quatro mil e quinhentas), definidas pelo MDS para serem atendidas em 2011, conforme o quadro demonstrativo dos segmentos a serem atendidos pelo Termo Aditivo nº 01 ao Termo de Cooperação nº 007/2010.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

No ano de 2011, a Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul não efetuou a distribuição das cestas de alimentos às famílias de catadores de materiais recicláveis, uma vez que a SUPAB, através do Fax nº 1070 de 08.11.2010, suspendeu o atendimento até definição do órgão representante deste segmento com o MDS/SESAN. Até o encerramento do exercício 2011, não houve decisão sobre o referido atendimento.

Para o Mato Grosso do Sul foram adquiridas 930 toneladas de diversos produtos através de leilão eletrônico, bem como foram utilizadas 1.694 toneladas de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, prioritariamente direcionados para a composição das cestas de alimentos destinadas ao atendimento das famílias de comunidades específicas como: Acampados, Quilombolas, Terreiros, Indígenas e/ou outras em situação de insegurança alimentar e nutricional, conforme demonstrativos abaixo:

Quadro XVII - Demonstrativo de Aquisição e de Distribuição de Gêneros Alimentícios

Produtos	Estoque 2010	Leilão	PAA	Total	Quantidade Distribuída	Saldo 2011 kg
Arroz	593.980	269.940	746.180	1.610.100	1.216.960	393.140
Feijão	0	0	543.840	543.840	542.820	1.020
Fubá	33.096	117.224	0	150.320	88.547	61.773
Óleo de Soja	213.567	234.445	0	448.012	324.451	123.561
Açúcar Cristal	193.836	192.068	0	385.904	239.576	146.328
Macarrão	86.388	117.242	0	203.630	141.854	61.776
Farinha de Mandioca	0	0	122.322	122.322	121.914	408
Leite em Pó	0	0	282.000	282.000	258.074	23.926
Totais	1.120.867	930.919	1.694.342	3.746.128	2.934.196	811.932

Quadro XVIII - Demonstrativo de Distribuição de Alimentos

Produtos	Distribuição por Segmento							
	Acampados	Quilombolas	Terreiros	Indígenas	Análise	Entidades (*)	Transf. (**)	Totais kg
Arroz	164.800	18.000	10.500	869.190	0	10.470	144.000	1.216.960
Feijão	72.710	14.400	8.000	404.510	0	0	43.200	542.820
Fubá	10.666	1.800	1.000	43.653	12	31.416	0	88.547
Óleo de Soja	36.836	4.320	2.400	208.713	6	19.376	52.800	324.451
Açúcar Cristal	29.084	5.040	2.800	173.838	14	0	28.800	239.576
Macarrão	18.418	2.520	1.200	86.919	27	6.370	26.400	141.854
Farinha de Mandioca	29.084	14.400	8.000	50.430	0	0	20.000	121.914
Leite em Pó	22.892	3.240	1.800	174.198	0	11.944	44.000	258.074
Totais	384.490	63.720	35.700	2.011.451	59	79.576	359.200	2.934.196

Obs: - (*) Produtos doados exclusivamente para Entidades públicas e as de interesse social (Programa Mesa Brasil – SESC/MS e Prefeitura Municipal de Campo Grande – Banco de Alimentos), devidamente regularizadas e com atuação direta em ações de segurança alimentar e nutricional, a fim de evitarmos o vencimento desses produtos em nossa Unidade Armazenadora de Campo Grande/MS. (**) Produtos transferidos para as SUREG's RJ, PR e RS, a fim de evitarmos o vencimento desses produtos em nossa Unidade Armazenadora de Campo Grande/MS.

Em 25.06.2010, foi assinado o Termo de Cooperação nº 007/2010, firmado entre CONAB/MDS, visando a aquisição de gêneros alimentícios básicos para dar continuidade à distribuição gratuita para famílias de grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar.

De acordo com o quadro demonstrativo dos segmentos a serem atendidos pelo Termo de Cooperação nº 007/2010, conforme indicação pelo INCRA, de que existiriam 16.000 (dezesesseis mil) famílias acampadas no Estado de Mato Grosso do Sul, a CONAB, através dos Avisos de Compras nºs 139/2010, 140/2010, 143/2010, 145/2010 e 146/2010, realizados nos dias 06 e 07.07.2010, efetuou a aquisição de gêneros alimentícios para o atendimento de 04 (quatro) etapas, ou seja, 64.000 (sessenta e quatro mil) cestas de alimentos, destinadas às famílias acampadas no MS.

Entretanto, após o recadastramento efetuado pelo INCRA/MS, das 64.000 (sessenta e quatro mil) cestas de alimentos, adquiridas para o atendimento das famílias acampadas no MS, foram distribuídas até o fim do ano de 2010, 9.176 (nove mil, cento e setenta e seis) cestas de alimentos. Até o mês de junho/2011, foram distribuídas mais 3.876 (três mil, oitocentas e setenta e seis) cestas, no total de 13.052 (treze mil e cinquenta e duas) cestas de alimentos. Portanto, restou um saldo de 50.948 (cinquenta mil, novecentos e quarenta e oito) cestas de alimentos, que foram direcionadas em caráter prioritário, para atender o público alvo do Convênio (comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros). Tendo em vista a proximidade do prazo de vencimento de alguns produtos, fez-se necessário a transferência dos mesmos para outras Regionais, bem como a doação às Entidades conveniadas ao MDS, conforme discriminado no Mapa Demonstrativo de Distribuição de Alimentos, a fim de evitarmos seus vencimentos.

Na área sob responsabilidade da SUREG/MS, foram atendidas aproximadamente 18.004 famílias, com a distribuição de 105.919 cestas de alimentos, totalizando 2.495.361 kg de produtos distribuídos, conforme detalhado no quadro a seguir:

Quadro XIX - Atendimentos Realizados pela SUREG/MS

	Acampados	Quilombolas	Terreiros	Indígenas	Totais
Nº Famílias	2.862	180	100	14.862	18.004
Nº Atendimento	16.480	1.620	900	86.919	105.919
Alimentos Entregues (kg)	384.490	63.720	35.700	2.011.451	2.495.361

Obs: - No mês de agosto/2011, a SUREG/MT efetuou a doação de 1.150 cestas de alimentos, totalizando 23.000 kg de produtos, destinadas ao atendimento das famílias indígenas, subordinadas a Funai de Campo Grande/MS, não havendo a participação da SUREG/MS no referido atendimento.

4.2.4.2 - Suplementação da Oferta de alimentos para Entidades Públicas e de Interesse Social/ PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, tem como finalidade incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança

alimentar, adquirindo produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, por meio do instrumento Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF.

A Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, visa a formação de estoque estratégico do Governo Federal e renda ao agricultor familiar, inserindo-o no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção a preços de mercado. Os estoques formados nesta modalidade, além de atenderem, por meio de doação, demandas de pessoas em situação de insegurança alimentar, destinam-se, também, à composição de cestas de alimentos.

Para alcançar os objetivos do Programa e evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos, a CONAB, fica autorizada a direcionar os estoques oriundos do PAA através de doação, às entidades definidas pelo MDS, tais como os COEP's, os Bancos de Alimentos, entidades filantrópicas, administrações municipais e segmentos populacionais específicos, como famílias quilombolas, atingidos por barragens, acampados, indígenas, comunidades de terreiros, entre outros.

Quadro XX - Demonstrativo de Doações

Produtos	Quantidade Distribuída (kg)
Farinha Mandioca	250.000
Feijão Anão Cores	50.000
Total	300.000

Quadro XXI - Entidades Beneficiadas

1. Prefeitura Municipal de Campo Grande – Banco de Alimentos
2. Programa Mesa Brasil – SESC/ES
3. Programa Mesa Brasil – SESC/GO
4. Programa Mesa Brasil – SESC/MG
5. Programa Mesa Brasil – SESC/MS
6. Programa Mesa Brasil – SESC/MT

4.4.3. Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM

Por decisão governamental contida no Art. 26, da Lei nº 12.058/09, o Governo Federal disponibilizou para doação 1.019.520 kg de feijão, nas variedades cores e preto, originários dos estoques públicos (PGPM), que se encontravam depositados no Mato Grosso do Sul, visando ações de suplementação alimentar vinculadas a programas conduzidos pelo MDS, MEC e Secretaria Nacional de Defesa Civil.

O produto é doado exclusivamente para Entidades públicas e as de interesse social, devidamente regularizadas e com atuação direta em ações de segurança alimentar e nutricional, conforme demonstrativo abaixo:

Quadro XXII - Demonstrativo de Beneficiário(s)

Produto	Quantidade Distribuída (kg)	Entidade Beneficiada
Feijão Anão Preto	17.000	Centro de Trat. de Dep. Quim. Eurípedes Barsanulfo - CTEB

4.2.4.4. Distribuição de Alimentos à Pessoa atingida por desastres de qualquer natureza - MI

A SUREG/PR, sob a orientação do Ministério da Integração Nacional, distribuiu 2.000 cestas de alimentos a igual número de beneficiários em Mato Grosso do Sul correspondendo a 49 toneladas de alimentos, não havendo a participação com estoque físico e/ou logística da SUREG/MS no referido atendimento.

4.3 – Principais Indicadores de Desempenho

Quadro XXIII – Execução das Operações de Subvenção VEP

Nome do Indicador: Execução das operações de subvenção VEP				
Objetivo do Indicador: Avaliar a capacidade da Conab em ofertar e negociar em leilão a quantidade demandada pelo MAPA				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Superintendência de Operações Comerciais - Suope				
Fórmula de cálculo: Qn/Qd onde: Qn=Quantidade negociada e Qd=Quantidade demandada; VEP=Valor para Escoamento do Produto. Quantidade demandada refere-se ao estipulado nas Instruções recebidas do MAPA, baseadas nas Portarias Interministeriais MF/MP/MAPA, pr				
Fonte dos dados: Mapa e Conab/Suope				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2011		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2010	2009	2008
100,00%				
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Este indicador está em fase de análise pelas áreas técnicas da Matriz e, se aprovado deverá entrar em fase de teste de aplicabilidade e, se julgado necessário e suficiente será estendido para as regionais.				

5– Prestação de Serviços (correspondente ao item 6 da DN 108/2010)

5.1 – Serviços de Armazenagem de Produtos de Terceiros

Nos quadros abaixo faremos um demonstrativo de receita com serviços de armazenagem de produtos de terceiros e a quantidade de estoque de produtos nas Unidades Armazenadoras da Conab em Mato Grosso do Sul.

a) Histórico de Receita de Armazenagem com Produtos de Terceiros.

Quadro XXIV - Demonstrativo de Estoque e Faturamento das Unidades Armazenadoras - UAs

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros (R\$)					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Campo Grande	108.398,49	97.788,30	57.248,10	294.386,01	73.946,67	194.190,75
Cassilândia	22.931,73	48.300,28	17.463,05	29.487,03	14.995,30	55.036,32
Chapadão do Sul	217.364,53	349.695,28	584.764,68	762.843,49	112.246,83	164.557,44
Dourados	372.815,67	626.047,82	874.380,05	576.792,34	67.407,23	141.052,60
Maracaju	18.525,16	43.320,69	315.853,11	518.778,50	277.672,83	162.799,18
Rio Brilhante	19.504,29	30.404,49	420.668,77	398.577,68	210,66	208.304,19
São Gabriel D'Oeste	142.088,41	70.186,18	310.838,86	369.750,32	91.484,92	45.546,59
Sidrolândia	48.826,32	40.947,97	262.118,67	313.055,20	4.265,31	123.526,07
Total-Sureg	950.454,60	1.306.691,01	2.843.335,29	3.263.670,57	642.229,75	1.095.013,14

Fonte:

b) Detalhamento da Receita de Armazenagem com produtos de Terceiros.

Quadro XXV - Demonstrativo de Faturamento com Serviços de Armazenagem das Unidades Armazenadoras

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
SERVIÇOS	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento (R\$)	Faturamento TOTAL (R\$)
Armazenagem	8.389,86	56.136,90	42.918,31	42.385,08	25.415,62	10.378,36	5.001,02	20.034,44	26.943,48	24.785,49	19.798,22	11.229,70	293.416,48
Sobretaxa	182,16	8.208,85	11.233,46	12.710,86	8.330,90	3.448,17	1.764,27	6.049,41	7.995,90	7.766,81	6.217,09	3.500,75	77.408,63
Carga	28.193,13	37.410,78	19.629,76	12.622,65	3.103,60	4.094,54	11.691,87	2.790,05	7.033,38	2.183,33	2.115,27	806,98	131.675,34
Descarga	0,00	3.503,61	516,48	2.881,65	691,00	466,84	279,42	5.423,93	1.343,49	133,38	0,00	0,00	15.239,80
Tx Administ	2.781,59	4.187,83	2.014,62	1.550,44	382,78	456,13	1.197,33	892,51	837,70	231,67	211,54	0,00	14.744,14
Limpeza	739,75	0,00	2.024,43	4.503,71	14,40	152,22	237,58	10.333,67	2.893,33	444,40	0,00	0,00	21.343,49
Secagem	0,00	0,00	16.238,16	46.643,68	0,00	4.091,91	4.652,37	133.603,89	44.043,67	3.925,02	0,00	0,00	253.198,70
Recepção	413,24	3.280,07	2.152,56	4.297,42	131,62	385,19	394,34	12.024,84	3.883,35	340,21	0,00	0,00	27.302,84
Expedição	50.938,36	73.104,48	35.904,56	29.134,86	7.512,73	7.299,98	24.295,51	7.073,12	12.528,84	3.965,57	4.657,66	3.113,43	259.529,10
Emissão/Doc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensaque/Rees	0,00	0,00	0,00	57,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,86
Remoções	0,00	0,00	0,00	29,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,00
Seguro	2,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,76
Pesagem Avulsa	0,00	0,00	165,00	0,00	15,00	150,00	225,00	195,00	180,00	135,00	0,00	0,00	1.065,00
TOTAL(R\$)	91.640,85	185.832,52	132.797,34	156.817,21	45.597,65	30.923,34	49.884,94	198.420,86	107.683,14	43.910,88	32.999,78	18.650,86	1.095.159,37

Quadro XXVI - Demonstrativo do Estoque gerador do Faturamento com Serviços de Armazenagem das UAs

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total 2011
SERVIÇOS	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque (kg)	Estoque TOTAL (kg)
Armazenagem	4.165.478,00	30.016.395,00	22.947.338,00	22.667.659,00	13.591.120,00	5.548.190,00	2.675.720,00	10.702.980,00	14.410.690,00	13.254.274,00	10.586.974,00	6.003.784,00	156.570.602,00
Sobretaxa	121.444,76	5.472.581,20	7.488.982,25	131.499.522,42	5.553.926,78	2.638.765,49	1.176.177,93	4.032.939,69	5.330.600,01	5.177.870,23	4.144.731,02	2.333.831,96	174.971.373,74
Carga	24.314.590,00	29.691.101,00	15.579.200,00	9.628.954,00	2.489.308,00	3.249.640,00	9.279.263,00	2.222.368,00	5.582.047,00	1.732.800,00	1.678.790,00	701.720,00	106.149.781,00
Descarga	0,00	1.946.450,00	286.940,00	2.284.470,00	96.890,00	163.690,00	107.400,00	3.013.280,00	746.380,00	74.100,00	0,00	0,00	8.719.600,00
Tx Administ	27.815,93	41.877,65	20.146,28	515.517,47	3.827,65	4.561,38	11.971,29	8.925,19	8.376,87	2.316,71	2.115,27	0,00	647.451,69
Limpeza	272.970,00	0,00	968.610,00	2.110.220,00	6.890,00	63.160,00	180.820,00	4.908.650,00	1.346.000,00	212.630,00	0,00	0,00	10.069.950,00
Secagem	0,00	0,00	942.010,00	2.492.680,00	0,00	211.020,00	226.610,00	6.629.820,00	2.299.700,00	180.200,00	0,00	0,00	12.982.040,00
Recepção	132.450,00	2.050.050,00	1.345.340,00	2.707.810,00	96.890,00	245.620,00	248.900,00	7.515.510,00	2.431.510,00	212.630,00	0,00	0,00	16.986.710,00
Expedição	23.829.760,00	32.796.351,00	16.856.600,00	13.678.330,00	3.527.108,00	3.427.220,00	11.406.343,00	3.320.704,00	5.882.087,00	1.861.770,00	2.186.690,00	930.310,00	119.703.273,00
Emissão/Doc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensaque/Rees	0,00	0,00	0,00	13.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.240,00
Remoções	0,00	0,00	0,00	13.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.240,00
Seguro	131.534,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131.534,87
Pesagem Avulsa	0,00	0,00	11,00	0,00	0,00	10,00	15,00	13,00	12,00	9,00	0,00	0,00	70,00

Fonte: SAAGRA

c) Balanço da Movimentação de Estoque Físico-Fiscal de Terceiros - Exercício 2011
Quadro XXVII - Movimentação de Estoque Físico-financeiro das Unidades Armazenadoras - UAs

Unidade Armazenadora	Produto	Saldo anterior		entrada		saída		Saldo exercício 2011	
		Peso (kg)	Fiscal (R\$)	Peso (kg)	Fiscal (R\$)	Peso (kg)	Fiscal (R\$)	Peso (kg)	Fiscal (R\$)
1. Campo Grande	Malte em grãos	273.540,00	359.402,07	0,00	0,00	273.540,00	359.540,00	0,00	0,00
	Milho em Grãos	0,00	0,00	3.605.020,00	1.297.807,20	3.605.020,00	1.297.807,20	0,00	0,00
	TOTAL	273.540,00	359.402,07	3.605.020,00	1.297.807,20	3.878.560,00	1.657.347,20	0,00	0,00
2. Cassilândia	Milho em Grãos	0,00	0,00	1.050.960,00	315.288,00	1.050.960,00	315.288,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	1.050.960,00	315.288,00	1.050.960,00	315.288,00	0,00	0,00
3. Chapadão do Sul	Sorgo	0,00	0,00	535.950,00	159.069,96	535.950,00	159.069,96	0,00	0,00
	Milho em Grãos	3.919.290,00	1.140.513,39	1.151.290,00	447.045,94	3.486.248,00	447.045,94	1.584.332,00	461.040,61
	TOTAL	3.919.290,00	1.140.513,39	1.687.240,00	606.115,90	4.022.198,00	606.115,90	1.584.332,00	461.040,61
4. Dourados	Milho em Grãos	17.850,00	5.194,35	2.163.140,00	649.016,20	2.094.090,00	621.961,95	87.749,00	32.432,56
	Trigo	0,00	0,00	7.086.667,00	3.640.441,48	5.934.570,00	3.027.756,20	1.152.097,00	612.685,19
	TOTAL	17.850,00	5.194,35	9.249.807,00	4.289.457,68	8.028.660,00	3.649.718,15	1.859.253,00	645.117,75
5. Maracaju	Feijão Cores	0,00	0,00	459.720,00	1.369.085,66	459.720,00	1.369.085,66	0,00	0,00
	Milho em Grãos	10.650,00	2.151,30	3.321.860,00	1.228.632,08	3.325.240,00	1.227.956,77	7.270,00	2.826,61
	Soja	26.190,00	17.285,40	1.021.140,00	769.152,35	994.950,00	751.866,95	26.190,00	17.285,40
	Trigo	0,00	0,00	81.440,00	39.395,10	81.440,00	39.395,10	0,00	0,00
	TOTAL	36.840,00	19.436,70	4.884.160,00	3.406.265,19	4.861.350,00	3.388.304,48	33.460,00	20.112,01
6. Rio Brilhante	Milho em Grãos	0,00	0,00	6.096.740,00	2.322.703,60	5.524.350,00	2.096.074,80	572.390,00	226.682,80
	Soja	0,00	0,00	166.460,00	116.522,00	166.460,00	116.522,00	0,00	0,00
	Trigo	0,00	0,00	2.000.000,00	1.160.800,00	2.000.000,00	1.160.800,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	8.263.200,00	3.600.025,60	7.690.810,00	3.373.396,80	572.390,00	226.682,80
7. São Gabriel do Oeste	Milho em Grãos	99.859,00	19.428,01	46.950,00	19.370,60	146.809,00	38.798,61	0,00	0,00
	TOTAL	99.859,00	19.428,01	46.950,00	19.370,60	146.809,00	38.798,61	0,00	0,00
8. Sidrolândia	Milho em Grãos	25.770,00	6.331,00	4.160.960,00	1.557.531,96	3.745.630,00	1.426.452,64	441.100,00	162.690,32
	Soja	0,00	0,00	22.660,00	16.088,60	22.660,00	16.088,60	0,00	0,00
	Trigo	0,00	0,00	1.450.000,00	819.040,00	1.450.000,00	819.040,00	0,00	0,00
	TOTAL	25.770,00	6.331,00	5.633.620,00	2.392.660,56	5.218.290,00	2.236.301,30	441.100,00	162.690,32
TOTAL(R\$)		8.173.448,00	2.375.475,90	54.548.254,00	26.046.666,50	55.369.864,00	24.185.785,12	7.920.563,00	2.868.596,66

Fonte: SAAGRA

Na tabela 1, comparado ao exercício de 2010, no exercício de 2011 houve um aumento na receita obtida na ordem de 59,4%. No entanto, esta receita corresponde a apenas 33,5% do arrecadado no exercício 2009, ano excepcional em que o governo federal exerceu grande influência no mercado realizando aquisições para garantir os preços mínimos pagos aos produtores, promovendo a formação de estoques públicos através de ferramentas como Contratos de Opção e Aquisições do Governo Federal- AGF. Tal situação reduziu significativamente a disponibilidade de espaço físico para deposição produtos de terceiros a partir do exercício 2009.

Observamos também que no exercício de 2011, houve uma redução da receita gerada a patamares equivalentes aos dos anos de 2007 e anteriores, períodos de poucas intervenções governamentais para formação de estoques públicos.

Na tabela 2 é apresentado os demonstrativo de faturamento com serviços de armazenagem das Unidades Armazenadoras desta Sureg/MS no exercício 2011.

Na tabela 3 é apresentado os demonstrativo do estoque gerador do faturamento com serviços de armazenagem das Unidades Armazenadoras da Sureg/MS. Observa-se que a soma dos valores de cada item gera em termos absolutos o quantitativo total acumulado ao longo dos meses.

Na tabela 4 consta a movimentação de estoque físico-financeira das unidades armazenadoras desta SUREG/MS no exercício 2011. Observa-se que os quantitativos de entradas e saídas de produtos são aproximadamente equivalentes. A dinâmica comercial do agronegócio força o produtor a vender seus produtos para saldarem as dívidas contraídas na implantação, condução e colheita das culturas, ocasionando então o menor tempo de armazenagem do produto.

Com relação à qualidade dos produtos armazenados, cabe salientar que em todas as

fases do processo de armazenagem sempre há o máximo zelo, por parte da CONAB, pelo cumprimento dos normativos em vigor, relativos ao controle de qualidade dos serviços de armazenagem, desde o recebimento até a expedição do produto. A não ocorrência de PIM - Pedido de Indenização de Mercadoria por parte dos produtores que removeram seus produtos das Unidades Armazenadoras desta SUREG/MS no exercício em questão comprova a inexistência de perdas quali-quantitativas nestes estoques.

Quanto aos demais serviços que poderiam ser ofertados pela Companhia, a saber; os Leilões Públicos de Produtos de Terceiros e os Serviços de Classificação de Produtos para Terceiros, esta Sureg/MS não fora demandada por eventuais interessados.

5.2 – Principais Indicadores

Quadro XXVIII – Receita de Armazenagem de Terceiros

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Sede-Sureg/MS	0,84	(289.470,46)	(109.975,97)	(316.584,69)	210,79	7.999,97	47.748,87
Campo Grande	2.424,87	108.398,49	97.788,30	57.248,10	294.386,01	73.946,67	187.509,10
Cassilândia	11.647,88	22.931,73	48.300,28	17.463,05	29.487,03	14.995,30	55.036,32
Chapadão do Sul	361.076,50	217.364,53	349.695,28	584.764,68	762.843,49	112.246,83	164.824,68
Dourados	333.959,95	372.815,67	626.047,82	874.380,05	576.792,34	67.407,23	141.052,60
Maracaju	20.054,92	18.525,16	43.320,69	315.853,11	518.778,50	277.672,83	162.945,41
Rio Brilhante	1.590,43	19.504,29	30.404,49	420.668,77	398.577,68	210,66	209.354,73
São Gabriel D'Oeste	199.135,63	142.088,41	70.186,18	310.838,86	369.750,32	91.484,92	45.576,59

6 – Administração de Estoques Públicos (correspondente ao item 7 da DN 108/2010)

6.1 – Rede Armazenadora

6.1.1 – Rede Armazenadora Própria

A Superintendência da Conab no Mato Grosso do Sul, possui, sob sua jurisdição, 08 (oito) Unidades Armazenadoras com capacidade de armazenamento à granel de 169.200 toneladas e capacidade de armazenamento convencional (ensacado) de 17.300 toneladas. Os armazéns estão distribuídos nas regiões Norte e Sul do Estado e estão aptos para operar nas recepções e expedições de produtos, a exceção fica para a Unidade da Conab em Chapadão do Sul com problemas na cobertura (infiltrações) do graneleiro.

Quadro XXIX – Unidades Armazenadoras da Conab no Mato Grosso do Sul

Unidade	Endereço	Modalidade	CDA	Capacidade (T)
Campo Grande	Av Princ 2 nº 20 N. Indust.	Búfalo	55.0287.0040-3	25.800
	Av Princ 2 nº 20 N. Indust.	Silos Concreto	55.0287.0011-0	16.000
	Av Princ 2 nº 20 N. Indust.	Convenc. Metálico	55.0287-0010-1	3.500
	Av Princ 2 nº 20 N. Indust.	Convenc. Metálico	55.0287-0196-5	2.600
Cassilândia	Av Pres. Dutra nº 3.775	Silos Metálicos	55.0287.0016-0	10.000
	Av Pres. Dutra nº 3.775	Convencional	55.0287.0135-3	2.600
Chapadão do Sul	Rod. MS-306 km 96	Silos Metálicos	55.0287.0173-6	4.100
	Rod. MS-306 km 96	Graneleiro Semi V	55.0287.0175-2	44.600
	Rod. MS-306 km 96	Convenc. Alvenaria	55.0287.0174-4	1.600
Dourados	R. Cel Ponciano nº 1.050	Silos Metálicos	55.0287.0019-5	20.000
Maracajú	Rod. MS-162 Km-1,5	Convenc. Metálico	55.0287.021-7	3.500
	Rod. MS-162 Km-1,5	Silos Metálicos	55.0287.0052-7	16.000
Rio Brilhante	Rod. BR-163 Km 152	Silos Metálicos	55.0287.0024-1	10.000
São Gabriel D' Oeste	Rod. BR-163 Km-610	Granel Flat-Storage	55.0287.0051-9	4.700
	Rod. BR-163 Km-610	Silos Metálicos	55.0287.0036-5	10.000
Sidrolândia	Rod. MS-162 Km-6,0	Convenc. Metálico	55.0287.0037-3	3.500
	Rod. MS-162 Km-6,0	Silos Metálicos	55.0287.0025-3	8.000
			Total	186.500

Fonte: Sureg/MS

6.1.1.1 - Posição de Estoques

A quantidade físico-financeira dos produtos agrícolas estocados nos armazéns próprios (Milho, Trigo, Feijão e Farinha de Mandioca), correspondem atualmente a 8.738.567 Kg (oito milhões e setecentos e trinta e oito mil e quinhentos e sessenta e sete quilos) e R\$ 5.575.756,97 (cinco milhões e quinhentos e setenta e cinco mil e setecentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos).

Quadro XXX – Produtos Armazenados em 31/12/2011

Unidade Armazenadora	Produto	Safra	Quantidade (Kg)	Valor (\$)
Campo Grande	Milho Grãos	2008/2009	1.079.101	338.837,71
	Milho Grãos	2009/2010	556.473	161.933,64
	Far. Mandioca (ensacado)	2008/2009	32.849	24.912,74
	Feijão Cores	2008/2009	116.245	161.545,66
Cassilândia	Milho Grãos	2009/2010	2.296.101	505.142,22
Chapadão do Sul	Milho Grãos	2009/2010	1.584.332	461.040,61
Dourados	Trigo Grãos	2008/2009	1.301.899	699.229,15
	Trigo Grãos	2009/2010	460.028	276.052,76
	Milho Grãos	2005/2006	849	183,96
	Milho Grãos	2010/2011	86.900	32.248,60
Maracajú	Feijão Cores (ensacado)	2006/2007	4.800	3.962,45
	Feijão Cores (ensacado)	2008/2009	584.010	778.660,54
	Feijão Cores (ensacado)	2010/2011	524.943	709.504,86
	Feijão Preto (ensacado)	2008/2009	132.640	176.848,91
	Feijão Semente	2011/2011	157.000	798.000,00
Rio Brillhante	Trigo Grãos	2008/2009	117.371	67.605,60
	Milho Grãos	2009/2010	562.000	176.468,00
São Gabriel D'Oeste	Sem Estoque	-	-	-
Sidrolândia	Far. Mandioca (ensacado)	2009/2010	161.910	119.813,40
	Feijão Cores (ensacado)	2009/2010	58.217	83.766,16
Totais			9.817.668	5.575.756,97

Fonte: Sureg/MS

6.1.1.2 - Serviços de Manutenção

A atividade visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.

Consiste na manutenção e modernização da rede; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.

A rede própria de armazéns da Conab no Mato Grosso do Sul é composta de 08 (oito) Unidades Armazenadoras, com a qual, no exercício de 2011, foram gastos R\$ 38. 445,43 (trinta e oito mil e quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos) com manutenção e modernização.

Quadro XXXI – Investimentos Realizados na Rede Armazenadora Própria

Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Valor Liquidado		Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
		Corrente	Capital	Corrente	Capital	
Cassilândia	Recuperação do poço artesiano	900,00	0,00	0,00	0,00	900,00
	Aquisição de uma bomba para o poço artesiano	0,00	1.685,00	0,00	0,00	1.685,00
	Despesas com licenciamento ambiental do poço para captação de água	3.676,39	0,00	0,00	0,00	3.676,39
Dourados	Aquisição de 1 bomba centrífuga submersível	0,00	1.141,85	0,00	0,00	1.141,85
Rio Brillhante	Aquisição de 1 bomba centrífuga submersível	0,00	1.141,85	0,00	0,00	1.141,85
Chapadão do Sul	Aquisição e instalação de 1 bomba submersa no poço semi-artesiano	600,00	7.876,00	0,00	0,00	8.476,00
	Despesas com licenciamento ambiental do poço para captação de água	7.352,78	0,00	0,00	0,00	7.352,78
Campo Grande	Despesas com licenciamento ambiental do poço para captação de água	3.410,39	0,00	0,00	0,00	3.410,39
Maracaju	Despesas com licenciamento ambiental do poço para captação de água	3.570,39	0,00	0,00	0,00	3.570,39
São Gabriel D'Oeste	Despesas com licenciamento ambiental do poço para captação de água	3.520,39	0,00	0,00	0,00	3.520,39
Sidrolândia	Despesas com licenciamento ambiental do poço para captação de água	3.570,39	0,00	0,00	0,00	3.570,39
		26.600,73	11.844,70	0,00	0,00	38.445,43

Fonte: Supor e Siafi

De modo geral, os armazéns da Conab necessitam de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétricas e mecânicas), haja vista que foram construídas há mais de 20 anos, com equipamentos obsoletos e muitas vezes fora das exigências operacionais atuais.

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para Certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, aprovados pela Instrução Normativa do MAPA n.º 29, a Conab estabeleceu cronograma de investimentos para adequação de suas unidades armazenadoras no Mato Grosso do Sul a partir de 2013 até 2015, conforme detalhado no Quadro XCVI – Certificação de Unidades Próprias – Investimentos, do Anexo 1 .

6.1.2 – Rede Armazenadora Contratada

6.1.2.1 – Posição de Estoques

No fim do exercício de 2011, os estoques, à nível Nacional, depositados em unidades armazenadoras de terceiros era 3,8 milhões de toneladas. No Mato Grosso do Sul era de 9.238 toneladas de produtos agrícolas, principalmente com os produtos milho e trigo.

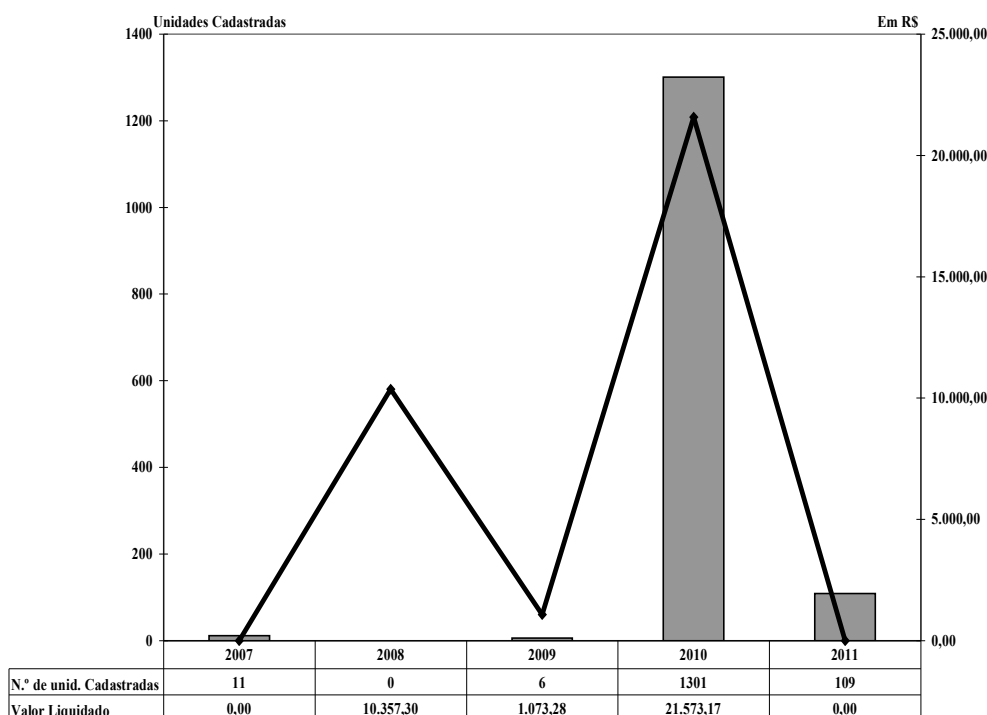
6.1.3 – Oferta Nacional de Armazenagem

Atualmente Mato Grosso do Sul conta com uma rede armazenadora composta por 190 (cento e noventa) armazéns convencionais (ensacados) com capacidade estática de armazenagem de 625.190 toneladas de produtos e uma rede armazenadora à granel composta por 640 (seiscentos e quarenta) armazéns com capacidade estática de 6.570.737 toneladas de produtos.

A nível nacional, a oferta de armazenagem consiste em 7.086 unidades tipo convencional com 25.689.019 toneladas de capacidade e 10.872 unidades tipo granel com 116.639.140 toneladas de capacidade estática.

No ano de 2010, foi feito o Cadastramento geral das unidades armazenadoras (Granel e Convencional). Já no ano de 2011, foram feitos cadastramentos pontuais, ou seja, a Sureg/MS atendeu todas as solicitações de cadastramento feitas pelos interessados, num total de 109 armazéns.

Figura XI – Demonstrativo Físico-Financeiro 2007/2011



6.1.4 – Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador com o objetivo de treinar e qualificar a mão de obra que atua no segmento armazenador, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão de obra e a geração de empregos no setor foi uma atividade desenvolvida pela Conab até o ano de 2008.

A partir de 2009 a atividade não foi mais executada, uma vez que Diretoria responsável pela execução decidiu pela suspensão da atividade por tempo indeterminado.

6.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Durante o ano de 2011 foram realizadas cinco (05) etapas de fiscalizações dos estoques governamentais, nos meses de Março/Abril, Maio/Junho, Agosto, Outubro/Novembro e Novembro/Dezembro no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo fiscalizadas 272.406 toneladas de produtos dos estoques governamentais, atingindo 109,13% da meta estabelecida. As fiscalizações são realizadas por equipes de 02 (dois) técnicos devidamente treinados e portanto aptos para o cumprimento das tarefas correspondentes as fiscalizações.

Quadro XXXII – Quantitativos de Produtos Fiscalizados (Em t)

Discriminação	Exercício			
	2010		2011	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	367.768	367.278	122.405	120.988
Contrato de Opção	2.688.697	2.686.942	97.335	95.332
Agricultura Familiar	14.722	14.718	35.287	35.287
Fome Zero	-	-	791	791
Estoque Próprio	-	-	0	0
Varreduras	-	-	0	0
Terceiros	32.369	32.369	20.008	20.008
Total	3.103.556	3.101.307	275.826	272.406

Fonte: Gefis

Quadro XXXIII – Despesas Realizadas com a Fiscalização dos Estoques

Elemento de Despesa (Em R\$)		Exercício				
		2007	2008	2009	2010	2011
Diárias		17.680,34	14.315,00	27.018,00	33.632,00	14.100,00
Material de Consumo		4.002,88	5.971,57	8.333,31	9.840,84	3.653,65
Passagens e Despesas com Locomoção		7.610,38	6.806,00	3.152,51	4.239,94	8.120,60
Outros Serv. de Terceiros	Pes. Física	0,00	0,00	0,00	35,00	259,00
	Pes. Jurídica	120,00	136,00	41,39	0,00	0,00
Operações Tributárias e Contributivas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e Material Permanente		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		29.413,60	27.228,57	38.545,21	47.747,78	26.133,25

Fonte: Siafi

6.2.1 – Quadro de Fiscais

Quadro XXXIV – Quadro de Fiscais

Empregado	2010	2011
Dson Yui	x	
Messias Dionísio	x	x
José Fernandes Guimarães	x	
Aguinaldo Moraes Dias	x	
Fernando Sérgio Coelho	x	
Márcio Ricardo Lacerda Modesto Arraes	x	x

Fonte: Siafi

6.2.2 – Fiscalização dos Estoques Públicos

Neste item vamos discorrer sobre as condições quanti-qualitativas dos produtos, condições técnicas, cadastrais e operacionais das armazéns depositários.

Quadro XXXV - Demonstrativos de Perdas

Produto	Ocorrência (Em Kg)				Total
	Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas		
	AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
Milho	0	0	0	773.580	773.580
Milho	0	0	0	3.353	3.353
Trigo	0	0	0	68.000	68.000
Total	0	0	0	844.933	844.933

Fonte: Gefis/Gecob

6.2.2.1 – Perdas

As divergências ocorridas entre o estoque contábil e o fiscalizado referem-se às Perdas Quantitativas apuradas durante a fiscalização. Ocorrem em função do tempo de depósito dos produtos (perda de matéria seca por respiração), pelo ataque de pragas, uso inadequado da aeração etc.

O saldo de débitos relativo a perdas quantitativas é de 776.933 kg de milho no valor de R\$ 298.745,29. Os valores recuperados em 2011, referentes a perdas foram de R\$ 12.294,68 (doze mil e duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos), produto milho, 30.335 kg. O saldo de débitos relativos à perdas é de 743.580Kg de milho e encontra-se na fase de ajuizamento (Fonte: Sufin/Gecob).

Quanto aos produtos nos armazéns depositários, não foram constatadas ocorrências de desvios, e também não foram detectados produtos Abaixo do Padrão e nem mesmo houve a Desclassificação de produtos no exercício de 2011.

6.2.2.2 – Avaliação Geral dos Armazéns

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referência às irregularidades apontadas, e, se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2011 foi constatada a ocorrência de 47 irregularidades nos armazéns vistoriados no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXVI - Demonstrativo de Ocorrência de Irregularidades nas Unidades Armazenadoras

Irregularidade	Etapas									TOTAL ANO
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	
Insetos vivos		5		3					2	10
Tampas dos silo soltas ou travadas		1		1						2
Aeração com avaria		1								1
Termometria com avaria		1								1
Corrimão em más condições				2						2
Empoçamento de água no pátio				1						1
Escada de acesso mal conservada				1						1
Goteiras				1						1
Falta passarela				1						1
Rachadura no piso e talude				1						1
Falta tela contra pássaros				1						1
Falta plataforma de descanso				2		3		3	3	11
Higienização				4		1		1	1	7
Aeração com defeito				1						1
Guarda corpo em más condições				1						1
Conservação de produto estocado				1						1
CDA fora do padrão				1		1			1	3
Falta identificação do CDA									1	1
Total		8		22		5		4	8	47

Fonte: Sufis

No exercício de 2011 não houve o descredenciamento de armazéns no estado de Mato Grosso do Sul por parte da Conab.

6.2.2.3 – Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Renda

Em 2011 foi realizada por fiscais da Regional, a fiscalização das operações de comercialização (PEPRO, PEP, VEP) e de apólices de seguro rural, esta em atendimento à solicitação do MAPA.

6.2.2.4 – Serviços de Cobrança

As cobranças e recebimentos são efetuadas pela Matriz – Brasília/DF, portanto, a Unidade Jurisdicionada não possui gestão sobre esta ação.

6.3 – Remoção de Produtos

6.3.1 – Remoção de Produtos dos Estoques Públicos

No ano de 2011, não ocorreram movimentações de estoques públicos no Estado de Mato Grosso do Sul. A movimentação dos estoques se faz necessária para abertura de espaços nos armazéns para o recebimento da safra, e quando acontecem desvios de mercadorias, vendas em Leilão Público, etc.

6.4– Principais Indicadores

Quadro XXXVII – Percentual de Armazéns Recuperados/Modernizados

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				266,67
2008				600,00
2009				100,00
2010				166,67
2011	Meta:	100,00	Realizado:	100,00
Análise: Número de unidades atendidas correspondeu plenamente à meta preestabelecida.				

Quadro XXXVIII – Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				98,32
2008				92,51
2009				99,05
2010				94,11
2011	Meta:	100,00	Realizado:	6,39
Análise: No exercício não conseguiu-se empregar a dotação orçamentária prevista na LOA, de R\$ 601.697,68, realizando-se apenas 6,39% deste montante.				

Quadro XXXIX – Percentual de Armazéns Cadastrados

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				0,75
2010				158,66
2011	Meta:	100,00	Realizado:	5,77
Foram cadastrados 109 armazéns no Mato Grosso do Sul em 2011, que correspondem a 5.77% do exercício físico de 1.889 armazéns da Conab/nacional.				

Quadro XL - Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				94,16
2009				2,33
2010				93,80
2011	Meta:	100,00	Realizado:	-
Análise: Os cadastramentos foram feitos durante outras atividades como, por exemplo, fiscalizações dos estoques governamentais, seguro rural, etc. Ou seja, não foram usadas verbas exclusivas do cadastramento.				

Quadro XLI – Custo por Unidade Cadastrada

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				178,88
2010				16,58
2011	Meta:	Não determinada	Realizado:	0,00
Análise: Como os cadastramentos foram realizados durante outras atividades, o custo por Unidade cadastrada ficou junto com as despesas “outras atividades”.				

Quadro XLII – Percentual de Fiscalizações Realizadas

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				132,63
2009				206,92
2010				104,75
2011	Meta:	100,00	Realizado:	101,82
Análise: Para o ano de 2011, a meta de fiscalizações realizadas foi cumprida, ficando, porém, abaixo dos percentuais verificados em anos anteriores, significando estoques menores fiscalizados.				

Quadro XLIII – Percentual de Execução Financeira da Fiscalização de Produtos

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				98,05
2008				68,07
2009				96,36
2010				79,58
2011	Meta:	100,00	Realizado:	87,11
Análise: A execução financeira da fiscalização dos estoques públicos foi menor do que os anos de 2007 e 2009 e foi maior do que os anos de 2008 e 2010. O percentual de 87,11% significa uma execução orçamentária de R\$26.133,25 da dotação prevista de R\$30.000,00 e uma participação de 1,61% na execução orçamentária da Conab geral.				

Quadro XLIV – Índice de Perdas em Armazenagem

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,06
2008				1,09
2009				0,00
2010				0,05
2011	Meta:	0,00	Realizado:	1,24
Análise: As perdas em armazenagem ocorrem em função do tempo de depósito dos produtos (perda de matéria seca por respiração), por ataque de pragas dos grãos armazenados, uso inadequado da aeração, etc. Em função destes fatores houve uma perda de 1,24%.				

Quadro XLV – Índice de Desvios de Produtos Armazenados

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,40
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,02
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: não houve a ocorrência de desvios de produtos.				

Quadro XLVI – Índice de Ocorrência de Produtos Desclassificados

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Desclassificados				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise: não houve a ocorrência de produtos desclassificados.				

Quadro XLVII – Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (emt) e Y= quantidade de estoque contábil (emt)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010				0,00
2011	Meta:	0,00	Realizado:	0,00

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro XLVIII – Custo por Fiscalização Realizada

Nome: Custo por Fiscalização Realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				-
2008				216,10
2009				143,29
2010				113,96
2011	Meta:	113,96	Realizado:	233,33
Análise: O aumento no custo unitário da fiscalização ocorreu em função do aumento no número de unidades armazenadoras fiscalizadas.				

Quadro XLIX – Percentual de Fiscalizações dos Estoques Públicos

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: [(X/Y)*100]				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
Resultados:				
2007				86,85
2008				191,92
2009				214,00
2010				103,38
2011	Meta:	100,00	Realizado:	109,13
Análise: Meta de fiscalização ultrapassada em 9,13%, o que evidencia a eficácia da estratégia adotada para a execução do trabalho.				

7 – Gestão Estratégia (correspondente ao item 9 da DN 108/2010)

A Conab não desenvolveu para o exercício de 2011 nenhum plano de gestão estratégica.

8 – Geração e Difusão de Informações (correspondente ao item 10 da DN 108/2010)**8.1 – Levantamento de Safras**

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos qualiquantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2011, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2010/11 nacional foi de 162,84 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 9,1%, de acordo com o levantamento da safra de grãos realizado em fevereiro/2012, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 49.888 mil hectares, superior à da safra anterior (2010/11) em 5,21% (2.472,3 ha hectares).

Com relação ao Estado de Mato Grosso do Sul a área plantada em 2011 foi de 2.965,4 mil há e uma produção de 9.124,9 mil ton., um aumento de área de 159,5 mil há em relação a safra de grãos 2010.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab busca cumprir seu

compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

No exercício de 2011, a dotação orçamentária total aprovada na LOA foi de R\$ 1.000.000,00, sendo que para a Sureg-MS foram alocados 50.000,00 e gastos R\$ 32.635,91. No que tange ao percentual de pesquisa, esta Sureg-MS executou 100% da meta prevista e, para tanto, utilizou 65,27% dos recursos orçamentários disponíveis, sem contudo haver prejuízo de continuidade das ações.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo aos agentes governamentais informações sobre a evolução da produção agrícola, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos qualiquantitativos, a situação das lavouras cultivadas no Mato Grosso do Sul. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento da cultura e durante a colheita. O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como Agrônomos, Técnicos de Cooperativas, Agentes Financeiros, Revendedores de Insumos, Empresas do Agronegócio, Secretarias de Agricultura e Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas mensais, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores.

Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

A prioridade para o próximo exercício é somar esforços no atendimento ao agricultor familiar, como forma de incentivar a produção, comercialização e agregação de valor ao produto,

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

visando substituir pela produção local, principalmente da agricultura familiar, os produtos oriundos de repasses entre mercados ou originários de localidades fora das respectivas áreas de abrangência. Informações tais como preços e quantidades de produtos comercializados pelos mercados, especificações técnicas dos principais produtos hortícolas, conjunturas sobre preços pagos ao produtor, banco de oferta e procura de produto, cadastro de permissionários, e outros assuntos de interesse do setor.

Quadro L - Comparativo de Área e Produção de Grãos no MS

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	38,6	61,0	58,0	22,4	87,2	139,6	60,1	52,4
Arroz	26,5	29,0	9,4	2,5	145,5	156,2	7,4	10,7
Aveia	4,0	8,3	107,5	4,3	4,6	10,0	117,4	5,4
Canola	1,9	3,3	73,7	1,4	2,2	4,1	86,4	1,9
Feijão total	23,7	19,2	-19,0	-4,5	34,5	21,7	-37,1	-12,8
Feijão 1ª safra	4,1	2,3	-43,9	-1,8	6,2	3,8	-38,7	-2,4
Feijão 2ª safra	19,2	16,5	-14,1	-2,7	27,8	17,3	-37,8	-10,5
Feijão 3ª safra	0,4	0,4	0,0	0,0	0,5	0,6	20,0	0,1
Girassol	3,8	4,6	21,1	0,8	5,5	6,1	10,9	0,6
Milho total	887,5	1.025,4	15,5	137,9	3.737,3	3.530,4	-5,5	-206,9
Milho 1ª safra	57,5	46,0	-20,0	-11,5	375,8	308,2	-18,0	-67,6
Milho 2ª safra	830,0	979,4	18,0	149,4	3.361,5	3.222,2	-4,1	-139,3
Soja	1.712,2	1.760,1	2,8	47,9	5.307,8	5.169,4	-2,6	-138,4
Sorgo	65,3	48,5	-25,7	-16,8	171,5	121,3	-29,3	-50,2
Trigo	42,4	38,6	-9,0	-3,8	72,6	73,3	1,0	0,7
Total MS	2.805,9	2.998,0	6,8	192,1	9.568,7	9.232,1	-3,5	-336,6

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2010/11 (a)	2011/12 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	61,0	62,2	2,0	1,2	139,6	148,0	6,0	8,4
Arroz	29,0	18,0	-37,9	-11,0	156,2	105,4	-32,5	-50,8
Aveia	8,3	7,0	-15,7	-1,3	10,0	7,5	-25,0	-2,5
Canola	3,3	2,3	-30,3	-1,0	4,1	2,4	-41,5	-1,7
Feijão total	19,2	17,8	-7,3	-1,4	21,7	20,1	-7,4	-1,6
Feijão 1ª safra	2,3	0,9	-60,9	-1,4	3,8	1,4	-63,2	-2,4
Feijão 2ª safra	16,5	16,5	0,0	0,0	17,3	18,2	5,2	0,9
Feijão 3ª safra	0,4	0,4	0,0	0,0	0,6	0,5	-16,7	-0,1
Girassol	4,6	4,6	0,0	0,0	5,5	5,8	5,5	0,3
Milho total	1.025,4	1.049,4	2,3	24,0	3.530,4	3.687,0	4,4	156,6
Milho 1ª safra	46,0	70,0	52,2	24,0	308,2	455,0	47,6	146,8
Milho 2ª safra	979,4	979,4	0,0	0,0	3.222,2	3.232,0	0,3	9,8
Soja	1.760,1	1.815,0	3,1	54,9	5.169,4	5.445,0	5,3	275,6
Sorgo	48,5	48,5	0,0	0,0	121,3	121,3	0,0	0,0

Fonte: Geasa

A área cultivada no Mato Grosso do Sul na safra 2010/2011, com as culturas de algodão, arroz, aveia, canola, feijão, girassol, milho, soja, sorgo e trigo, foi de aproximadamente 2,99 milhões de hectares, com aumento da área plantada de 6,8% (192,1 mil hectares) à cultivada na safra anterior, 2009/2010. O aumento na área cultivada, ocorreu basicamente nas culturas de Algodão, Milho e Soja, que foram favorecidas pelos preços remuneradores, praticados tanto no mercado interno como externo.

Por outro lado a produção nas principais culturas do Estado, milho e soja foram prejudicadas pelas adversidades climáticas, ou seja, pelo excesso de chuvas no período da colheita de soja, o que ocasionou o atraso no plantio do milho safrinha, onde boa parte foi plantado fora do Zoneamento Agrícola, ficando exposta a período de estiagem o que prejudicou o desenvolvimento da cultura e consequente produtividade, que teve uma redução de 3,5% em relação a safra anterior, que em números absolutos significou a produção de menos 336,6 toneladas no conjunto das principais culturas.

Quadro LI - Percentual de Pesquisas de Safras

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				150,00
2008				100,00
2009				100,00
2010				100,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise:				
Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				96,81
2008				61,82
2009				78,06
2010				91,21
2011	Meta:	100,00	Realizado	65,27
Análise: Todos os levantamentos à campo foram realizados (execução física). Quanto a Execução Financeira, a meta de gastos não foi atingida, tendo em vista que os levantamentos à campo foram realizados em menor número de dias, com devolução de diárias.				

Fonte: Geasa

8.1.1 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras da cultura da cana-de-açúcar

A Conab, em cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realiza o Levantamento da Safra 2010/2011 de Cana-de-açúcar. Na metodologia empregada pela Companhia para realizar este levantamento estão programadas visitas de empregados a todas as unidades de produção em atividade no país. Este contato direto com as fontes de informação permite manter uma forte interação com este ramo de atividades e, com o preenchimento dos questionários, apurar um conjunto de informações que permite inferir, com elevado nível de acuidade, a situação geral deste importante setor da produção agrícola.

O levantamento tem a finalidade de colher informações sobre a área cultivada, produtividade, produção, Açúcar Total Recuperável - ATR, produção de açúcar, produção de álcool, produção e consumo de energia, tipo de colheita, dentre outras e comparar com os outros levantamentos realizados para avaliar a evolução ou involução da safra em si. Através destes dados obtidos é detectada a ocorrência de chuvas e a qualidade da cana, principalmente do teor de sacarose.

Durante o exercício de 2011 foram realizados três levantamentos para acompanhamento da safra da cultura da cana-de-açúcar. A pesquisa de campo com aplicação de questionários diretamente nas unidades industriais ou escritórios agrícolas das Usinas de Açúcar e Álcool instaladas no estado permitiu apurar os dados abaixo apresentados.

Quadro LII - Comparativo de área, produtividade e produção – Safras 10/11 e 11/12

REGIÃO/UF	ÁREA (em mil hectares)			PRODUTIVIDADE (em kg/ha)			PRODUÇÃO (em mil toneladas)		
	Safra 10/11	Safra 11/12	var %	Safra 10/11	Safra 11/12	var %	Safra 10/11	Safra 11/12	var %
MS	396,16	480,86	21,4%	84.503	70.682	-16,4%	33.476,7	33.998,1	1,6%
Brasil	8.056,00	8.368,40	3,9%	77.446	68.289	-11,8%	623.905,1	571.471,0	-8,4%
Participação MS	4,9%	5,7%	-	109,1%	103,5%	-	5,4%	5,9%	-

Fonte: Conab

A área plantada no estado aumentou em 21,38% em relação à safra anterior e a produção passou de 33.476,1 para 33.998,1 mil toneladas, o que representou acréscimo da ordem de 1,55%. Do total produzido no estado, 1.575 mil toneladas destinaram-se à fabricação de açúcar, e 1.596.334,8 mil litros a produção de álcool.

Quadro LIII - Produção de Açúcar e Álcool

REGIÃO/UF	AÇÚCAR (em mil t)				ÁLCOOL (em mil L)			
	SAFRA		VARIAÇÃO		TOTAL	TOTAL	VARIAÇÃO	
	2010/2011	2011/2012	%	Absoluta	Safra 10/11	Safra 11/12	%	Absoluta
MS	1.328,5	1.575,0	18,6%	246,5	1.846.197,0	1.596.334,8	-13,5%	-249.862,2
Brasil	38.168,4	36.882,6	-3,4%	-1.285,8	27.595.483,3	22.857.589,3	-17,2%	-4.737.894,0
Participação MS	3,48%	4,27%	-	-	6,7%	7,0%	-	-

Fonte: Conab

Cabe salientar que, embora a área plantada no estado tenha aumentado em 21,4%, não resultou em aumento de produção de Açúcar e Álcool na mesma proporção, ou seja no caso do açúcar uma variação positiva de 18,6% e para o álcool houve uma retração na produção de 13,5%

em relação ao ano anterior, fator esse explicáveis primeiramente pelas adversidades climáticas ocorridas no ano de 2011, como excesso de chuva no início da safra, geadas no meio do ano e posteriormente estiagem, porém, no caso do açúcar não foi tão afetado em virtude dos preços internacionais favoráveis, direcionando parte mais significativa da produção para a fabricação desse produto.

8.2 - Levantamento de Custos de Produção e de Custos de Insumos

O Custo de Produção Agrícola, no âmbito Nacional é de fundamental importância, auxiliando a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Como empresa vinculada ao Ministério da Agricultura a Conab, tem sido responsável pela elaboração e atualização de custos relacionados com culturas temporárias, semi perenes e permanentes, além de produtos ligados à avicultura, suinocultura, caprinocultura, atividade leiteira, extrativismo e sociobiodiversidade.

O que se observa é que há uma constante mudança no ambiente da agricultura tais como: o desenvolvimento tecnológico com máquinas, implementos e benfeitorias; alterações nas relações trabalhistas; modificações nas legislações, principalmente com mudas e sementes; uso da água na atividade agropecuária; seguro rural; fertilizantes e agrotóxicos. Essas evoluções dinamizam a atualização da metodologia de elaboração dos custos de produção agrícola.

No Mato Grosso do Sul, o levantamento do custo de produção de máquinas, implemento, benfeitorias e insumos que abrange sementes, fertilizantes, inseticida, herbicida, fungicida e serviços de mão de obra, são coordenados pela Superintendência que através de suas unidades armazenadoras de Chapadão do Sul e Dourados, dois polos produtores, que possuem uma agricultura forte, e representações das principais empresas ligadas a agricultura. Nossos técnicos, junto aos informantes, preenchem mensalmente planilhas com os principais dados de equipamentos e custos referentes aos mesmos. De posse das informações o setor competente da SUREG - O Segeo – Setor de Apoio a Logística e Gestão da Oferta, digita os dados no SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento, onde são compilados pela Matriz.

Outras 07 unidades armazenadoras da Conab também colaboram com o envio semanal de preços, no atacado e pago ao produtor, dos principais produtos agrícolas do Mato Grosso do Sul que após uma análise dos preços, os mesmos são digitados no Siagro. O Segeo complementa os preços semanais, coletando preços via telefone para borracha (látex), leite de vaca, raiz de mandioca, tomate, amendoim, boi gordo rastreado e não rastreado.

9 – Gestão de Pessoas (correspondente ao item 11 da DN 108/2010)

9.1 – Distribuição de Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente. Neste sentido, e desde sua criação, a Companhia realizou nos exercícios de 2005 e 2006 concursos públicos para provimento de pessoal e, na medida da necessidade, tem realizado nomeações para os cargos de livre provimento.

Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG. Em 2011 foram editadas as portarias de n.ºs 172, de 20 de junho, 205, de 07 de julho e 385, de 22 de setembro, anistiando mais 75 empregados. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais, foram realizados no exercício em tela 121 remanejamentos de mão de obra entre as áreas internas da Matriz.

Reduzido o fluxo de entrada de anistiados a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-Gecav elaborou a Nota Técnica n.º 02/2011 onde expôs a necessidade de dimensionamento da força de trabalho, no sentido de identificar o número e a qualificação dos empregados para a execução das atividades da Companhia. Para tanto, foi autuado processo interno visando a contratação de empresa de consultoria, visando a realização do redimensionamento do quadro de pessoal, tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras.

9.2 – Sistema de Comunicação

A comunicação de informações importantes para a Companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Com o mesmo leiaute, é produzida uma edição em cada regional (**Notícia do Dia Regional**) com informações de exclusivo interesse dos empregados locais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com bastante frequência pela Matriz, especialmente pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica, a fim de divulgar informações comuns, de forma rápida e que atenda ao corpo funcional.

Intranet- este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

9.3 – Melhoria do Clima Organizacional

Para o levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, e seu monitoramento, foi realizada uma pesquisa específica, no período de julho de 2008 a maio de 2009, com o objetivo de conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho, visando subsidiar planos de ações para a melhoria da gestão de recursos humanos da Empresa.

Os questionários utilizados foram disponibilizados na intranet e, após o preenchimento pelos empregados, enviados para a Superintendência de Tecnologia da Informação-Sutin para tabulação. Objetivando a liberdade de respostas os questionários tiveram tratamento sigiloso.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas:

- Estudos prévios, levantamento dos dados, definição do formulário, apresentação do projeto para a Diretoria e sensibilização dos empregados;
- Preenchimento dos formulários;
- Tabulação dos dados, análise dos resultados e criação dos planos de ações e sugestões; e
- Conclusão e disseminação dos resultados.

A quarta etapa não foi implementada pois até o fim do exercício de 2011 o resultado da pesquisa e o respectivo plano de ação aguardavam manifestação da Presidência da Conab.

9.4 – Ações de Capacitação

O exercício de 2011 iniciou-se com a promulgação do Decreto n.º 7.446, de 1.º de março de 2011, e Resoluções n.ºs 013 e 014/011, restringindo os recursos orçamentários para a realização das atividades de capacitação, em âmbito nacional, principalmente quando esses eventos envolviam despesas com diárias e passagens.

Nesse contexto, a Gerência responsável passou a realizar suas atividades norteadas pela visão estratégica da Diretoria Administrativa (atual Diretoria de Gestão de Pessoas-Digep), no sentido de atender as prioridades de forma alinhada às exigências organizacionais.

A capacitação dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento-LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC,

em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78.

a) Quanto ao número de treinandos

O quadro a seguir apresenta o comparativo entre os resultados alcançados nos exercícios de 2010 e 2011.

Quadro LIV – Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Administrativa	1	22	24	67	24	3,05
Auditoria	--	-	--	-	-	-
Comunicação Social	--	-	--	-	-	-
Educação e Desenvolvimento	1	6	8	728	8	121,25
Financeira	3	2	96	16	32	8
Gerencial	--	-	--	-	-	-
Informática	--	-	--	-	-	-
Jurídica	1	-	360	-	360	-
Operacional	12	-	368	-	30,67	-
Planejamento	5	24	168	218	33,6	9,08
Qualidade	-	-	--	-	-	-
Total	23	54	1.024	1.029	44,52	19,05

Fonte: Sumoc/Gecap

Em 2011 foram realizados 54 treinamentos com acréscimo de 134,78% sobre a quantidade do ano anterior, o que corresponde a 51,92% dos empregados lotados na SUREG/MS, em função do maior número de cursos realizados pela Matriz.

b) Resultados Alcançados

Os resultados a seguir detalhados envolvem todas as atividades desenvolvidas pela área de capacitação da Companhia e que a metodologia de avaliação ainda se encontra em processo de validação pela Conab, estendendo-se a partir de 2012 para as Regionais.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Dentro do contexto organizacional relacionado à implementação dos treinamentos previstos no PEC-2011 foi proposto, para a monitoração do referido Plano, os indicadores de desempenho classificados e integrados de acordo com o tipo (produto ou processo) e amplitude (estratégico, gerencial e operacional) conforme quadro abaixo, permitindo avaliar e propor melhorias no modelo de gestão educacional da Companhia.

Quadro LV – Indicadores de Capacitação

Amplitude Tipo	Indicador	Descrição	Meta	Resultado
Estratégico Produto	Impacto do Treinamento no Trabalho (Implantar processo de Avaliação do Retorno do Investimento ROI)	Percentual de impacto do treinamento no trabalho (alcance dos objetivos específicos do treinamento e aumento do desempenho do treinando) bem como justificar o retorno do investimento	Maior ou igual a 40% dos cursos avaliados, com grande impacto (cursos fechados)	Não foi possível a implantação do ROI, uma vez que dependemos de outro órgão.
Gerencial Processo	Implantação do PEC 2011	Percentual de Ações Educacionais constantes do PEC que foram implementadas no corrente ano	900,00%	60% implementadas
Operacional Produto	Satisfação do Treinando com os Treinamentos	Satisfação dos treinandos com o desempenho do instrutor, a qualidade institucional, o ambiente da ação educacional e a coordenação	Maior ou igual a 80%	Da amostra pesquisada foi alcançado um resultado de 85%.
Gerencial Processo	Investimento de Horas em Educação	Média de horas que cada colaborador dedica a ações educacionais	12 horas anuais	Ultrapassou a meta, alcançando a média de 15h20 ano, por treinando
Gerencial Produto	Incremento de Conhecimento	Percentual de acréscimo de conhecimento final de (incremento de aprendizagem)	Acréscimo de até 50%	Alcançou 63%

Fonte: Sumoc/Gecap

As ações educacionais que integram o PEC 2011 sofreram corte na realização dos eventos, tendo em vista o contingenciamento orçamentário, que limitaram a realização de atividades de treinamento e desenvolvimento fora da área de lotação dos empregados.

No entanto, a tabulação das avaliações de reação aplicadas aos treinandos após a participação dos empregados nos cursos/eventos realizados pela Matriz e Regionais, por amostragem, demonstra que a Companhia conseguiu alcançar algumas metas traçadas para o ano de 2011, conforme demonstrado a seguir.

1 – Palestras

Foram tabuladas 38 palestras, totalizando a participação de 799 empregados da Matriz e Regionais, que responderam sobre as seguintes questões:

Quadro LVI – Indicadores de Capacitação em Palestras

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Domínio do tema pelo palestrante	-	0,88%	5,22%	33,77%	60,11%
Metodologia apresentada	-	1,22%	8,00%	41,77%	49,00%
Atendimento da expectativa	0,55%	1,44%	14,11%	38,22%	45,55%
Conceito geral do evento	-	1,44%	9,88%	38,00%	50,65%

Fonte: Sumoc/Gecap

Constata-se, pelos dados acima que na maioria das Palestras realizadas conseguiu-se atingir a expectativa dos participantes, totalizando cerca de 83,77% entre os conceitos “Bom” e “Ótimo”.

2 – Treinamentos

Foram tabulados, por amostragem, cerca de 179 treinamentos, totalizando a participação de 1.486 empregados, que responderam aos questionários de avaliações, sobre as seguintes questões.

Quadro LVII – Indicadores de Capacitação em Treinamentos

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Coordenação/Organização	-	0,32%	5,00%	44,76%	48,50%
Aplicabilidade do assunto	0,35%	1,18%	11,25%	25,33%	61,93%
Conceito final do instrutor	6,25%	-	2,44%	32,43%	58,88%
Conceito geral do treinamento	-	-	13,38%	42,18%	44,42%

Fonte: Sumoc/Gecap

A análise dos dados obtidos permite concluir que a maioria dos treinamentos realizados alcançaram bons resultados, concentrando, em todos os quesitos, mais de 85% nos conceitos “Bom” e “Ótimo”, destacando-se o item Coordenação/organização com 93,26% entre esse conceitos.

3 – Da aprendizagem obtida

Quadro LVIII – Indicadores de Aprendizagem em Capacitação

Item	Graduação				
	Insuficiente	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Conhecimento -Antes	2,66%	12,72%	55,19%	29,39%	-
Conhecimentos - Após	-	-	7,24%	50,02%	42,73%

Fonte: Sumoc/Gecap

Infere-se que antes da realização dos eventos o grau de conhecimento dos empregados encontrava-se cerca de 70% entre os níveis “Insuficiente” a “Regular”, enquanto os níveis “Bom” e “Ótimo” estavam em torno de 30%; Após os eventos, a graduação de “Insuficiente” a “Regular” foi reduzida para 7%, ao passo que o somatório dos intervalos “Bom” e “Ótimo” passou para 93%, caracterizando com isso a ocorrência de um acréscimo de aprendizagem em torno de 63% nas atividades de treinamento promovidas pela Companhia. Portanto, a meta de incremento de aprendizagem foi superada.

9.5 – Composição e Custos de Pessoal

9.5.1 – Quadro de Pessoal Ativo

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais. No fim do exercício, a SUREG/MS contava com 104 empregados.

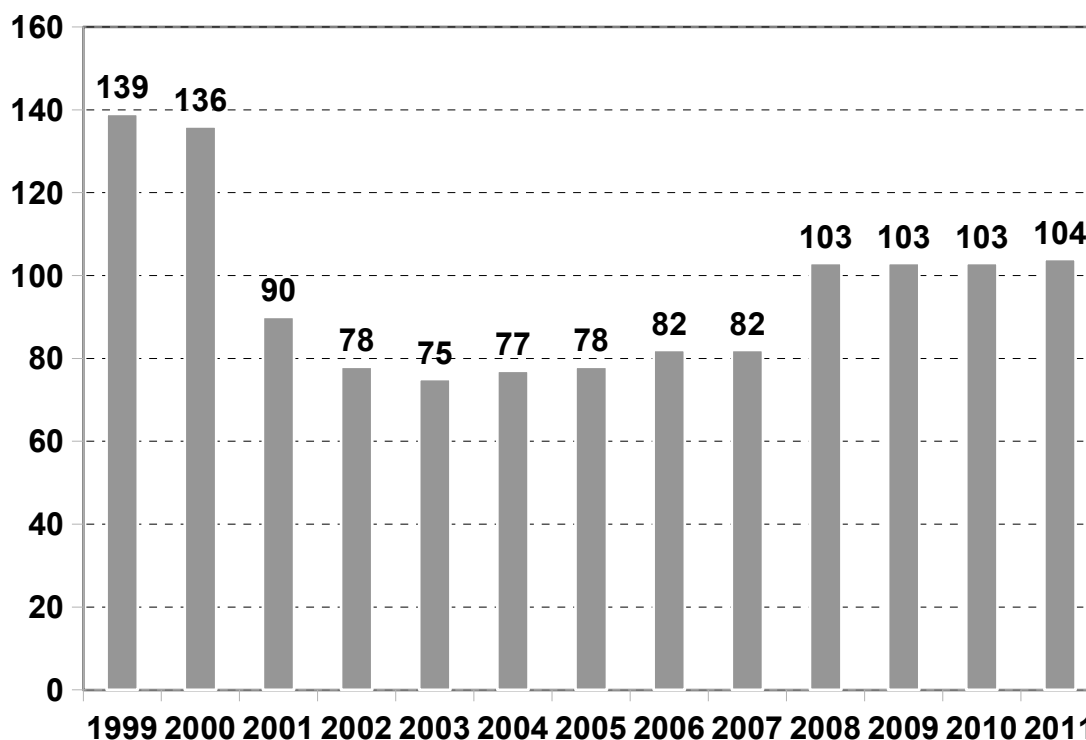
Quadro LIX – Composição do Quadro de Pessoal, por Situação Funcional

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Em efetivo exercício na empresa	99	99	-
Assessores (contrato especial)	0	0	-
Cargo de Direção na empresa	0	0	-
Diretor não empregado	0	0	-
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0	-
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	4	5	1
À Disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
À Disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	0	0	-
À Disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0	0	-
Licença Maternidade – 120 dias / adoção	0	0	-
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0	-
Assessores (Contrato Especial) Requisitado	0	0	-
Licença para cargo eletivo com vencimentos	0	0	-
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	0	0	-
Contrato suspenso / licença particular	0	0	-
Pensão Vitalícia	0	0	-
Total	103	104	1

Fonte: Dirad/Sureh

A figura a seguir mostra a evolução do quadro de empregados, no qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2011, crescimento de 38,67% em relação àquele ano, em consequência da contratação de empregados por meio da realização de concurso público e retorno de empregados anistiados pela Lei n.º 8.878/94.

Figura XII – Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro de empregados, 28 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por força da Lei de anistia, correspondendo a 26,93% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro LX - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	SUREG/MS		Variação
	31/12/10	31/12/11	
Contrato Padrão	78	76	(2)
Reintegrado (Transitado)	0	0	-
Reintegrado Liminar	0	0	-
Anistiado (Transitado)	0	0	-
Anistiado (Liminar)	0	0	-
Anistiado (Lei 8878/94)	25	28	3
Total	103	104	1

Fonte: Sutin/Gesof

O número de empregados enquadrados nas funções de nível superior representa 18,27% do total da força de trabalho e os de nível médio representa 24,04%.

Quadro LXI – Demonstrativo por Nível de Enquadramento

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato padrão	38	19	19	0	76
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	0	0	0	0	0
Reintegração judicial (liminar)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (Transitado em julgado)	0	0	0	0	0
Readmissão-Anistia (liminar)	0	0	0	0	0
Anistiado (Lei 8.878/94)	22	6	0	0	28
Total	60	25	19	0	104

Fonte: Sutin/Gesof

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 34 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro LXII – Demonstrativo por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	12	7	37	9	5	1	0	0	71
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira			12	7	37	9	5	1			71
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença											0
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	4	1	9	11	6	2	0	0	33
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas			4	1	9	11	6	2			33
3. Total	0	0	16	8	46	20	11	3	0	0	104

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sutin/Gesof

Do quadro total, cerca de 4,81% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, são empregados afastados pela Previdência Social (auxílio-doença), conforme detalhado no quadro a seguir.

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXIII – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1 A disposição com ônus para a Conab – Dec 4050	0
1.2 A disposição com ônus para a Conab – Lei 10470	0
1.3 A disposição sem ônus para a Conab – Dec 4050	0
2. Licença Remunerada (2.1+2.2)	0
2.1 Licença Maternidade	0
2.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3. Licença não Remunerada (3.1+3.2+3.3)	5
3.1 Licenciado INSS/Acidente de Trabalho	5
3.2 Para Exercício de Mandato Eletivo	0
3.3 Interesses particulares	0

Fonte: Dipai/Sutin

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevaecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Pelo quadro abaixo verifica-se a existência de 26 empregados (25% do número do quadro de pessoal) reúnem todas as condições para o desligamento da Empresa. No final do exercício havia 12 empregados aposentados que mantinham contrato de trabalho com a Conab.

Quadro LXIV – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária

Faixa Etária	Tempo de Trabalho na Empresa									Total
	0-5	6-10	11-15	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	> 40	
20 a 25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
26 a 30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
31 a 35	1	4	0	0	0	0	0	0	0	5
36 a 40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41 a 45	2	0	0	0	3	1	0	0	0	6
46 a 50	9	0	0	0	4	11	0	0	0	24
51 a 55	5	4	0	0	4	9	7	0	0	29
56 a 60	4	2	0	0	4	5	12	0	0	27
61 a 65	5	0	0	0	0	4	0	0	0	9
66 a 70	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Mais de 70	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	27	10	0	0	15	32	20	0	0	104

Fonte: Dipai/Sutin

9.5.2 – Admissões, Demissões e Transferências

Durante o exercício ocorreram 03 admissões (anistiados) e 01 demissão (por morte). Não houve transferência de empregados de outras regionais para o MS. Ocorrendo apenas 04 transferência no âmbito da SUREG/MS.

Quadro LXV – Movimentação Funcional

Sureg		MS
Admissão		3
Demissão (morte)		1
Transferências Externas	Recebidas	0
	Enviadas	0
Transferências Internas		4

9.5.3 – Perspectivas de Aposentadoria

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo, portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

9.5.4 – Recomposição do Quadro de Pessoal

Está prevista para 2012 a realização de concurso público para preenchimento de 155 vagas de analistas de nível superior, na Matriz. Nas Superintendências Regionais não há previsão. Entretanto, há necessidade de se contratar novos empregados, principalmente para cargos de nível médio, fase idade avançada da maioria dos empregados.

9.5.5 – Composição do Quadro de Estagiários

Além dos empregados, a SUREG/MS contava com 15 estagiários de nível superior, com custo anual de R\$ 116.335,55 (salário e auxílio transporte).

Quadro LXVI – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprobadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	15	14	15	15	100	15	116.335,55
Área Fim	9	8	9	9			
Área Meio	6	6	6	6			
Nível Médio	0	0	0	0			
Área Fim	0	0	0	0			
Área Meio	0	0	0	0			
Total	15	14	15	15	100	15	116.335,55

9.5.6 – Custos de Pessoal

Em 2011, a despesa de pessoal com os empregados lotados na SUREG/MS foi de R\$ 12.118.615,17, com participação de 2,94% na despesa total da Conab (R\$411.854.346,20) e com crescimento de **9,01% sobre o valor de 2010**.

Os resultados alcançados em 2011 serão demonstrados por ação, sempre considerando as metas físicas, e os recursos orçamentários expressos na Lei Orçamentária Anual (LOA), como parâmetro de referência. Na composição e Custos de Pessoal estão inseridos benefícios concedido aos empregados, tais como: Assistência Médica e Odontológica aos empregados e Dependentes, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte e Exames Periódicos

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXVII - Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2009, 2010 e 2011

Detalhamento da Despesa	exercício		
	em R\$		
	2009	2010	2011
(-) DESPESAS DE PESSOAL	6.912.209,13	8.477.843,06	9.321.276,86
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	4.827.647,67	6.037.458,96	6.523.938,55
331901101 VENCIMENTOS E SALARIOS	2.691.701,48	3.294.374,88	3.385.259,47
331901105 INCORPORACOES	56.673,13	64.753,79	67.688,04
331901109 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	0	122,08	0
331901110 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	3.815,00	2.526,00	8.350,00
331901131 GRATIFICACAO P/EXERCICIO DE CARGOS	99.000,00	2.000,00	0
331901133 GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	783.226,93	868.393,05	1.180.643,55
331901137 GRATIFICACAO POR TEMPO DE SERVICO	503.555,87	563.753,74	648.926,50
331901143 13 SALARIO	405.516,48	514.076,33	557.957,99
331901144 FERIAS - ABONO PECUNIARIO	106.360,67	171.459,70	176.288,42
331901145 FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	105.525,82	154.400,97	162.230,31
331901146 FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	152.788,09	204.803,00	229.583,82
331901147 LICENCA-PREMIO	60.625,15	293.322,78	191.474,58
523170203 CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	76.031,79	96.540,90	97.829,64
623170203 (-)CREDITOS P/ACERTO FINANC.C/EX-SERVIDORES	-151.756,38	-139.983,07	-113.640,94
523310701 PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	360.688,23	425.432,50	458.282,34
623310701 (-)PROVISAO PARA DECIMO TERCEIRO SALARIO	-360.688,23	-425.432,50	-458.282,34
523310702 PROVISAO PARA FERIAS	606.841,22	815.891,81	817.395,93
623310702 (-)PROVISAO PARA FERIAS	-525.602,63	-700.845,25	-781.513,07
523170502 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - NAO FINANCEIROS	318.006,41	366.059,50	452.045,15
613120500 (-)ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-464.661,36	-534.191,25	-556.580,84
OBRIGACOES PATRONAIS	1.771.611,40	2.171.447,53	2.488.190,66
331901301 F.G.T.S.	400.731,89	412.898,97	573.054,83
331911304 CONTRIBUICAO DE SALARIO EDUCACAO	125.170,20	147.730,08	161.616,29
523310708 ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISAOES	299.255,61	454.680,96	466.840,95
623310708 (-) ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PROVISAOES	-270.984,57	-395.835,14	-453.010,87
331911302 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	1.167.370,27	1.378.333,88	1.488.607,61
331911309 SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO	50.068,00	173.638,78	251.081,85
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	278.631,98	268.936,57	271.241,21
331909401 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRAB.-ATIVO CIVIL	0	2.766,70	19.263,79
331901632 SUBSTITUICOES	53.212,73	72.251,14	51.656,15
331909201 DESP.EXERCICIOS ANTERIORES-ATIVO CIVIL	2.323,93	0	0,02
331901644 SERVICOS EXTRAORDINARIOS	71.954,96	37.590,80	29.536,09
333904901 INDENIZACAO AUXILIO-TRANSPORTE	86.520,36	90.899,28	99.034,21
331900801 AUXILIO FUNERAL ATIVO CIVIL	20.100,00	11.524,00	14.874,00
333900850 AUXILIO ESCOLA-ACORDO COLETIVO	8.400,00	8.300,00	6.100,00
333900849 AUXILIO DEFICIENTE - ACORDO COLETIVO	19.040,00	27.863,85	33.682,95
333900855 AUXILIO CRECHE	17.080,00	17.740,80	17.094,00
SENTENCAS JUDICIARIAS E DEP.COMPULSORIOS	34.318,08	0	37.906,44
331906703 DEPOSITOS PARA RECURSOS	0	0	244.064,50
523170602 RECURSOS VINCULADOS	34.356,19	0	37.417,07
613120300 (-)DEPOSITOS REALIZAVEIS VINCULADOS	-38,11	0	-243.575,13

Fonte: Demonstrativo do Resultado do Exercício-DRE

9.5.6.1 Assistência Médica e Odontológica aos empregados e seus Dependentes

O Plano de Saúde da Conab é de auto gestão, denominado nas Normas da Organização como Serviços de Assistência à Saúde – SAS. O benefício bem por objetivo atender os empregados e seus dependentes nas necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde. O empregado contribui com o percentual estabelecido em Acordos Coletivos de Trabalho, cuja participação financeira ocorre somente quando do uso dos serviços.

Os dados numéricos referente as despesas realizadas com o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, para todos os empregados lotados na Sureg/MS e suas Unidades Armazenadoras jurisdicionadas, bem como, de seus dependentes/beneficiários (típicos e atípicos), constatou-se que a execução orçamentária, no montante de R\$ 513,829,71, correspondente a 2,09% do valor previsto no orçamento geral da Conab de R\$ 24.534.231,29, ficou 6,58% abaixo da dotação orçamentária estabelecida.

Vale ressaltar que, apesar do índice de execução orçamentária ter ficado abaixo da Dotação Orçamentária, não significa menor procura por atendimentos na área de saúde, e sim, em consequencia do baixo valor constante das tabelas utilizadas (CBHPM, AMB e Acordos Intermediados pela Unidas), utilizados pela Conab para pagamentos desses serviços.

9.5.6.2 Exames Periódicos

O exame médico periódico tem como objetivo principal avaliar as condições gerais de saúde do empregado, para que ele possa desempenhar suas funções adequadamente.

Considerando que os empregados da Conab, são regidos pela CLT, a obrigatoriedade contida na NR7, de que os exames médicos sejam implementados através do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, cabe as regionais, através da área de recursos humanos, administrar, executar e controlar a realização dos exames, no mês de aniversários do empregado. Destacando que, além de serem gratuitos para os empregados, a Conab ampliou o rol de exames, especificados em Acordos Coletivo de Trabalho, beneficiando ainda mais o corpo funcional, em relação a saúde preventiva.

A dotação orçamentária destinada para o exercício de 2011, foi de R\$ 757.228,00, para atender 4.193 empregados da Conab a nível nacional. A participação na execução orçamentária foi de R\$ 753.997,08, representando 99,57%. A meta física contabilizou para a Sureg/MS, o quantitativo de 98 empregados a serem atendidos. Entretanto, 41 empregados que cumpriram com a obrigatoriedade em realizar os exames periódicos, representando 1,65% da execução, muito aquém do desejado.

O motivo do baixo índice em sua execução física, deu -se pela falta de clinicas/médicos credenciadas no interior do Estado, visto que não há interesse em formalizar convênios, agravando ainda, pela escassez de recurso orçamentário, na rubrica diárias, pois o Acordo Coletivo de Trabalho prevê, para empregados que não dispõem desses atendimentos locais, locomovendo para centros local em sua localidade onde o atendimento existe.

9.5.6.3 Auxílio-Alimentação

Conforme se verifica nos valores demonstrados no quadro Dotação e Execução Orçamentária, o Programa Auxílio Alimentação, destinado aos empregados da Conab, teve pleno cumprimento das metas estabelecidas, uma vez que não ocorreu alteração do número de funcionários na Sureg/MS.

Na execução orçamentária de 2011, do Programa Auxílio Alimentação, a meta foi cumprida, obtendo o percentual de 99,76%.

Quadro LXVIII - Execução Orçamentária do Programa Auxílio Alimentação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2010	2011		2010	2011	
Meta/Dotação Orçamentária	90	97	7,78	550.000,00	540.000,00	-1,82
Execução	101	97	-3,96	548.603,20	538.686,44	-1,81
Percentual de Execução	112,22	100	-	99,75	99,76	-
Gasto per capita (R\$)				5.431,71	5.553,47	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

9.5.6.4 - Auxílio-Transporte

O valor inicialmente previsto na dotação orçamentária para a Sureg/MS, de R\$ 13.000,00, foi plenamente executado durante o exercício de 2011, haja vista que a diferença entre a dotação e a execução foi de apenas R\$ 344,00, representando apenas 0,26% da dotação inicial.

9.5.7 – Mão de Obra Terceirizada

O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada com vigência em 2011.

Quadro LXIX – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Superintendência Reg. De Mato Grosso do Sul															
UG/Gestão: 135192										CNPJ: 26.461.699/0137-54					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2006	L	O	13.009/06	02.818.890/0001-79	01/11/10	01/11/11	x	-	-	11	-	1	A	-	3
2006	V	O	13.010/06	37.572.849/0001-40	09/11/10	09/11/11	x		-	-	-	-	A	-	36
Observação:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

9.5.8 – Principais Indicadores Gerenciais

Quadro LXX – Indicadores de Capacitação

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				72,04
2008				116,67
2009				20,17
2010				20,35
2011	Meta:	100,00	Realizado	47,79
Análise: A meta física estabelecida inicialmente para 113 empregados, teve a sua execução física por 54 empregados, o que correspondente a 47,79% do total previsto para ser executado. A meta física não foi cumprida por consequência da falta de interesse despertados nos empregados, em razão dos cursos oferecidos não possuir conteúdo específico nas áreas onde atuam.				

Quadro LXXI – Custo por Empregado Capacitado

Nome: Custo por Empregado Capacitado				
Descrição: Custo por empregado capacitado				
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado				
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados				
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				449,24
2008				246,65
2009				322,78
2010				1.169,26
2011	Meta:	1.169,26	Realizado	138,01
Análise: Comparando o valor do custo por empregado durante o ano de 2011, em relação a 2010, ficou constatado uma redução bem acentuada do valor dispendido, em razão de corte nos recursos orçamentários, principalmente em diárias, visto que os treinamentos são, em grande maioria, realizados na Matriz.				

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXXII – Execução Financeira por Empregado Capacitado

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				97,09
2008				95,26
2009				92,96
2010				89,64
2011	Meta:	100,00	Realizado	20,70
Análise: O menor índice de execução financeira foi motivado pelo auto custo dos cursos ofertados na Capital e interior do Estado, inviabilizando a contratação de entidades e profissionais que atuam nas áreas de capacitação profissional.				

Quadro LXXIII – Percentual de Atendimento SAS

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = N.º de beneficiários atendidos Y = N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X = Sureh/Gesas Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				64,43
2008				63,32
2009				76,96
2010				106,25
2011	Meta:	100,00	Realizado	108,44
Análise: O percentual de atendimento realizado no SAS, no ano de 2011, foi maior que a meta estabelecida, face descredenciamento ou suspensão nos atendimentos médicos, principalmente aqueles realizados com a intermediação das cooperativas das especialidades médicas, alegando a classe médica que as tabelas de preço praticada para os procedimentos médicos/consultas, encontram-se defasadas, deixando de atrair a execução desses serviços, fato este que motivou os empregados e dependentes a utilizarem os serviços na modalidade “livre escolha”, ou seja, os serviços foram pagos pelos empregados, diretamente aos médicos, com posterior reembolso efetuado pela Sureg/MS, através de folha de pagamento.				

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXXIV – Execução Financeira SAS

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,85
2008				99,16
2009				99,13
2010				86,76
2011	Meta:	100,00	Realizado	93,42
Análise: A meta não foi atingida devido a suspensão nos atendimentos, principalmente no interior.				

Quadro LXXV – Custo por Atendimento SAS

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				1.026,82
2008				1.179,04
2009				1.355,37
2010				1.658,65
2011	Meta:	0,00	Realizado	1.480,78
Análise: Julgamos satisfatória o valor do custo no atendimento do SAS, face a idade avançada da maioria dos funcionários.				

Quadro LXXVI – Percentual de Atendimento – Exames Periódicos

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				85,00
2011	Meta:	100,00	Realizado	41,84
Análise:				
Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010				99,19
2011	Meta:	100,00	Realizado	-
Análise:				

Quadro LXXVII – Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				78,05
2008				83,75
2009				103,75
2010				95,00
2011	Meta:	100	Realizado	194,81
Análise:				

Quadro LXXVIII – Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				82,55
2008				92,19
2009				91,42
2010				84,10
2011	Meta:	100	Realizado	97,35
Análise: A meta foi atingida satisfatoriamente, sendo que o percentual residual refere-se ao fato de haver funcionários em licença previdenciária no corrente ano.				

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXXIX – Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				116,08
2008				137,60
2009				132,17
2010				143,85
2011	Meta:	Não determinada	Realizado	84,37
Análise:				

10 – Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil
(correspondente ao item 12 da DN 108/2010)

10.1 – Análise da Execução Orçamentária

Quadro LXXX – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesa de Pessoal	2.524.115,70	3.169.938,74	2.524.115,70	3.169.938,74	0,00	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	3.718,50	3.718,50	3.718,50	3.718,50	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	405.028,79	428.531,37	405.028,79	428.531,37	0,00	0,00
Obrigações Patronais	2.112.601,71	2.474.360,58	2.112.601,71	2.474.360,58	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	244.064,50	0,00	244.064,50	0,00	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.766,70	19.263,79	2.766,70	19.263,79	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	12.374.201,07	15.084.960,69	10.931.459,63	13.093.374,96	1.442.741,44	1.991.585,73
Diárias	287.023,00	77.144,97	287.023,00	77.144,97	-	0,00
Material de Consumo	396.547,55	0,00	335.927,04	0,00	60.620,51	0,00
Material de Distribuição Gratuita	6.818.706,00	9.853.646,90	5.750.418,49	8.243.629,85	1.068.287,51	1.610.017,05
Passagens e Despesas com Locomoção	86.873,12	39.623,01	63.298,22	39.623,01	23.574,90	0,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	348.804,01	347.713,51	330.886,17	329.224,25	17.917,84	18.489,26
Locação de Mão-de-Obra	1.142.297,08	1.367.608,64	1.142.297,08	1.244.842,39	0,00	122.766,25
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	2.742.311,77	3.173.919,95	2.593.393,65	2.940.021,36	148.918,12	233.898,59
Obrigações tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentárias	549.351,37	218.146,39	425.928,81	211.731,81	123.422,56	6.414,58
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	2.287,17	7.157,32	2.287,17	7.157,32	0,00	0,00
4 – Investimentos	151.922,61	39.922,50	97.691,93	39.922,50	54.230,68	0,00
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	90.833,89	0,00	81.522,89	0,00	9.311,00	0,00
Equipamento e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentárias	61.088,72	39.922,50	16.169,04	39.922,50	44.919,68	0,00
5 – Inversões Financeira	41.175.179,90	5.587.092,42	39.621.705,49	4.751.237,25	1.553.474,41	835.855,17
Aquisição de Produtos para Revenda	41.175.179,90	5.587.092,42	39.621.705,49	4.751.237,25	1.553.474,41	835.855,17
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	56.225.419,28	23.881.914,35	53.174.972,75	21.054.473,45	3.050.446,53	2.827.440,90

Em 2011 não houve alterações na programação orçamentária/financeira sendo registradas apenas variações, para mais ou menos, na execução das diversas ações orçamentárias.

Os valores apresentados no Grupo 1 – Despesas de Pessoal não refletem as despesas de pessoal desta Regional, tendo em vista que a execução orçamentária da folha de pagamentos é realizada pela Matriz – UJ 135100, restando apenas os pagamentos dos encargos, como as contribuições previdenciárias e o salário educação, seguros de acidente de trabalho, FGTS e outros. Em relação ao exercício de 2010 verificou-se variação, a maior, de 25,59%, decorrente principalmente do reajuste salarial negociado no Acordo Coletivo de Trabalho 2011/12, da concessão de promoções por tempo de trabalho, da compra da Licença prêmio e do pagamento de Sentenças Judiciais, no valor de R\$244.064,50.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes estão relacionadas as despesas com o custeio da Companhia, com a aquisição de produtos para doação gratuita às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional, com a manutenção de bens móveis e imóveis, com vigilância e serviços de limpeza, com assistência médica e odontológica dos empregados e dependentes, com os auxílios concedidos ao empregados e outros. O valor total empenhado neste Grupo foi de R\$15.084.960,69, com acréscimo de 21,91% sobre o valor registrado em 2010, em decorrência da maior aplicação de recursos na aquisição de produtos para distribuição gratuita, que passaram de R\$6.818.706,00, em 2010, para R\$19.853.646,90, em 2011. A execução das despesas deste Grupo sofreram contingenciamento de 28%, de acordo com a Portaria MAPA n.º 29, de 29/03/2011, e, também, foram estabelecidos limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção.

O Grupo 4 – Investimento contempla as despesas relacionadas às melhorias nos imóveis, tanto na unidade armazenadora quanto na sede da Regional e à compra de equipamentos, inclusive de informática. A execução das despesas deste Grupo sofreu forte impacto com o contingenciamento de 65% imposto pela citada Portaria, principalmente aquelas relacionadas com a Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. A execução desta Ação também foi prejudicada pela falta de pessoal, principalmente de engenheiros e agrônomos, para o desenvolvimento dos projetos e a elaboração das planilhas de custo na forma requerida pela Controladoria-Geral da União, assim como para a fiscalização e o recebimento das obras. Consequentemente, os serviços previstos para a manutenção das unidades ou a aquisição de equipamentos necessários para a adequação dos armazéns aos critérios estabelecidos para a certificação, foram postergados para 2012. Em relação ao exercício anterior verifica-se redução de aproximadamente 73,72% nas despesas empenhadas, devido principalmente a baixa realização de investimentos nas unidades armazenadoras.

No Grupo 5 estão agregadas as despesas referentes à aquisição de produtos agrícolas, à manutenção dos estoques públicos, à remoção de produtos e demais despesas correlatas, tais como braçagem, impostos e outros. Inclui as despesas com a formação e manutenção tanto dos estoques adquiridos no âmbito da PGPM quanto pelo PAA, neste caso, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Em relação ao exercício anterior as despesas empenhadas tiveram decréscimo de 86,43%, passando de R\$ 41.175.179,90 para R\$ 5.587.092,42. Em 2011 destacaram-se as despesas liquidadas com o pagamento de armazenagem de produtos em unidades de terceiros, no valor de R\$ 3.662.782,41.

Quadro LXXXI – Execução Física e Orçamentária das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012	Dotação Prevista (R\$)	Dotação Realizada (R\$)
20	301	0352	2204	A	4	Pessoa beneficiada	320	347	330	550.000,00	513.829,71
20	301	0352	20CW	A	4	Servidor beneficiado	98	41	100	-	-
20	306	0352	2012	A	4	Servidor beneficiado	97	97	98	540.000,00	538.686,44
20	331	0352	2011	A	4	Servidor beneficiado	77	150	90	13.000,00	12.655,40
20	126	0352	4702	A	4	Unidade cadastrada	-	109	50	-	-
20	128	0360	4572	A	4	Servidor capacitado	113	54	100	36.000,00	7.452,78
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-	270.000,00	244.064,50
20	125	0352	2137	A	4	Fiscalização realizada	110	112	58	30.000,00	26.133,25
20	605	0352	2130	A	4	Produto adquirido	150.000	297	154.503	15.000.000,00	4.751.237,25
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-	6.385.000,00	6.209.093,17
20	605	0352	8579	A	4	Informação disponibilizada	-	-	-	3.000,00	2.116,72
20	122	0352	2829	A	4	Unidade modernizada	7	8	8	601.697,68	38.445,43
20	605	0360	4711	A	4	Pesquisa realizada	11	11	11	50.000,00	32.635,91

Fonte: Supor/Geare

Considerando as ações institucionais desenvolvidas pela UJ, verifica-se o cumprimento satisfatório das metas físicas, otimizando os recursos humanos e financeiros, com a aplicação de conhecimento e controle sobre as ações desenvolvidas. Estes resultados dão a segurança necessária para planejamentos das ações vindouras, exceto nos itens:

- (2130) Formação de Estoques Públicos: fatores variáveis na oferta de produtos agropecuários comprometeram a eficácia dos mecanismos de aquisição para formação de estoques operacionalizados pelo Governo Federal.

- (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação: apresentou problemas na sua execução e a meta atingida representa apenas 47,79%. O resultado permite inferir que a meta física foi superdimensionada e a disponibilidade financeira reduzida, restringindo o universo de beneficiários com a Ação. Devido sua importância para a atualização e capacitação dos empregados da Sureg/MS, esta ação foi redimensionada para 2012, fixando-se uma meta mais condizente com a realidade.

- (20CW) A meta prevista para beneficiar 98 empregados desta Sureg/MS, no ano de 2011, foi executada por 41 beneficiários, representando apenas 41,84%, do total previsto, motivado pela carência de clínicas médicas conveniadas no Plano de Saúde da Conab (auto-gestão) nos municípios do interior do estado, bem como, pelo desinteresse da classe médica em aplicar os valores praticados em tabelas, julgando defasadas.

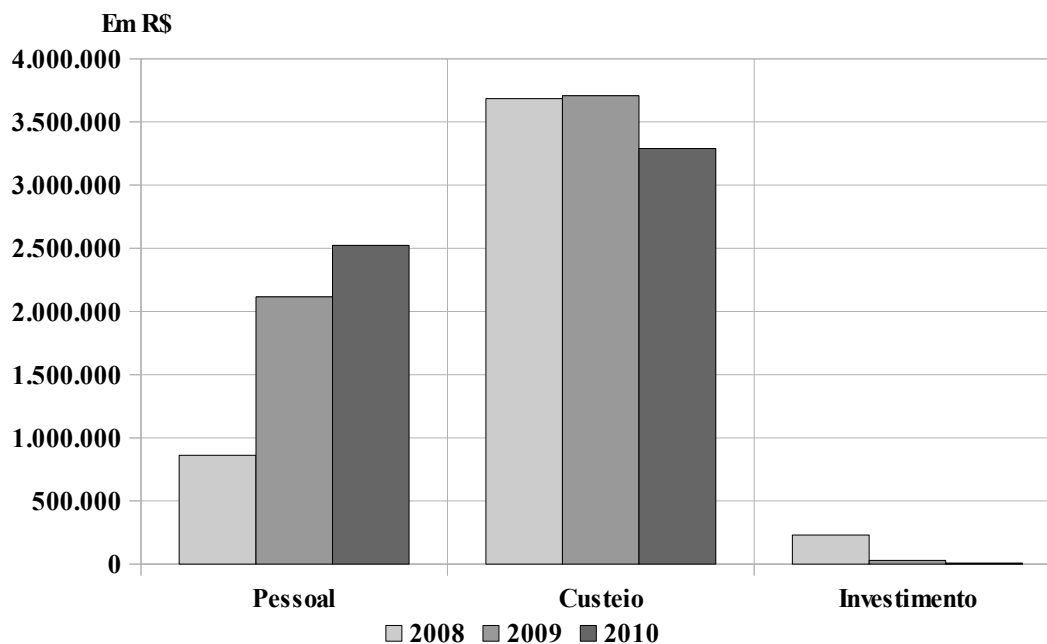
Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXXXII – Demonstrativo de Execução de Despesa

Discriminação	MS				
	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal	0,00	861.608,19	2.115.852,58	2.524.115,70	2.925.874,24
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	3.718,50	3.718,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	106.270,86	372.512,22	405.028,79	428.531,37
Obrigações patronais	0,00	754.293,98	1.743.340,36	2.112.601,71	2.474.360,58
Outras despesas variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	1.043,35	0,00	2.766,70	0,00
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	19.263,79
Custeio	3.136.006,53	3.683.170,41	3.706.548,17	3.288.654,65	3.255.141,13
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	40.302,50	56.937,50	58.575,50	198.064,00	22.058,00
Material de consumo	450.689,14	1.064.040,66	453.362,00	300.808,80	260.395,74
Passagens e Despesas com locomoção	12.762,57	23.491,42	14.464,66	28.166,21	16.147,83
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	161.470,67	177.686,10	196.062,00	198.423,22	203.324,68
Locação de mão-de-obra	878.961,80	964.785,41	1.176.783,20	1.142.297,08	1.244.842,39
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.429.497,50	1.270.352,11	1.548.554,65	0,00	1.380.983,52
Obrigações tributárias e contributivas	124.900,74	0,00	0,00	135.386,07	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	37.421,61	29.629,43	127.979,02	1.069,24	4.815,72
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	1.284.440,03	0,00
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	96.247,78	130.767,14	0,00	122.573,25
Investimentos	136.441,91	230.570,70	30.122,69	8.223,82	28.077,80
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e instalações – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento e material permanente – Operações intra-orçamentárias	136.441,91	230.570,70	30.122,69	8.223,82	28.077,80
Total	3.272.448,44	4.775.349,30	5.852.523,44	5.820.994,17	6.209.093,17

A dotação prevista no Orçamento para a Sureg/MS era de R\$ 6.415.000,00, sendo liquidado no exercício o valor de R\$ 6.209.093,17, representando 96,79% da dotação e 1,35% do gasto total (execução orçamentária).

Dos créditos consignados no Orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA, as despesas de pessoal representaram 45,61%, custeio 50,74% e os investimentos em 0,44%

Figura XIII – Demonstrativo de Despesas

Quadro LXXXIII – Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa

Nome: Percentual de Execução Financeira nas Ações de Apoio ao Programa				
Descrição: Percentual de gastos com atividades relacionadas à administração do Programa Abastecimento Agroalimentar				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Sufin				
Resultados:				
2007				37,46
2008				46,45
2009				54,95
2011				97,46
2010	Meta:	100,00	Realizado	96,79
Análise:				

Quadro LXXXIV – Gestão e Administração do Programa

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MS	
Dotação Orçamentária Inicial	390.916.326,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	488.416.326,00	6.415.000,00	1,31
Pessoal	391.071.326,00	2.930.000,00	0,75
Custeio	77.070.000,00	3.450.000,00	4,48
Investimentos	20.275.000,00	35.000,00	0,17
Execução Orçamentária	461.250.028,94	6.209.093,17	1,35
Pessoal	387.327.794,86	2.925.874,24	0,76
Custeio	73.477.389,40	3.255.141,13	4,43
Investimentos	444.844,68	28.077,80	6,31
Índice	94,44	96,79	-

Fonte: Supor e Siafi

Quadro LXXXV – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

(20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001 - PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	754.740,00	-	
Suplementação/Cancelamento	2.488,00	-	-
Dotação Final	757.228,00	-	0,00
Execução Orçamentária	753.997,08	-	0,00
Índice	99,57	-	-
Meta Física – Servidor beneficiado	4.193	98	2,34
Execução Física	2.488	41	1,65
Índice	59,34	41,84	-

Fonte: Geare e Gebem

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXXXVI – Cumprimento de Sentenças Judiciais

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001 - PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	14.000.000,00	270.000,00	
Suplementação/Cancelamento	4.661.376,00	-	
Dotação Final	18.661.376,00	270.000,00	1,45
Execução Orçamentária	17.353.314,98	244.064,50	1,41
Índice	92,99	90,39	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

OBS: no exercício de 2011, as ações ajuizadas são reclamações trabalhistas no âmbito da Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. Os pedidos formulados contemplavam promoções por merecimento e adicional de insalubridade. A maioria das ações foi julgada procedente em primeira instância. Contudo, a CONAB tem conseguido reverter aludidas condenações, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região. Dos depósitos recursais levados a termo pela CONAB, no valor total de R\$ 244.064,50 (duzentos e quarenta e quatro mil, sessenta e quatro reais e cinquenta centavos), já foi recuperada, pela Companhia, a quantia R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), até a presente data. Novos alvarás estão sendo expedidos, em favor da CONAB, o que elevará a quantia recuperada. Até a presente data a SUREG/MS não despendeu qualquer quantia no cumprimento de sentenças judiciais. Considerando que a SUREG/MS vem obtendo relativo sucesso nas ações em que figura parte, no pólo passivo, haverá substancial redução da quantia a ser despendida na fase de cumprimento das sentenças, refletindo positivamente na dotação orçamentária da Companhia.

Quadro LXXXVII – Capacitação de Pessoal

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MS	
Dotação Orçamentária	315.000,00	3.000,00	0,95
Execução Orçamentária	294.066,15	2.116,72	
Índice	93,35	70,56	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	0,00
Execução Física	7.845	-	
Índice	98,06	-	

Fonte: Supor e Siafi

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Quadro LXXXVIII – Fiscalização dos Estoques Públicos

(2137) Fiscalização dos Estoques e da Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares			
Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001 - PTRES = 01690			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 4.200.000,00	R\$ 30.000,00	0,71
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	R\$ 4.200.000,00	R\$ 30.000,00	0,71
Execução Orçamentária	R\$ 1.623.125,34	R\$ 26.133,25	1,61
Índice	38,65	87,11	-
Meta Física (fiscalização realizada)	5.500	110	2,00
Execução Física	6.030	112	1,86
Índice	109,64	101,82	-

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

Quadro LXXXIX – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MS	
Dotação Orçamentária Inicial	39.000.000,00	601.697,68	-
Dotação Orçamentária Final	39.000.000,00	601.697,68	1,54
Despesas Correntes	5.000.000,00	25.000,00	0,50
Despesas de Capital	34.000.000,00	576.697,68	1,70
Execução Orçamentária	503.777,46	38.445,43	7,63
Despesas Correntes	250.594,84	26.600,73	10,62
Despesas de Capital	253.182,62	11.844,70	4,68
Índice	1,29	6,39	-
Meta Física – unidade modernizada	70	8	11,43
Execução Física	57	8	14,04
Índice	81,43	100,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Quadro XC - Cadastro Nacional de Unidades – Execução Físico-Financeira

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001			
PTRES = 01692			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/MS	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	500.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	60.970,43	0,00	-
Índice	12,19	0,00	0,00
Meta Física – Unidade cadastrada	4.500	0	-
Execução Física	1.889	109	5,77
Índice	41,98	-	-

Fonte: Supor e Siafi

Quadro XCI - Pesquisa de Levantamento e Avaliação de Safras

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-MS	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	50.000,00	5,00
Execução Orçamentária	794.110,27	32.635,91	4,11
Índice	79,41	65,27	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

Quadro XCII - Geração e Difusão de Informações Agropecuárias

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MS	
Dotação Orçamentária	315.000,00	3.000,00	0,95
Execução Orçamentária	294.066,15	2.116,72	
Índice	93,35	70,56	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	8.000	-	0,00
Execução Física	7.845	-	
Índice	98,06	-	

Fonte: Supor e Siafi

10.2 – Análise das Inscrições em Restos a Pagar**10.2.1 – Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores****10.2.1.2 – Análise Crítica****SUREG – Mato Grosso do Sul****RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	8.678,06	0,00	8.678,06	0,00
2010	406.644,28	0,00	406.644,28	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	1.826.542,21	-1.091.903,22	734.638,99	0,00

Obs: os valores inscritos em Restos a Pagar processados e não-processados, foram integralmente liquidados durante o próprio exercício.

10.3 – Transferências Recebidas e Realizadas no Período

Quadro XCIII – Demonstrativo das Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente	UG Recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total
					1-Pessoal e Encargos Sociais	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	
Movimentação Interna	Recebido	135100	135192	20.122.0352.2272.0001	2.987.265,52	0,00	0,00	0,00	2.987.265,52
		135100	135192	20.122.0352.2272.0001	0,00	3.733.527,52	28.077,80	0,00	3.761.605,32
		135100	135192	20.122.0352.2829.0001	0,00	25.100,73	0,00	0,00	25.100,73
		135100	135192	20.122.0360.2272.0001	0,00	13.853,34	0,00	0,00	13.853,34
		135100	135192	20.122.1492.2272.0001	0,00	7.109,57	0,00	0,00	7.109,57
		135100	135192	20.125.0352.2137.0001	0,00	28.161,72	0,00	0,00	28.161,72
		135100	135192	20.128.0360.4572.0001	0,00	8.939,60	0,00	0,00	8.939,60
		135100	135192	20.301.0352.2004.0001	0,00	549.889,42	0,00	0,00	549.889,42
		135100	135192	203060352.2012.0001	0,00	568.842,29	0,00	0,00	568.842,29
		135100	135192	20.331.0352.2011.0001	0,00	15.652,12	0,00	0,00	15.652,12
		135100	135192	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	4.997.577,36	4.997.577,36
		135100	135192	20.605.0352.8579.0001	0,00	2.126,39	0,00	0,00	2.126,39
		135100	135192	20.605.0360.4711.0001	0,00	40.399,06	0,00	0,00	40.399,06
		135100	135192	28.846.0901.0022.0001	0,00	244.064,50	0,00	0,00	244.064,50
		135100	135193	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-155.257,25	-155.257,25
		135100	135194	20.122.0352.2272.0001	0,00	-109,09	0,00	0,00	-109,09
		135100	135195	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.141,85	0,00	1.141,85
		135100	135195	20.301.0352.2004.0001	0,00	-0,03	0,00	0,00	-0,03
		135100	135196	20.122.0352.2828.0001	0,00	900,00	1.685,00	0,00	2.585,00
		135100	135199	20.122.0352.2829.0001	0,00	0,00	1.141,85	0,00	1.141,85
		135100	135397	20.122.0352.2829.0001	0,00	1.200,00	7.876,00	0,00	9.076,00
		135100	135432	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	-115.569,79	-115.569,79
		135347	135192	08.244.1049.2792.0001	0,00	1.541.051,28	0,00	0,00	1.541.051,28
		135347	135192	08.605.1049.2802.0001	0,00	282.943,27	0,00	0,00	282.943,27
		135347	135192	21.122.0351.2B83.0001	0,00	89.179,13	0,00	0,00	89.179,13
		135347	135192	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	792.500,00	792.500,00
		135347	135192	08.306.1049.2798.0001	0,00	8.789.636,02	0,00	0,00	8.789.636,02
		135347	135551	08.605.1049.2802.0001	0,00	-6.212,94	0,00	0,00	-6.212,94
		135347	135551	21.122.0351.2B83.0001	0,00	-20.124,92	0,00	0,00	-20.124,92
		135347	135551	21.605.0351.2B81.0001	0,00	0,00	0,00	-21,00	-21,00
		135347	135551	08.306.1049.2798.0001	0,00	-200.000,00	0,00	0,00	-200.000,00
		135347	135402	08.244.1049.2792.0001	0,00	-45.949,04	0,00	0,00	-45.949,04
		135347	135402	08.605.1049.2802.0001	0,00	-423,72	0,00	0,00	-423,72
		135347	135402	08.306.1049.2798.0001	0,00	-8,14	0,00	0,00	-8,14
		135348	135192	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	144.963,00	144.963,00
	Enviado	135192	135100	08.605.1049.2802.0001	0,00	22,00	0,00	0,00	22,00
		135192	135100	20.122.0352.2272.0001	28.070,00	0,00	0,00	0,00	28.070,00
		135192	135100	20.122.0352.2272.0001	0,00	294.280,13	0,00	0,00	294.280,13
		135192	135100	20.122.0352.2829.0001	0,00	600,00	0,00	0,00	600,00
		135192	135100	20.122.0360.2272.0001	0,00	754,79	0,00	0,00	754,79
		135192	135100	20.122.1492.2272.0001	0,00	239,96	0,00	0,00	239,96
		135192	135100	20.125.0352.2137.0001	0,00	2.028,47	0,00	0,00	2.028,47
		135192	135100	20.128.0360.4572.0001	0,00	1.486,82	0,00	0,00	1.486,82
		135192	135100	20.301.0352.2004.0001	0,00	385,33	0,00	0,00	385,33
		135192	135100	203060352.2012.0001	0,00	30.155,85	0,00	0,00	30.155,85
		135192	135100	20.331.0352.2011.0001	0,00	2.996,72	0,00	0,00	2.996,72
		135192	135100	20.605.0352.2130.0001	0,00	0,00	0,00	77.099,90	77.099,90

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz – Brasília/DF, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

10.4 – Transferências mediante Convênios, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição

As transferências de recursos orçamentários/financeiros foram recebidos pela Unidade Gestora 135100 e executados pela Sureg/MS por meio de descentralização orçamentária/financeira da Matriz.

10.5 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 6.404/76

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.735.555.770,99	5.212.315.145,43
DISPONÍVEL	1.060.620,29	972.426,41
Aplicações Financeiras	1.060.620,29	972.426,41
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.049.032.903,78	702.486.519,56
CRÉDITOS A RECEBER	751.495.446,69	578.264.288,00
Devedores por Fornecimento	56.500.746,34	26.622.370,92
Créditos Tributários	241.839.835,13	285.535.734,14
Recursos a Receber	255.652.866,06	89.431.178,90
Créditos Diversos a Receber	197.501.999,16	176.675.004,04
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	292.645.279,10	119.415.257,35
Entidades Devedoras	9.357.615,19	25.244.207,00
Créditos Parcelados	333.691,76	31.542,66
Recursos da União	282.953.972,15	94.139.507,69
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.892.177,99	4.806.974,21
Adiantamentos a Pessoal	4.891.922,99	4.456.974,21
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	255,00	0,00
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	0,00	350.000,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	0,00	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.685.418.718,01	4.508.832.121,49
Estoques para Alienação	3.198.418.642,31	4.138.198.154,24
Estoques de Distribuição	833.496,89	1.821.338,22
Estoques Internos - Almoxarifado	2.361.623,43	1.163.790,54
Títulos e Valores em Circulação	297.510,99	67.890,17
Materiais em Trânsito	10.953.770,27	3.240.040,96
Compra Antecipada - Entrega Futura	472.553.674,12	364.340.907,36
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.528,91	24.077,97
Valores Pendentes	43.528,91	24.077,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	573.912.136,02	567.647.970,33
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	317.083.667,52	307.205.272,55
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	131.473.814,53	120.748.569,96
Recursos Vinculados	131.473.814,53	120.748.569,96
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	185.609.852,99	186.456.702,59
Devedores - Entidades e Agentes	18.009.747,77	15.347.849,42
Créditos Diversos a Receber	167.600.105,22	171.108.853,17
INVESTIMENTOS	80.222.308,20	80.262.840,30
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	52.419.017,32	52.459.549,42
IMOBILIZADO	176.527.368,99	180.147.857,48
Bens Imóveis	283.851.400,50	275.770.754,07
Bens Móveis	78.406.481,55	73.372.988,03
Depreciações	(185.730.513,06)	(168.995.884,62)
INTANGÍVEL	78.791,31	32.000,00
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	4.952.025.232,72	5.446.379.747,49
DEPÓSITOS	117.196.011,03	30.625.802,58
CONSIGNAÇÕES	2.085.251,58	1.858.851,68
Pensão Alimentícia	7.857,41	4.006,06
Planos de Seguros	171.862,58	199.216,17
Empréstimos	318.626,29	241.634,99
Outros Tributos e Consignações	1.586.905,30	1.413.994,46
RECURSOS DA UNIÃO	17.168.338,92	17.077.860,98
Recursos Fiscais	3.992.906,67	7.500.722,89
Recursos Previdenciários	13.175.432,25	9.577.138,09
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	97.942.420,53	11.689.089,92
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.834.829.221,69	5.415.753.944,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	177.842.494,99	59.009.233,29
Fornecedores	141.725.112,72	55.179.709,89
Pessoal a Pagar	23.155,73	6.491,17
Encargos Sociais a Recolher	1.081.527,22	984.653,38
Obrigações Tributárias	5.514.065,85	48.724,95
Débitos Diversos a Pagar	22.014.777,50	350.401,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	7.483.855,97	2.439.252,21
PROVISÕES	242.630.604,68	243.404.292,41
Provisão para Férias	28.907.028,79	26.582.748,81
ICMS s/Mercadorias para Revenda	948.502,50	571.652,59
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	3.631.971,12	7.976.030,89
Encargos Sociais sobre Provisões	10.802.033,97	9.932.791,82
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	617.049.103,45	549.222.334,34
Entidades Credoras	617.049.103,45	549.222.334,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
Operações Especiais	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	6.606.203,92	15.754.080,72
Adiantamentos de Clientes	6.606.203,92	15.754.080,72
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	3.899,48	2.652,71
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.958,52	18.968,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	18.228.235,37	15.360.005,51
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	18.158.815,37	15.290.585,51
OBRIGAÇÕES A PAGAR	18.158.815,37	15.290.585,51
Entidades de Previdência Complementar	17.628.171,34	15.162.764,10
Entidades Federais	530.644,03	127.821,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	339.214.438,92	318.223.362,76
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	92.323.612,21	50.501.495,63
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	65.778.893,17	23.956.776,59
LUCROS A DESTINAR	23.710.327,86	44.541.368,28
TOTAL	5.309.467.907,01	5.779.963.115,76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	35.142.943,63	18.246.566,50
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(16.445.192,33)	(68.690.715,84)
Depreciações	16.748.494,11	12.822.928,03
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(47.196.622,59)	(20.190.414,15)
Redução nos Créditos Tributários	49.251.717,85	9.562.102,02
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(166.221.687,16)	23.525.519,21
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(173.023.690,24)	(43.700.636,04)
Aumento em Pessoal e Encargos	(320.418,61)	(1.089.322,24)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	40.715,09
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(19.450,94)	(300.168,03)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	65.743.977,21	138.391.164,22
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	108.441.168,54	(156.189.720,72)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	86.253.330,61	(2.799.002,87)
Aumento (Redução) nas Provisões	(4.405.658,85)	16.788.173,63
Aumento nas Entidades Credoras	67.826.769,11	19.576.690,69
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(8.797.876,80)	12.973.139,84
Aumento nos Recursos Vinculados	(10.725.244,57)	(78.101.884,52)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.697.751,30	(50.444.149,34)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	40.532,10	11.297.980,64
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(13.174.796,93)	(32.176.342,17)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.134.264,83)	(20.878.361,53)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Pagar	(7.483.855,97)	(2.439.252,21)
Aumento de Dividendos a Pagar	5.044.603,76	(2.588.565,13)
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	(3.036.040,38)	8.063.857,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.475.292,59)	3.036.040,38
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	88.193,88	(68.286.470,49)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	88.193,88	(68.286.470,49)
No Início do Exercício	972.426,41	69.258.896,90
No Final do Exercício	1.060.620,29	972.426,41

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL	TRANSE. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		(513.526,78)	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.439.252,21)	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	(40.246.567,95)	
LUCROS A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							(3.036.040,38)	(3.036.040,38)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		(1.575.548,63)	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(7.483.855,97)	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	2011	%	2010	%
1.RECEITAS	1.520.987.917,36	244,72	394.013.198,77	78,22
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.512.002.701,94	243,27	389.423.364,37	77,30
1.2 - Outros Resultados	8.985.215,42	1,45	4.589.834,40	0,91
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.412.640.897,96	227,29	412.356.496,76	81,86
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.250.111.215,84	201,14	272.239.284,51	54,04
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	162.529.682,12	26,15	140.117.212,25	27,81
2.3 - Perda/Recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	108.347.019,40	17,43	(18.343.297,99)	-3,64
4.RETENÇÕES	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
4.1 - Depreciação	17.050.037,05	2,74	15.207.353,03	3,02
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	91.296.982,35	14,69	(33.550.651,02)	-6,66
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	530.230.886,20	85,31	537.301.132,03	106,66
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	621.527.868,55	100,00	503.750.481,01	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	466.503.587,64	75,06	428.496.864,47	85,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	117.452.488,38	18,90	54.900.889,63	10,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.428.848,90	0,39	2.106.160,41	0,42
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	35.142.943,63	5,65	18.246.566,50	3,62
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	2.651.679,50	0,43	5.825.184,24	1,16
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	980.291,62	0,16	2.150.846,65	0,43
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	31.510.972,51	5,07	10.270.535,61	2,04
8.8 - Dividendos	7.483.855,97	1,20	2.439.252,21	0,00
8.9 - Destinação para Reserva Legal	1.575.548,63	0,25	513.526,78	0,00
8.10 - Lucros Retidos	22.451.567,91	3,61	7.317.756,62	1,45

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

**José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 005969/0-5**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	13	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	16	Operações de Créditos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	17	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Devedores – Entidades e Agentes	20	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
		21	Convênios/Cooperação Técnica

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei n.º 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e se encontram em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA 2

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei n.º 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 117/2011, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados da Bahia/Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Roraima, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA 3**ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA 4**RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Equivalente de Caixa: Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes

excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.056 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto n.º 3.000/99 e Instrução Normativa n.º 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2011, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

4.10 Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

4.11 Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei n.º 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2011 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor foi absorvido pela equalização dos estoques governamentais.

4.12 Reconhecimento da Receita:

4.12.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

4.13 Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$142.621 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2011, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

4.14 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

NOTA 5
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício		Em R\$ mil
	2011	2010	
ICMS a Compensar	241.699		285.410
IRRF a Compensar	36		33
Contribuições Outros Impostos	105		93
Total de Créditos Tributários Circulante	241.840		285.536

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA 6
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$215.581 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2012, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

NOTA 7
RECURSOS A RECEBER DO TESOUREIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$447.491 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.587 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2011, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2011, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$413.562 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2012.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

NOTA 8
DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$56.501 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

NOTA 9
CONTAS A RECEBER

O total de R\$364.922 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros, em cobrança na justiça federal.

O montante acima citado está sendo cobrado via judicial e administrativamente, sendo que do total, 95% dos processos estão ajuizados e o restante em cobrança administrativa.

Os créditos ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 038/2004 e estão assim demonstrados:

9.1 Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	4.081	4.377
Créditos por Cessão de Pessoal	743	706
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	12.497	10.860
Créditos por Infrações Legal/Contratual	180.181	160.732
Subtotal – Circulante	197.502	176.675

9.2 Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Créditos por Alienação de Bens	7.546	10.548
Títulos a Receber	30.188	29.902
Outros Créditos	635	656
Créditos a Receber em Poder da Justiça	129.051	130.003
Subtotal – Não Circulante	167.420	171.109
Total – (Circulante + Não Circulante)	364.922	347.784

NOTA 10**DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES**

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e termo aditivo n.º 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

10.1 Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Devedoras - Federais	9.358	25.244
Créditos Parcelados	334	31
Recursos da União - Equalização	282.954	94.140
Total – Circulante	292.646	119.415

10.2 Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Entidades Federais	17.628	15.163
Créditos Parcelados	307	102
Créditos a Recuperar	75	83
Total – Não Circulante	18.010	15.348

NOTA 11**RECURSOS VINCULADOS**

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$131.474 mil.

NOTA 12**BENS DE ESTOQUES**

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$472.554 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2011; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei n.º 11.420/06, que em seu art. 3.º acrescenta o art. 15-b à Lei n.º 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2011	2010
Estoques de Mercadorias	3.198.419	4.138.198
Estoques de Almoxarifado	2.659	1.232
Materiais em Trânsito	10.954	3.240
Compra Antecipada - CPR	472.554	364.341
Estoques de Distribuição	833	1.821
Total	3.685.419	4.508.832

Em R\$ mil

12.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, n.º 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2011, as equalizações totalizaram R\$554.555 mil.

NOTA 13

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2011, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$4.952.026 mil.

NOTA 14

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$97.942 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

NOTA 15
CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES
Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

Trabalhistas: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.

Tributárias: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

Cíveis: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os planos econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.445	57.034	212.373	65.003
Trabalhista	348.328	41.068	350.788	51.116
Tributária	8.052	8.109	16.346	23.490
Total	422.825	106.211	579.507	139.609

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.

Tributárias: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por

entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2011	2010	2011	2010
Cível	118.234	129.517	131.747	152.336
Trabalhista	115.478	79.302	111.007	107.708
Tributária	108.621	108.704	108.892	109.123
Total	342.333	317.523	351.646	369.167

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.

Trabalhista: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Tributária: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC n.º 22, aprovado pela Deliberação CVM n.º 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2011	2010	2011	2010
Cível	66.446	311.182	210.756	792.718
Trabalhista	348.328	241	350.768	235
Tributária	8.052	212	18.346	56
Total	422.826	311.635	579.870	793.009

NOTA 16

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2011, corresponde a R\$3.790.673 mil.

NOTA 17

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social: O capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem

valor nominal, integralmente subscritas pela União.

17.2 Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4.º trimestre do exercício findo em 31/12/2011, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletes, no valor de R\$980 mil e R\$2.652 mil, respectivamente.

17.3 Reserva Legal e Dividendos: Foram calculados e provisionados, em conformidade com o disposto nos incisos I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$1.575 mil e R\$7.484 mil, respectivamente.

17.4 Resultado do Exercício: O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2011, a Companhia apurou o lucro de R\$35.143 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$31.511 mil.

NOTA 18**DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no Estado de Goiás. No exercício de 2011, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR DANOS OU PERDAS**”, o saldo do grupo aumentou para R\$34.997 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2010	31.357
2011	34997

NOTA 19**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****19.1 Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o n.º 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social –

CIBRIUS, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2011 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2011, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$26.986 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2011, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$21.490 mil, beneficiando 4.474 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2011, referente à participação financeira dos empregados é de R\$12.165 mil.

NOTA 20

REMUNERAÇÃO E SALÁRIOS MÉDIOS DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução n.º 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1.º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2011 e 2010, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2011	2010
Maior Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29

Em R\$ mil

Menor Remuneração Dirigente	23.884,29	22.535,29
Maior Remuneração Empregado	25.170,39	19.961,80
Menor Remuneração Empregado	884,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2011	2010
Dirigentes	23.884,29	23.884,29
Empregados	2.642,62	2.559,69

Em R\$ mil

NOTA 21

CONVÊNIOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

21.1 Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e, e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010 e 2011, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ.

O montante dos recursos repassados está assim demonstrado:

Descrição	Exercícios	
	2011	2010
Repasse – Recursos Próprios	2.420	3.058
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	798	521
Total de Repasses	3.218	3.579

Em R\$ mil

21.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.342 municípios e 106.600 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 285 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei n.º 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$451.036 mil no ano de 2011.

10.6 – Composição dos Investimentos da Empresa

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2011				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

Fonte: Sucon

Composição Acionária da UJ como Investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES - UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2011					
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)	31/12/2011 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDADAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv. Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB
(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste; (2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da Conab são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da Conab, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei n.º 9.491, de 09/09/1997 e Decreto n.º 1.068, de 02/03/1994.

Encontra-se mensurada a PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS, no total de R\$8.056.461,73, assim discriminados:

CNPJ	Investida	Quantidade	31/12/2011 (R\$)
01556240000130	Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	6.480.083,63
02534914000168	Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	96.486,58
04043493000106	Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	739.574,91
049334460000120	Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	7.260,99
050226330000114	Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	541.998,85
16260788000105	Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	1.395,27
28137800000178	Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	180.016,28
28167955000157	Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	394,02
83807586000128	CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	9.251,20
TOTAL			8.056.461,73

Fonte: Sucon

10.7 – Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

Quadro XCIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício de 2011	Exercício de 2010
Brasil	Mato Grosso do Sul	1	1
	Campo Grande	1	1
Total		1	1

Obs.: A Conab não possui imóveis no exterior

Fonte: Sipad/Gepas

Quadro XCV - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da União e de Responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício de 2011	Exercício de 2010	
Mato Grosso do Sul	14	14	Duas casas localizadas em Campo Grande, os armazéns de Glória de Dourados e Pedro Gomes e um galpão em Chapadão do Sul estão destinados a venda (Conad-Ata da 202. ^a Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010)
Campo Grande	4	4	
Sidrolândia	1	1	
Dourados	1	1	
Glória de Dourados	1	1	
Maracaju	1	1	
Rio Brilhante	1	1	
Cassilândia	1	1	
Pedro Gomes	1	1	
São Gabriel D'Oeste	1	1	
Chapadão do Sul	2	2	

Fonte: Sipad/Gepas

Dos quatro imóveis existentes em Campo Grande-MS, 03 (três) estão destinados a venda, os quais são identificados pelo código/local nº 135.192.976 – Rua Alan Boaventura nº 141 – Vila Eliane, código/local nº 135.192.977 – Rua Dom Aquino, nº 2.383, centro e Patrimônio nº 806557 – Av. Duque de Caxias, nº 5735, Vila Serradinho. **B)** Dois dos Imóveis existentes em Chapadão do Sul, 01 (um) está destinado a venda, o qual é identificado pelo código/local nº 135.397.999 – localizado na Rod. MS 306 s/nº km 91. **C)** Os imóveis localizados na Rua Dos Pioneiros nº 3069, centro, Glória de Dourados, identificado pelo código/local nº 135.192.963 e o localizado na Avenida Presidente Médici, 695, Vila Marcelino José Bernardo, Pedro Gomes, identificado pelo código/local nº 135.192.966, também estão destinados a venda.

10.8 – Parecer de Auditoria Independente

MOORE STEPHENS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e acionistas da

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

1- Examinamos o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações de resultado, das demonstrações de fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB do período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2- A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3- Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4- Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria prescritas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

7



MOORE STEPHENS

adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

6- As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/08), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e resultou em mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A companhia não efetuou análise detalhada dos impactos das alterações sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez/11, consequentemente, não foi possível avaliarmos se os ajustes às demonstrações contábeis seriam ou não necessários em decorrência das alterações introduzidas.

7- Até a data de emissão deste parecer não havíamos recebido as informações requeridas através de procedimentos de circularização dos assessores jurídicos da Companhia, acerca de contingências contra e/ou a favor da Companhia, bem como, a posição dos depósitos vinculados a litígios. Desta forma, considerando que tais informações poderiam alterar os resultados da empresa, não obtivemos evidências suficientes das contas de depósitos vinculados em litígio.

Opinião

8- Em nossa opinião, exceto quanto aos parágrafos 6 e 7, cujos efeitos poderão alterar sobremaneira as posições contábeis ao final do exercício de 2011, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditorias especiais realizadas pela Controladoria Geral da União - CGU

9- Registramos a conclusão do Relatório de Auditoria Especial da Controladoria Geral da República – CGU, nº. 201203850, emitido em 09 de março de 2012, em foram constatadas irregularidades que requerem providências de ressarcimento ao Erário no valor de R\$ 12.196.159,25 (doze milhões, cento e noventa e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e apuração de responsabilidades.

10- Registramos, também, as conclusões levadas a efeito no curso dos trabalhos de auditoria especial realizadas pela Controladoria Geral da República – CGU, nº. 00190.021911/2011-41-A, em que evidenciaram deficiências estruturais e pontuais nas áreas de gestão administrativa e operacional da Companhia Nacional de Abastecimento, compreendidas no escopo da auditoria, com destaque para os atos voltados à

A Moore Stephens Vector Auditores S/S é firma-membro da Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.



MOORE STEPHENS

orientação estratégica da Companhia, à administração de bens móveis quanto à alienação, aquisição e gestão de unidades armazenadoras, à defesa do patrimônio público perante a justiça federal, a execução de programas e ações finalísticas, em especial quanto à aplicação dos instrumentos de subvenção econômica destinados ao pagamento de prêmio para o escoamento de produtos agrícolas para outras regiões, no sentido de garantir o abastecimento interno e o preço mínimo. Foram, também, identificadas fragilidades na operacionalização e nos procedimentos de pagamento de frete para remoção de estoques públicos.

Auditoria do exercício anterior

11- Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de abril de 2011.

Brasília, 14 de maio de 2012.



Moore Stephens Vector Auditores S/S
CRC-DF 000896/O-1
CVM n.º. 12.327



Fabson Vogel
Contador CRC-DF 012038/O-0
Sócio



Edson Souza Sobrinho
Contador CRC-DF 010198/O-4
Sócio

11 – Governança e Controles (correspondente ao item 13 da DN 108/2010)

11.1 – Informações sobre o Controle Interno

Quadro – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11.2 – Providência Adotadas para Atendimento das Deliberações dos Órgãos de Controle Interno e Externo

Esta UJ não fora objeto de recomendações pelos órgãos de Controle Interno e Externo.

11.3 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna

Relatório de Auditoria
16/2011 - (ACG) - SUREG/MS - SUPAB/DF - SUCON/DF
Constatação
1102 - A aquisição dos produtos que compõem as cestas de alimentos é feita em função do número de famílias que serão beneficiadas, do acompanhamento da quantidade em estoque dos produtos por meio do x-FAC e da disponibilidade orçamentária/financeira. A aquisição é feita na modalidade pregão eletrônico, no Sistema Eletrônico de Comercialização – SEC da Companhia. O preço máximo de aceitação para fechamento da compra é definido pela Conab com base nos preços praticados na praça. O preço para negociação será ofertado em nível decrescente, sagrando-se vencedor o fornecedor que ofertar o menor preço para o produto negociado, com as especificações contidas no aviso. Analisou-se a totalidade dos processos de aquisição dos produtos que compõem as cestas de alimentos, e não se encontrou impropriedades significativas. Processos analisados: 1 - Processo n.º 21213.000142/2010-21 – Produto: Fubá de Milho – Empresa: Nutrimilho – Município: Maringá/PR: Sem incidência de ICMS; 2 - Processo n.º 21213.000139/2010-16 – Produto: Macarrão Espaguete – Empresa: Domingos Costa Industrias – Município: Contagem/MG: Com incidência de ICMS; 3 - Processo n.º 21213.000141/2010-87 – Produto: Óleo de Soja – Empresa: Coamo Agroindustrial – Município: Campo Mourão/PR: Sem incidência de ICMS; 4 - Processo n.º 21213.000138/2011-44 – Produto: Óleo de Soja – Empresa: Coamo Agroindustrial – Município: Campo Mourão/PR: Sem incidência de ICMS; 5 - Processo n.º 21213.000140/2011-13 – Produto: Macarrão Espaguete – Empresa: Alimentos Dallas Industrias e Comércio Ltda. – Município: Nova Alvorada do Sul/MS: Com incidência de ICMS; 6 - Processo n.º 21213.000134/2011-66 – Produto: Remoção de Leite em Pó – Empresa: Transport. Transamerica H. Lobo – Município: São Paulo/SP; 7 - Processo n.º 21213.000234/2010-10 – Produto: Arroz

Beneficiário – Empresa: Líder Sul Alimentos Ltda. – Município: Rio Pardo/RS: Com incidência de ICMS; 8 - Processo n.º 21213.000137/2011-08 – Produto: Fubá de Milho – Empresa: Gem Agroindustrial e Comercial Ltda. – Município: Acreúna/GO: Com incidência de ICMS; 9 - Processo n.º 21213.000139/2011-99 – Produto: Açúcar Cristal – Empresa: Cal – Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. – Município: Brasília/DF: Com incidência de ICMS. Constatou-se que a maioria dos valores finais negociados estavam menores que os valores discriminados no Comunicado de Compra - COC emitido pela bolsa de mercadorias, documento oficial da transação efetuada. De acordo com o Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - Sepab/MS os valores majorados estão acrescidos do ICMS. Entretanto alguns processos estão sem a incidência do ICMS, e nos avisos de aquisição constam os seguintes itens: “ 6.1 – O preço máximo de aceitação para fechamento da compra será definido pela Conab, sem ICMS, e será divulgado com antecedência, de no mínimo, 02 dias úteis antes da data do leilão. 6.2 – O preço para a negociação será ofertado em nível decrescente, em R\$/kg, sem ICMS. 6.3 – Sobre o preço de fechamento da compra, quanto à incidência de ICMS, deverá o fornecedor pautar-se na legislação tributária vigente, considerando a origem e o destino da mercadoria, observando o contido no Convênio ICMS n.º 34 de 26.3.2010. 8.3. O produto deverá ser faturado de acordo com os dados constantes do Anexo III deste Aviso, observando que a Nota Fiscal de Venda deverá ser emitida pelo fornecedor, obedecendo os mesmos dados constantes do COC (mesma razão social e CNPJ informado por ocasião do arremate no leilão), devendo constar no campo de observação da Nota Fiscal o seguinte texto: “Mercadoria destinada a atender o Programa Fome Zero do Governo Federal. Dispensado o ICMS conforme §§ 1º e 4º da Cláusula Primeira do Convênio ICMS 18/2003, alterado pelo Convênio ICMS 34/2010”.” A Sureg/MS encaminhou a CI/Sureg/MS n.º 1848 de 6.7.2011 à Sucon, solicitando manifestação sobre a matéria e ainda interagir com a área responsável pela elaboração dos avisos, para correção ou melhor interpretação dos itens citados. Os estoques que compõem as cestas de alimentos, encontram-se armazenados nas Unidades Armazenadoras de Campo Grande, Sidrolândia e Maracaju. Esta equipe de auditores internos, visitou a UA/Campo Grande para comprovar a guarda dos produtos e as condições de armazenamento. A seguir, fotos dos produtos que compõem as cestas de alimentos, armazenados na UA/Campo Grande e quadro com a quantidade e a validade dos produtos. O processo n.º 21213.000137/2011-08 trata da aquisição de 59.526 kg de fubá de milho para compor as cestas de alimentos. A aquisição da GEM Agroindustrial e Comercial Ltda., foi entregue em 02 etapas, sendo a primeira em 14.7.2011, conforme a Nota Fiscal n.º 000.011.793, com peso líquido de 29.760 kg e a segunda entrega no dia 25.7.2011, nota fiscal n.º 000.012.266, com peso líquido de 29.760 kg totalizando 59.520 kg. Faltaram 06 quilos de produtos, no final da entrega. No Mapa para Informações de Devoluções de Cauções foi informado ao setor de pagamento da Matriz o valor de R\$6,00, para deduzir da caução do Fornecedor. Constatou-se ausência de termo de encerramento e numeração das folhas do processo.

Recomendação

1102.1 - Recomendamos à Sureg/MS que o Comunicado de Compra – COC seja encaminhado, prioritariamente, à área fiscal/tributária para confirmação do valor do ICMS aplicado ao produto adquirido em leilão.

Tratamento das Recomendações

de em 28/09/2011 como Pendente

Tendo em vista que tal procedimento foi sugerido pelo funcionário desta sureg, o procedimento já é rotina desta regional, na oportunidade sugerimos que o mesmo seja recomendado para outras regionais envolvidas nas compras realizadas através de bolsa de mercadoria.

de nilson.marques em 28/09/2011 como Pendente

quem respondeu foi nilson.marques/geope- estamos com falhas no sistema

de joao.filho em 21/10/2011 como Solucionado

Em conformidade com a resposta da Sureg/MS, o procedimento já é rotina na regional. Ao tempo que informamos que este procedimento foi recomendado nas Suregs onde realizou-se auditoria dessa natureza.

Recomendação:

1102.2 - Recomendamos à Superintendência de Contabilidade - Sucon celeridade na resposta à CI/Sureg/MS n.º 1848 de 6.7.2011, informando à Audin e às Suregs envolvidas sobre as orientações pertinentes.

Tratamento das Recomendações:

de nilson.marques em 29/09/2011 como Pendente

Ok,ciente.

de joao.filho em 21/10/2011 como Pendente

Informamos que a recomendação foi direcionada à Sucon, cuja resposta deverá ser oferecida por aquela Superintendência de Contabilidade.

de joao.filho em 14/02/2012 como Solucionado

Consoante resposta apresentada pela Sucon em resposta à CI/Sureg/MS/1848 de 6.7.2011, consideramos o item como solucionado.

Recomendação:

1102.3 - Recomendamos à Sureg/MS encerrar e numerar as folhas do Processo n.º 21213.000137/2011-08, e verificar junto ao setor financeiro, se o valor foi descontado na devolução da caução ou anexar uma cópia da Guia de Pagamento no processo.

Tratamento das Recomendações:**de nilson.marques em 28/09/2011 como Pendente**

já solucionado, descontado da caução e anexado uma cópia ao processo, quanto a paginação de processos está em andamento tendo em vista o grande volume e numero reduzido de funcionários qualificados.

de joao.filho em 21/10/2011 como Solucionado

Item solucionado.

Constatação:

1103 - A Sureg informa à Superintendência de Abastecimento Social - Supab, os produtos em estoque, aptos a serem entregues aos responsáveis pelos órgãos partícipes, para posterior distribuição às famílias beneficiárias. De posse dessas informações a Supab comunicará às entidades parceiras, para em conjunto, elaborar o cronograma de retirada dos produtos da Unidade Armazenadora. Foram analisados 8 processos referentes a entrega de produtos às entidades partícipes. 1 – Os Processos n.º(s) 21213.000121/2010-14 e 21213.000131/2010-41 tratam dos repasses de produtos para compor 300 e 540 cestas de alimentos, respectivamente, referentes a 3 etapas, as quais foram distribuídas às Comunidades de Terreiros e Quilombolas pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e pela Fundação Cultural Palmares. Após análise, constatou-se: - A composição das cestas de alimentos diverge da orientação contida na CI/Dirab/Supab n.º 512 de 14.6.2011, que indica a seguinte composição: (10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de leite em pó, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão e 1 kg de flocos de milho), totalizando 23 kg. A composição das cestas distribuídas foi: (10 kg de arroz, 5 kg de feijão, 2 kg de açúcar, 2 latas de óleo de soja, 1 kg de leite em pó, 10 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão e 1 kg de flocos de milho), totalizando 32 kg. 2 – O Processo n.º 21213.000056/2011-08 trata do repasse de produtos para compor 12.034 cestas de alimentos referentes a 2 etapas, as quais foram distribuídas às famílias indígenas pelo responsável indicado pela Fundação Nacional do Índio - Funai. Após análise, constatou-se: - A composição das cestas de alimentos diverge da orientação contida na CI/Dirab/Supab n.º 512 de 14.6.2011, que indica a seguinte composição: (10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de leite em pó, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão e 1 kg de flocos de milho), totalizando 23 kg. A composição das cestas distribuídas foi: (10 kg de arroz, 5 kg de feijão, 2 kg de açúcar, 2 latas de óleo de soja, 1 kg de leite em pó, 10 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão e 1 kg de flocos de milho), totalizando 32 kg; - O processo não está numerado, conforme orienta a NOC n.º 60.204 Capítulo V; e - No processo não consta o “Controle de Entrega de Produtos” às famílias beneficiadas, necessário à prestação de contas. 3 – O Processo n.º 21213.000045/2011-10 trata do repasse de produtos para compor 360 cestas de alimentos referentes a 2 etapas, as quais foram distribuídas às famílias da comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Após análise, constatou-se: - A composição das cestas de alimentos diverge da orientação contida na CI/Dirab/Supab n.º 512 de 14.6.2011, que

indica a seguinte composição: (10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de leite em pó, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão e 1 kg de flocos de milho), totalizando 23 kg. A composição das cestas distribuídas foi: (10 kg de arroz, 10 kg de feijão, 2 kg de açúcar, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de leite em pó, 10 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão e 3 kg de flocos de milho), totalizando 40 kg: - O processo não está numerado, conforme orienta a NOC n.º 60.204 Capítulo V; e - Falta o encerramento do processo. 4 – O Processo n.º 21213.000110/2010-26 trata do repasse de produtos para compor 200 cestas de alimentos, as quais seriam distribuídas às famílias de catadores de materiais recicláveis de Campo Grande/MS pelo responsável indicado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip Tercon Brasil. Após análise, constatou-se: - As famílias de catadores de materiais recicláveis, não estavam amparadas pelo Termo de Cooperação n.º 007/2010. O MDS/SESAN solicitou que fosse feito o repasse das cestas de alimentos a essas famílias, para atender a demanda da Oscip Tercon Brasil, sediada em Fortaleza-CE. Constatou-se ainda, que Campo Grande/MS, não possui órgão ou associação responsável pelo cadastramento/organização dessas famílias. A distribuição foi suspensa temporariamente pelo próprio MDS/SESAN, até que se tenha uma entidade responsável por essas famílias. 5 – O Processo n.º 21213.000083/2010-91 trata do repasse de produtos para compor 27.174 cestas de alimentos referentes a 2 etapas, as quais foram distribuídas às famílias de acampados no Estado pelo Incra/MS. Após análise, constatou-se: - A quantidade de produtos (peso líquido) registrado nas notas fiscais de saída é divergente do total da quantidade em kg, registrada na “Declaração de Recebimento de Cestas”. De acordo com o Sepab/MS, a divergência acontece, porque o x-FAC só efetua a soma dos produtos cadastrados na unidade kg, os cadastrados na unidade lata (no caso do óleo), não estão sendo somados na nota fiscal. Para compatibilizar o peso líquido da nota fiscal com o total/quantidade em quilos da Declaração de Recebimento de Cestas, tem que ser feito ajuste manual por técnicos do setor; - A prestação de contas referente à distribuição das cestas de alimentos está incompleta; e - Existem processos com a prestação de contas referentes à distribuição de cestas de alimentos pendentes de longa data, alguns desde o ano de 2008. 6 - Processo n.º 21213000105/2011-02 trata da distribuição de 14.362 cestas de alimentos em duas etapas sendo a primeira com 6.017 cestas com 138.391 kg de produtos destinados às famílias de índios de Dourados/MS e 8.345 cestas com 200.280 kg para as de Ponta Porã/MS. As cestas são compostas de arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, macarrão comum e farinha de mandioca, totalizando 24 kg, cada cesta. - O processo não estava numerado conforme a NOC, código 60.204, Capítulo V, Ítem II; e - Falta a prestação de contas do órgão partícipe e encerramento do processo. 7 - O Processo n.º 21213.000088/2011-13 trata da distribuição de 4.500 cestas em 02 etapas às famílias de acampados nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, por solicitação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A Sureg/MS encaminhou ao INCRA o Fax n.º 1075 de 20.4.2011, com informação referente à distribuição de cestas de alimentos às Famílias Acampadas no MS. A informação refere-se ao demonstrativo de entrega de 1057 cestas de alimentos, faltando ainda a confirmação de 3.443 cestas, para totalizar 4.500 cestas, equivalente a 286.266 kg de alimentos. 8 - O Processo n.º 2123.000023/2010-79 trata da distribuição de 26.000 cestas de alimentos solicitadas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, para as famílias indígenas da região do Cone Sul do MS. A distribuição foi feita em 02 etapas de 13.000 cestas cada, em janeiro e março/2010, totalizando 546.000 kg de alimentos. - O processo não estava numerado conforme a NOC, Código n.º 60.204, Capítulo V, ítem II; - Falta a prestação de contas do órgão partícipe e encerramento do processo.

Recomendação:

1103.1 - Recomendamos à Sureg/MS informar à Audin, o motivo e apresentar a documentação comprobatória que autorizou o aumento da quantidade de produtos das cestas de alimentos entregues.

Tratamento das Recomendações:

de nilson.marques em 28/09/2011 como Pendente

Tendo em vista, que atendemos vários segmentos dentro do convenio, favor informar objetivamente qual o processo específico que refere a solicitação

de joao.filho em 21/10/2011 como Pendente

O que estamos questionando é que na CI/Dirad/Supab n.º 512 de 14.6.2011, estabelece que a cestas seriam compostas por 8 produtos e totalizariam 23 kg, e na análise da documentação dos repasses das cestas de alimentos aos Órgãos partícipes, encontramos cestas com 32 e 40 kgs de produtos na sua composição. Gostaríamos que fosse informado a Audin o motivo e o documento que autorizou o aumento em kgs das respectivas cestas de alimentos.

de em 27/10/2011 como Pendente

de nilson.marques em 27/10/2011

Através do fax CONAB/SUREG/MS n.º 307 de 03/02/2011, ANEXO, informamos à SUPAB a composição das cestas de alimentos, não havendo questionamentos por parte daquela Superintendência. Entendemos que a mesma concordou com a proposta desta SUREG. Os produtos Feijão e Farinha de Mandioca são originários de aquisição da Agricultura Familiar através do CEDAF, não é comprado especificamente para atender ao programa e sim para garantir preços aos agricultores familiares, e deve ser doado por ser adquirido com recursos do MDS, então devido ao grande estoque existentes desses produtos, alteramos a composição dos mesmos nas cestas de alimentos. O produto Fubá de Milho encontrava-se com vencimento previsto para 09/03 a 22/03/2011, motivo pelo qual alteramos a sua composição nas cestas de alimentos, a fim de evitarmos o vencimento dos mesmos, isto é praxe e orientação da SUPAB.

de nilson.marques em 27/10/2011 como Pendente

inserindo anexo

de joao.filho em 31/10/2011 como Solucionado

Conforme respostas apresentadas pela Sureg/MS e a correspondência/documentação anexa, consideramos o item solucionado.

Recomendação:

1103.2 - Recomendamos à Sureg/MS interagir com o Grupo Gestor do sistema x-FAC, visando ajustes no sistema, de forma que a quantidade de produtos indicados na nota fiscal sejam compatíveis à apresentada na Declaração de Recebimento de Cestas.

Tratamento das Recomendações:

de em 25/10/2011 como Pendente

Em 15/09/2010, foi encaminhado fax à Suope c/c para Supab, através do fax sureg/ms n.º 2654 e em 29/09/2011, foi uma chamada de n.º 3331 através do sistema Sigsat, também à Suope, a respeito do assunto em tela. Outrossim, informamos que até o presente momento não obtivemos resposta.

de nilson.marques em 25/10/2011 como Pendente

em anexo mensagem /chamado n.º 3331

de joao.filho em 26/10/2011 como Baixado

Como a solução do problema não é da alçada da Sureg/MS, vamos baixar a pendência, solicitando a essa Superintendência que continue a cobrança junto ao Grupo Gestor do x-FAC e ou a Sutin, visando a solução do problema.

Recomendação:

1103.3 - Recomendamos à Sureg/MS envidar esforços para o encerramento dos processos, cujas etapas de distribuição tiveram início no exercício de 2008 e que ainda não foram finalizados por falta de documentos. (Atentar para as orientações contidas na CI/DIRAB/SUPAB n.º 129 de 24.2.2011 e o FAX/SUPAB n.º 255 de 31.3.2011)

Tratamento das Recomendações:

de em 24/10/2011 como Pendente

Como é do conhecimento dessa Audim esta Regional tem deficiência de funcionários em todos os setores, porém não temos medido esforços para atender as recomendações acima, inclusive utilizando funcionários de outros setores, que no momento estão com menos acúmulo de trabalho. Dentro em breve esperamos estar sanada esta pendência.

Outrossim informamos que já respondemos esta pendencia e a mesma sumiu do sistema, porque?
nilson Geope/ms

de joao.filho em 26/10/2011 como Solucionado

Consoante as providências adotadas pela Sureg/MS, o item será considerado como solucionado.

Recomendação:

1103.4 - Recomendamos à Sureg/MS atentar para a numeração das folhas dos processos, em conformidade com a NOC n.º 60.204 Capítulo V Item II.

Tratamento das Recomendações:

de nilson.marques em 24/10/2011 como Pendente

De acor com a disponibilidade de pessoal isto já esta sendo resolvido., também já respondemos e não está no sistema.

de joao.filho em 26/10/2011 como Solucionado

Item solucionado.

ANEXO 1

Quadro XCVI – Certificação de Unidades Próprias – Investimentos

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS / DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2013			
MARACAJU – MS			
Capacidade estática: 19.500	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras			Custos
Pavimentação			80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)			255.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados			15.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m ³)			15.000,00
TOTAL			413.000,00
SÃO GABRIEL DO OESTE – MS			
Capacidade estática: 14.700	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora	
Obras			Custos
Pavimentação			80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)			255.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados			10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m ³)			15.000,00
TOTAL			408.000,00

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS / DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014			
CAMPO GRANDE – MS			
Capacidade estática: 47.900	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Intermediária	
Obras			Custos
Pavimentação			1.330.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes			45.000,00
Sinalização de trânsito			3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)			255.000,00
Sistema de combate a incêndio			385.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados			20.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m ³)			30.000,00
TOTAL			2.068.000,00

CASSILÂNDIA – MS		
Capacidade estática: 12.600	Modalidade: Granel	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Pavimentação		80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		15.000,00
TOTAL		408.000,00
CHAPADÃO DO SUL – MS		
Capacidade estática: 50.300	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Pavimentação		180.000,00
Recinto de Análise		50.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		630.000,00
Sistema de combate a incêndio		495.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		15.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		30.000,00
TOTAL		1.448.000,00
DOURADOS – MS		
Capacidade estática: 20.000	Modalidade: Granel	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00
Pavimentação		80.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		15.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		15.000,00
TOTAL		448.000,00

RIO BRILHANTE – MS		
Capacidade estática: 10.000	Modalidade: Granel	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Pavimentação		75.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000,00
Sistema de combate a incêndio		225.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		15.000,00
TOTAL		628.000,00

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS / DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014		
SIDROLÂNDIA – MS		
Capacidade estática: 11.500	Modalidade: Granel/Conv	Enquadramento: Coletora
Obras		Custos
Pavimentação		75.000,00
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00
Sinalização de trânsito		3.000,00
Sistema de captação de material particulado (secador)		255.000,00
Sistema de combate a incêndio		225.000,00
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		10.000,00
Termometria (sensores a cada 150 m3)		15.000,00
TOTAL		628.000,00

Fonte: Supor/Suarm